

Carla Juliana Delecrode do Nascimento Pires

O PROCESSO DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NA VISÃO DOS LEITORES DO
JORNAL DO COMMERCIO – 1871 e 1888

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Nova Iguaçu - 2012

O PROCESSO DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NA VISÃO DOS LEITORES DO
JORNAL DO COMMERCIO – 1871 e 1888

Carla Juliana Delecrode do Nascimento Pires

O processo de abolição da escravatura na visão dos leitores do Jornal do Commercio –
1871 e 1888

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para obtenção do Título
de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro

Marcello Otávio Neri de Campos Basile

Nova Iguaçu

2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu avô Manoel Teixeira, também conhecido como Cacique Arinê, que sempre acreditou em mim e nunca me deixou esquecer que sou uma grande artista.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas especiais que me ajudaram a chegar até aqui e que de forma direta contribuíram para a elaboração deste trabalho. Primeiramente, agradeço a Deus por ter me ajudado em todos os momentos, dando-me perseverança e força para concluí-lo. Quando pensei que seria difícil, encontrei esperança nele para continuar e terminar a pesquisa. Senhor, te agradeço!

Agradeço aos meus pais, Sonia Delecrode e Luis Nascimento, por suas orações, apoio e todas as palavras de incentivo. Eles nunca duvidaram de minha capacidade e todo amor que me dedicaram serviu de suporte para que hoje eu concluísse esta etapa importante. Amo muito vocês! Agradeço também às minhas lindas avós, Renée Nunes e Assunta Del'Barba, que também creram nesta conquista.

Quero agradecer ao meu marido, Urbano Pires, que sempre me incentivou a dar prosseguimento aos meus estudos e me ajudou nestes anos de graduação, compreendendo minhas ausências e me ajudando com tudo que pudesse. Nunca esquecerei suas palavras de estímulo, principalmente, nas horas mais árduas da pesquisa, em que a persistência falhava.

Quero agradecer, ainda, a ajuda especial de quatro amigos, que fizeram parte de minha graduação. Três deles são: Felipe Lopes, Tatiana Castro e Elen Santos. Muito obrigada por tudo, meus queridos contemporâneos da Rural, que me estenderam a mão quando mais precisava! Nunca esquecerei da amizade e do apoio que me deram.

O quarto amigo, que pude descobrir nos últimos momentos de graduação, a quem devo toda gratidão e admiração é meu querido orientador Marcello Basile. Muito obrigada por sempre ter estado pronto a tirar minhas dúvidas, por ter me orientado em cada passo deste trabalho e por sempre ter sido um exemplo de brilhante profissional.

Muito obrigada a todos!

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente, Professor Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile

Professor Dr. Roberto Guedes Ferreira

Professora Dra. Surama Conde Sá Pinto

Professor Dr. Álvaro Pereira Nascimento (suplente)

RESUMO

A seção *Publicações a pedido* do *Jornal do Commercio* foi um espaço de diálogo entre leitores e de exposição de ideias, servindo ao processo de abolição da escravatura como um lugar de debate às várias instâncias da sociedade. Os anos de 1871 e 1888 foram marcos de efervescência pública e política no processo e permitiram analisar mudanças no posicionamento dos leitores quanto à extinção do cativo. Os discursos registrados nas correspondências demonstraram parte do que pensavam os contemporâneos sobre o assunto e ajudaram a apontar como a mudança foi percebida pela boa sociedade. Os missivistas trouxeram à tona opiniões que contribuíram para a formação da mentalidade da época. E, por meio da perspectiva particular destes leitores, foi possível traçar uma releitura dos fatos pelos olhares de uma minoria privilegiada, que lia e escrevia para o *Jornal do Commercio*.

INTRODUÇÃO

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão. Em 1860, as únicas nações no mundo que mantinham o regime escravista eram Estados Unidos, Cuba e Brasil, onde perdurou até 1888. Mas, desde meados do século XVIII, a instituição já era combatida. Na Europa, discursos que questionaram a legitimidade da escravidão se propagaram, enquanto o mundo testemunhava agitações nas colônias americanas em prol de sua abolição legal, como no Haiti, que decretou liberdade aos escravos em 1794; e nas colônias francesas, em 1848. (VAINFAS, 2002: 16)

Somado a isso, o contexto do século XIX foi marcado pelo desenvolvimento do sistema capitalista e pela propagação de ideias liberais, que exaltavam o progresso e a condição civilizada. (MACHADO, 1991: 8-12) No Brasil, a partir da segunda metade daquele século, as discussões sobre fim do tráfico de escravos africanos e o aparecimento das primeiras vozes do emancipacionismo evidenciaram que uma parcela da população já começava a se despertar para questionar uma instituição, que por três séculos vigorou no país. Os debates acabaram se esfriando com a Guerra do Paraguai (1864-1870), mas a partir de seu término, com a concessão da liberdade pelo governo aos escravos combatentes da guerra, acabou contribuindo para dar outra alavancada nas discussões. O aparecimento da imigração estrangeira como opção de mão de obra e a redução drástica da oferta do trabalho escravo, com a Lei Euzébio de Queiróz (1850), fez com que a imigração despontasse como uma saída para as lavouras. A instituição já começava a se desvalorizar economicamente, mas ainda era um mal necessário admitido. (COSTA, 2008: 34-49)

O processo de abolição do regime escravista no Brasil foi marcado por morosidade e resistência das elites proprietárias de terras, que eram dependentes do trabalho escravo. Um marco para esta trajetória foram os debates que mobilizaram a sociedade em 1871, acerca da Lei do Ventre Livre, que fez o tema da emancipação escrava ganhar as ruas. A aprovação da lei em 28 de setembro de 1871 concedeu liberdade aos filhos das escravas, nascidos a partir daquela data; criou o Fundo de Emancipação do governo, além de legitimar o direito à alforria e de formação de pecúlio pelos cativos. A lei foi um golpe para a escravidão, pois indicava que seu fim era uma questão de tempo, mas ainda sem data definida. A partir dela se sabia que escravidão morreria com aquela geração de escravos. Mas, apesar de toda a mobilização em defesa da lei, conceber a abolição incondicional, imediata e sem indenização, como foi

aprovada em 1888, era inaceitável por alguns grupos e, mesmo entre aqueles que defendiam a necessidade de dar fim à escravidão, conceber a saída radical da “emancipação simultânea e total” dividia as opiniões. (COSTA, 2008: 51-59) Em 1885, a proposta da Lei dos Sexagenários, que visava a conceder liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade, despertou um novo contexto de discussões e demonstrou mais uma vez que o fim da escravidão ainda era uma questão difícil de lidar para uma parte da elite. Com o tempo, as pressões do movimento abolicionista, que ganhava cada vez mais força na imprensa e no Parlamento; o movimento favorável à abolição nas ruas e a fuga de escravos das fazendas, somados a um novo contexto político e econômico trouxeram novos rumos à história. (COSTA, 2008: 77-93)

Dezessete anos após a aprovação da lei de 1871, a Lei Áurea foi votada no Parlamento, tendo aprovação de conservadores e liberais, e sendo assinada pela regente princesa Isabel sem dificuldades. A comissão nomeada na Câmara de Deputados para estudar a proposta de extinção da escravidão imediatamente deu parecer favorável e definiu em caráter de urgência a votação do projeto. A proposta foi apresentada em 8 de maio de 1888 pelo ministro da agricultura Rodrigo Silva e aprovada por 83 deputados, sendo recusada por somente nove, que representavam a província do Rio de Janeiro. O Senado também aprovou a proposta, em 13 de maio de 1888, e a encaminhou, na tarde do mesmo dia, para a regente assinar. (COSTA, 2008: 9) “Se em 1871 a votação da Lei do Ventre Livre tumultuava a Câmara, em 1888, o clima parlamentar era outro. Nesse espaço de tempo a campanha abolicionista assumira proporções nacionais e internacionais.” (TÁVORA, 1976: 112).

Em 1888, de acordo com jornais da época, havia uma inclinação favorável à abolição. Artigos e correspondências de leitores publicados nos periódicos pediam o fim da escravidão, que era vista como sinônimo de atraso e um empecilho para inserir o Brasil no grupo das nações civilizadas. A extinção da escravidão era vista como sinônimo da chegada de um novo tempo para o país, um tempo de progresso. (COSTA, 2008: 9-10) Além disso, a aceitação da população ao fato era notória, principalmente, pelo entusiasmo com que as multidões celebraram nas ruas a conquista, segundo registraram os jornais. Além da população, os negros festejaram nas senzalas e os jornais louvaram o Parlamento, a regente e os abolicionistas pela vitória. Foram mais de duas semanas de comemoração, com festejos oficiais promovidos pela Imprensa Fluminense na capital, de 17 a 20 de maio de 1888, segundo registrou o *Jornal do Commercio*, de 15 de maio de 1888. Vários eventos marcaram

a celebração. O dia 21 foi feriado nacional e até mesmo a imprensa da capital não funcionou, publicando um único jornal na cidade, o *Imprensa Fluminense*. Um grande anúncio foi publicado na edição daquele dia, divulgando a programação cultural prevista para a celebração do 13 de maio de 1888. “Os festejos começarão quinta-feira, 17 de maio, e terminarão domingo 20. Além disso, segunda-feira será distribuído um jornal especial intitulado *Imprensa Fluminense*, único publicado nesse dia nesta capital”, divulgava o informe da comissão da imprensa. (JORNAL DO COMMERCIO, 15 de maio de 1888, p.3)

Na programação estavam: dia 17 -- pela manhã, “Uma missa campal em altar expressamente elevado para esse fim”; à tarde, “Grande parada de toda a guarnição desta corte e das forças de mar”; e à noite, “Iluminação e embandeiramento de todas as ruas da cidade”. Em diversos pontos da cidade tocaram bandas de música. Dos escritórios das redações dos jornais, nessa como nas noites seguintes, foram distribuídas poesias ao povo; dia 18 – “Grande corrida de cavalos realizada no elegante prado da distinta sociedade DERBY-CLUB”; à noite, “além de distribuição de poesias, iluminações e músicas nas ruas, serão dados espetáculos nos teatros Sant’Anna, Lucinda e Recreio Dramático, com entrada grátis para todo o povo”; dia 19 – “Grande préstito de alunas e alunos de todos os colégios desta corte, públicos e particulares, de estabelecimentos de beneficência e caridade, municipais, etc”; à tarde, “Na Baía de Botafogo esplendida regata”, à noite, “Grande baile no largo do Paço”; dia 20 – “Grande passeio da Imprensa e classe tipográfica”; à noite, “Grandes fogos de artifício em diversos pontos da cidade.” O anúncio segue comunicando que a imprensa estaria fechada no dia 20, em motivo dos festejos, e que “o único jornal publicado segunda-feira, nesta capital, será o número especial da IMPRENSA FLUMINENSE.” E encerra o longo anúncio pedindo a colaboração da população para “enfeitarem e iluminarem os diversos quarteirões e ruas da cidade durante os dias e noites de 17, 18, 19 e 20 do corrente, testemunhando assim o júbilo de que todos se acham possuídos pelo grande fato de se ter constituído anteontem uma PÁTRIA LIVRE.” (JORNAL DO COMMERCIO, 15 de maio de 1888, p.3)

O anúncio evidencia a importância do fato para aquela sociedade, já que a abolição chegou ao Brasil após três séculos de cativeiro. A escravidão era uma instituição que, por algum tempo, foi vista como redentora do africano e que por meio dela o pagão tinha a chance de receber a fé cristã. Pode-se dizer que o fim do elemento servil trouxe mudanças em escala social e econômica para o país, já que mudou a base da mão de obra, de escrava para

assalariada e livre, e implicou a inclusão do ex-escravo na sociedade. Com o fim da escravidão, mais de 700 mil ex-escravos deixaram de ser “coisa” para estarem na sociedade como cidadãos, detentores de direitos e da liberdade. (COSTA, 2008: 10-11) Mas a vida do ex-escravo pouco mudou de condições. As iniciativas de inserção do grupo pela elite, até mesmo pregados pelos abolicionistas, não saíram do papel, e coube aos próprios negros lutarem pela igualdade de oportunidades. A concessão da liberdade não havia lhes dado melhores condições de vida. Muitos continuaram vivendo nas mesmas fazendas e nas mesmas senzalas, mas recebendo baixos salários, em relação a colonos imigrantes. A exploração do trabalho continuou sendo a realidade de muitos e os senhores deixaram de ter a obrigação de alimentá-los e vesti-los. (MACHADO, 1991: 266-269)

A evolução do processo acaba despertando questionamentos quanto à percepção do público sobre essas mudanças e se de fato, como escreveram os jornais, teria havido uma inclinação favorável à abolição às vésperas da Lei Áurea. A pergunta que fica é: de 1871 a 1888, teria ocorrido uma mudança de posicionamento da sociedade sobre a abolição da escravatura, principalmente por parte da elite? Na tentativa de respondê-la, nossa pesquisa visa a entender a percepção do público sobre a mudança, partindo dos discursos publicados sobre o processo de abolição da escravatura pelos leitores do *Jornal do Commercio*. A hipótese principal que guiou este trabalho é de que os leitores deste jornal, mais importante informativo do Segundo Reinado, constituíam uma parte da elite que reconhecia a seção de correspondência como um espaço de fala à esfera pública e ao poder público. Neste sentido, reconhecia este espaço como meio eficiente de expressar suas posições acerca da extinção da escravidão, de participar dos debates sobre o assunto no Parlamento e de dialogar com outros leitores.

Outro pressuposto é de que estes leitores se expressavam na seção, pois acreditavam na interferência da opinião pública sobre as decisões do governo, principalmente, quanto ao processo de abolição da escravidão. Assim, a própria imprensa seria reconhecida como um lugar de fala à esfera pública. Também partimos do pressuposto que aqueles que publicaram correspondências na seção reconheciam o *Jornal do Commercio* como um veículo de credibilidade e que constituía um canal de veiculação para artigos e correspondências de seu público, mesmo que estes fossem contrários ao posicionamento editorial do jornal sobre o assunto. Ele era um jornal de grande circulação, um dos mais influentes e de prestígio junto à opinião pública. Assim, estando ao alcance de um grupo maior de leitores, trouxe uma

representação melhor do que pensava a sociedade no período, já que veiculou ideias desta população leitora mais heterogênea. Os missivistas eram leitores do jornal, uma vez que, era preciso lê-lo para reconhecê-lo como um veículo relevante e digno de veicular seus argumentos e discursos.

Usamos como fonte as cartas publicadas na seção de correspondências *Publicações a pedido*, do *Jornal do Commercio*, nos meses de setembro de 1871 e de maio de 1888, no qual foram analisadas publicações que trataram do tema do processo da abolição, de forma direta ou indiretamente. Nosso estudo consiste em uma análise comparativa de discurso a partir de cartas de leitores publicadas no *Jornal do Commercio* nos meses citados. O critério usado para a triagem das missivas foi a relevância dos discursos para responder as perguntas principais: posicionamento sobre o fim da escravidão; sobre a abolição imediata e sobre a lei de 1871. Na primeira fase da pesquisa foi feita a coleta de dados, no qual foram selecionadas e digitadas todas as cartas que abordassem direta ou indiretamente o processo de abolição da escravatura da seção *Publicações a pedido*. Também foram examinadas as seções *Anúncios* e *Declarações*, nas quais foi encontrada apenas uma publicação que esboçasse posicionamento sobre o assunto. Foram selecionadas 212 cartas sobre o assunto.

Quanto à metodologia, a técnica usada na pesquisa foi seleção por amostragem, diante das limitações de tempo, no qual se procurou analisar todas as cartas que se remeteram ao assunto no período analisado. A pesquisa foi realizada com o auxílio de um questionário aplicado às cartas, para quantificar dados objetivos, como posicionamento sobre o fim da escravidão; e análise de discurso para coleta de dados qualitativos, como a argumentação usada nas cartas. Os resultados foram lançados em tabelas (ver em anexo I modelo do questionário). Os dados quantitativos vieram somar aos qualitativos, fruto das análises de discurso, e fundamentaram as conclusões.

A seção de correspondência é uma fonte ainda pouco explorada por pesquisadores. No entanto, consiste em um rico espaço de diálogo entre leitores, de exposição de ideias e que pode servir de fonte para estudos do imaginário de uma época. Além disso, o uso da seção *Publicações a pedido* como fonte em nossa pesquisa possibilitou conhecer mais sobre o leitor do *Jornal do Commercio* e membros da elite econômica e intelectual da época, já que a maioria da população era analfabeta e se pressupõe que estes leitores se encaixassem na minoria de condições privilegiadas que moravam no Rio de Janeiro. Por meio da análise das cartas, também foi possível observar como os leitores viam as transformações sociais

decorrentes da extinção da escravidão e os discursos trouxeram à tona a percepção da elite leitora do jornal sobre o negro, naquele primeiro momento pós-Abolição. Assim, nossa pesquisa vem somar a um grupo restrito de trabalhos publicados, que usaram a seção como fonte de pesquisa. Podemos destacar três realizados nesta linha: o livro *As queixas do Povo*, de Eduardo Silva (1988); a dissertação de *mestrado Jornais e Leitores: Uma Polêmica Apaixonada na Cidade do Rio de Janeiro (1831-1837)*, de Vera Maria Fürstenau, (1994); e a monografia de Bacharelado *A Cidadania Emergente e o Averso da Civilização e da Ordem: Problemas Cotidianos Urbanos e Clamor Público na Corte do Rio de Janeiro (1840-1850)*, de Marcello Otávio Neri de Campos Basile (1996).

Diferentemente deste grupo, a historiografia sobre o processo de extinção da escravidão no Brasil é bastante densa e variada, mas ressaltamos a originalidade do tema por se tratar da abordagem do processo de abolição da escravatura pelos olhos do público leitor, ou seja, neste caso uma parte da elite da época que constituía o grupo de leitores do *Jornal do Commercio*. Neste sentido, fazemos uma releitura do processo de extinção da escravidão, mas pelo ponto de vista dos leitores do *Jornal do Commercio*. Além disso, este trabalho também pode apontar aspectos sobre a percepção da elite acerca da inserção do ex-escravo na sociedade, assim como elucidar sobre como este grupo reconhecia o outro, o que acabou por refletir-se em políticas sociais do período imediatamente pós-Abolição.

O recorte temporal escolhido é justificado pela proximidade de acontecimentos marcantes: a aprovação da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871, e da Lei Áurea, em maio de 1888, pois foram meses que concentram as discussões anteriores e imediatamente posteriores aos fatos. A escolha do *Jornal do Commercio* como fonte é justificada por se tratar de um periódico com publicação desde o século XIX, com disponibilidade de exemplares microfilmados e em boas condições para coleta de dados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; assim como por ser um periódico de grande circulação e de cunho informativo da época. Diferentemente dos doutrinários, os jornais informativos não costumavam ter um critério de “censura” para a publicação de correspondências na seção dedicada aos leitores e, por isso, possibilitou uma coleta diversificada de discursos contrários e favoráveis ao processo de extinção da escravidão.

O recorte espacial de nossa análise é a capital do Império, o Rio de Janeiro, onde o jornal circulava e se concentrava um público heterogêneo. Na capital, conviviam boa parte da elite política e intelectual do país e o principal grupo contrário à abolição da escravidão, os

cafeicultores do Vale do Paraíba. Neste sentido, o Rio de Janeiro, como local sede do governo imperial, unia características para ser palco de um efervescente debate na imprensa acerca do fim da escravidão.

Ao abordar a percepção de uma parte do público leitor sobre o processo de extinção da escravidão, este trabalho se enquadra em uma História das Mentalidades¹, que por sua vez se insere no quadro da História Social, já que contribuiu para estudos sobre o processo de abolição da escravatura como um marco importante para transformações na estrutura social, especialmente quanto à inserção do negro na sociedade, no fim do século XIX e início do XX. Entendemos, portanto, por História das Mentalidades o que define Michel Vovelle: “uma história das atitudes, dos comportamentos e das representações coletivas inconscientes.” (*apud* BASILE, 1996:35) ou ainda como definiu Le Goff “O nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento.” (*apud* BASILE, 1996:36). As argumentações e posicionamentos nas cartas podem apontar para um pensamento coletivo em comum. Le Goff confirma que “O discurso dos homens (...) é frequentemente apenas um amontoado de ideias feitas, de lugares-comuns, de velhacarias intelectuais, o exutório heteróclito de restos de cultura e de mentalidades de diversas origens e de várias épocas.” (*apud* BASILE, 1996: 36).

Os leitores tinham como base o referencial europeu do século XIX que exaltava a ordem, civilização e progresso. A imprensa nesta lógica aparece como uma contribuinte à divulgação e circulação das mentalidades coletivas naquela sociedade. A imprensa é vista como algo inserido no contexto da época e por ele influenciada, expressando seus acontecimentos e pensamentos; assim como é tida como um agente modificador do mesmo, já que ela tem uma voz (leia-se posicionamento editorial dos veículos) relevante na esfera

¹ Preferimos classificar este trabalho dentro da História das Mentalidades, justamente, por se tratar de um campo mais abrangente da História Social e, em nosso ponto de vista, mais adequado a esta pesquisa do que o conceito de cultura política. Conforme definiu Serge Berstein, a cultura política é um fenômeno evolutivo, que muda com seu tempo, e apesar de se inserir no quadro de normas e valores que compõem a cultura global de uma sociedade e servir de base a representações sociais, ela tem a especificidade de ter como campo de aplicação exclusivamente o que incide sobre o político. “Ela é um dos elementos da cultura de uma sociedade, ou seja, a parte que corresponde aos fenômenos políticos.” Assim, embora nossa análise possa ter sido atravessada por aspectos da cultura política daquele grupo, não usou como limitação a abrangência de aspectos somente relacionados a este campo e às motivações para o comportamento político deles, mas se voltou para captar, da forma mais ampla possível, aquilo que permeou o pensamento comum e coletivo presente nos discursos examinados, a fim de analisar o processo na visão dos missivistas. (BERSTEIN, 1998)

pública; e permite que os leitores se pronunciem como agentes e contribuam ao processo histórico. Neste sentido, a imprensa fala, os leitores falam através dela e ambos para todos.

Nosso trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro “*A abolição em curso: passos decisivos até o treze de maio*”, contextualizamos historicamente o processo de extinção da escravidão, destacando principais autores e visões historiográficas acerca do tema, assim como os principais acontecimentos que demarcaram a sua trajetória. Em “*O Jornal do Commercio e seus leitores*”, traçamos um perfil da boa sociedade do século XIX na qual os leitores do jornal faziam parte e abordamos os conceitos de elite e esfera pública no Império. Também caracterizamos o *Jornal do Commercio* quanto à estrutura e a visão de autores sobre sua relevância para a época. A seção de correspondência também é abordada como fonte de pesquisa e foram apontadas as especificidades que envolvem o uso deste tipo de fonte na pesquisa histórica. Além disso, falamos sobre as características da seção *Publicações a pedido do Jornal do Commercio*.

Já no terceiro capítulo, “*O Processo de Abolição da Escravidão segundo os leitores do Jornal do Commercio: uma visão comparada*”, abordamos nosso estudo de caso, expondo a análise de dados quantitativos, de forma comparada entre 1871 e 1888. Foram apontados aspectos sobre os autores e destinatários das cartas, traçando perfis e conclusões acerca dos dados, tendo em vista responder se houve mudança na opinião dos leitores acerca do fim da escravidão, naquele intervalo de tempo. No quarto capítulo, “*A opinião dos leitores do Jornal do Commercio em discussão*”, tentamos traçar um panorama dos principais argumentos levantados pelos leitores do jornal nas missivas analisadas, quanto ao processo de extinção da escravidão, a fim de demonstrar congruências e mudanças de posicionamentos nos períodos. Na conclusão, apontamos os resultados gerais das análises feitas, a partir do questionário base usado; relacionando com o problema e as hipóteses que nortearam este trabalho.

CAPÍTULO I – A ABOLIÇÃO EM CURSO: PASSOS DECISIVOS ATÉ O TREZE DE MAIO

Mais de 700 mil escravos passaram para a condição de livres em 13 de maio de 1888, no Brasil. Nas senzalas e nos quilombos ouviram-se os batuques e os tambores festejando a conquista, que fora tão esperada pelos escravos e tão debatida nas instâncias públicas e políticas. Os jornais reproduziram a ideia de que o fim da escravidão era um grande passo para o Brasil em direção ao progresso e à civilização. A Abolição dera fim a um regime vigente por mais de três séculos e que na maior parte do tempo foi aceito e praticado pelos senhores de terra sem ser questionado. O caminho até a assinatura da Lei Áurea foi longo, mas pacífico, em comparação à guerra civil que se estabeleceu nos EUA (1861-1865) para solucionar a questão. O Brasil foi o último país do Ocidente a eliminar a escravidão, ou seja, foi o último a dar um ponto final ao estigma do atraso. (COSTA, 2008: 12) Para José Murilo de Carvalho, a Abolição foi resultado de um conjunto de políticas públicas que aos poucos levou à extinção da escravidão. (CARVALHO, 2003b: 291)

Até o século XVIII, a escravidão era defendida como um meio dos negros serem retirados da ignorância e de serem convertidos ao cristianismo. A ordem social era vista como fruto da providência de Deus, por isso não era questionada e se entendia que não caberia aos homens modificá-la. Neste sentido, a escravidão era legitimada pela religião e tida como um benefício aos negros, uma forma de redenção. As elites proprietárias de terras e dependentes do trabalho escravo argumentavam que a escravidão era um “mal necessário” para a economia brasileira e que ela ruiria sem esta mão de obra. No entanto, a crise do Antigo Regime fragilizou esta ordem social, determinada pela Providência Divina, e o liberalismo trouxe argumentos contra a instituição. (COSTA, 2008: 13-16)

Os discursos que questionaram a legitimidade da escravidão surgiram na Europa no século XVIII, onde o aparecimento de práticas capitalistas estimulou a propagação de ideais liberais que exaltaram o progresso e a condição civilizada. (VAINFAS, 2002: 16) A noção de modernidade daquele século estava relacionada a esses dois aspectos. Segundo Le Goff, a ideia de progresso só ganhou forma quando a Europa viveu a expansão do capitalismo e das inovações tecno-científicas; o avanço do liberalismo, da instrução e da democracia. A noção de felicidade dos povos, que veio com a Revolução Francesa, também ajudou a disseminar o ideário do progresso. A Europa tornou-se um modelo para o desenvolvimento e melhoramento humano. (*apud* EWALD, 2006: 248) O liberalismo exaltava as leis e os

direitos naturais de todos, como propriedade, igualdade e liberdade, assim como serviu de norte para discursos favoráveis à Abolição. “No pensamento revolucionário do século XVIII encontram-se as origens teóricas do abolicionismo.” (COSTA, 2008: 14) Para estes ideais, a escravidão passou de desígnio de Deus a fruto da vontade dos homens, e, portanto, questionável e revogável. Ela passou a ser considerada contrária à moral, à religião e se tornou cada vez menos rentável à economia, em relação ao trabalho livre, além de representar uma barreira ao desenvolvimento da indústria. Nos primeiros anos de Brasil independente, outro discurso que circulava na Corte era de que a escravidão era responsável pelo “abastardamento” da moral portuguesa. “Na opinião de José Bonifácio, a escravidão era uma instituição nefasta, corruptora da moral e dos bons costumes e inibidora do progresso do país.” (COSTA, 2008: 18) O Patriarca da Independência questionava a escravidão, definindo-a como obstáculo à condição civilizada: “Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional e seguirá e defenderá a sua liberal Constituição.” (*apud* NABUCO, 2010: 64) Para ele, somente com o fim do tráfico negreiro a Independência do Brasil seria completa.

“Enquanto essas vozes isoladas denunciavam a incompatibilidade entre cristianismo e escravidão (incompatibilidade raramente percebida no Período Colonial), discorriam sobre a incompatibilidade dos princípios liberais que havia inspirado a Constituição e o sistema escravista, condenavam o trabalho escravo por ser menos produtivo do que o livre e denunciavam os efeitos desmoralizadores da escravidão sobre a moral e os costumes, a maioria da população continuava a ignorar esses argumentos e se opunha a qualquer medida que visasse à cessação do tráfico ou à extinção gradual da escravatura.” (COSTA, 2008: 19)

As ideias liberais serviram de base para a Carta Constitucional de 1824², mas a continuidade da escravidão a serviço dos grandes senhores ainda não podia ser questionada. Neste sentido, a Carta, apesar de reconhecer a liberdade como um direito inalienável do homem, manteve grande parte da população à margem de qualquer direito, inclusive, do chamado direito natural à liberdade. O reconhecimento deste direito na Constituição, porém, segundo Emília Viotti da Costa, foi o primeiro passo em direção ao questionamento da

² Em nenhum trecho dos 169 artigos da Carta de 1824 apareceu a palavra escravo, o que evidencia a completa exclusão deste elemento da sociedade. (MATTOS, 1987: 116)

escravidão na sociedade brasileira, já que se tornou uma incoerência manter uma instituição que era contrária ao argumento liberal de que a liberdade era um direito de todos. (COSTA, 2008: 6)

O processo de abolição da escravatura teve como marco inicial o Tratado da Aliança e Amizade de 1810, entre Portugal e Inglaterra, no qual o governo assinalou disposição de dar fim ao tráfico de escravos africanos e concedeu condições privilegiadas aos produtos ingleses no Brasil. Os ingleses estabeleceram tratados com Portugal em 1810, 1815 e 1817, que limitavam a legitimidade do comércio e aumentavam a ação da marinha britânica, a fim de eliminar o tráfico progressivamente. Além disso, o fim do comércio transatlântico de africanos também foi condição inglesa para o reconhecimento da Independência brasileira, em 1822. Mais tarde, a assinatura de uma convenção entre os dois países, em 1826, fez com que o Brasil se comprometesse a considerar aquele comércio pirataria, três anos após sua ratificação, que ocorreu em 1827. (CARVALHO, 2003b: 293-294) Cinco anos depois da convenção, ainda sem efeito, a iniciativa, por pressões da Inglaterra – que aboliu o tráfico em suas colônias em 1807 –, foi ratificada pela Lei de 7 de novembro de 1831, que deu sanção legislativa ao pacto internacional, determinou ilegalidade ao tráfico e considerou livres todos africanos que chegassem ao Brasil a partir daquela data. Apesar disso, a ação ilegal continuou na forma de contrabando, sendo registrada a entrada de milhares de africanos no país – segundo Eusébio de Queiróz entre 1831 e 1841 cerca de 220 mil africanos entraram no Brasil. (ESTRADA, 2005: 30-39)

Diante da ineficácia da lei de 1831, os ingleses aprovaram a medida *Bill Aberdeen*, em 1845, que autorizava perseguir navios negreiros, até mesmo na costa brasileira, e julgar a tripulação pelas leis inglesas, o que foi considerado pela elite como uma humilhação para o país e uma afronta à soberania nacional. Em resposta à medida inglesa, o governo brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queiróz, em 4 de setembro de 1850, que permitiu a apreensão de qualquer embarcação que transportasse escravos africanos e representou o fim do tráfico externo. A medida demarcou o início de uma expressiva queda para o contrabando de africanos. (PESSANHA, 2005: 49-53) Naquele momento, o governo reagia às pressões externas e aprovaria a lei, enfrentando oposição de traficantes e donos de escravos. (CARVALHO, 2003b: 300) No Brasil, com o fim do tráfico negreiro, a sobra de capital tornou-se oportunidade de novos investimentos. No âmbito político, havia uma conciliação entre partidos e os avanços técnicos estavam se ampliando: a iluminação passou a ser a gás, o

barão de Mauá inaugurou a primeira ferrovia do Brasil e estabeleceu rede teleférica entre Rio de Janeiro e Petrópolis. (EWALD, 2006: 248)

A trajetória até a aprovação da Lei Eusébio de Queiróz foi marcada por morosidade e pela resistência de grupos políticos no Parlamento, que se recusavam a tratar de projetos relacionados à escravidão. (ESTRADA, 2005: 30-39) O cativo era predominantemente feito por homens estrangeiros africanos. A partir de 1850, essa característica muda e intensificaram-se as emancipações. Neste sentido, houve uma tendência de concentração da mão de obra escrava nas grandes propriedades agroexportadoras, já que o custo para obtê-la aumentou. (PESSANHA, 2005: 52-53) A extinção do tráfico trouxe impacto à economia, provocando significativa alta no preço dos escravos. Apesar disso, eles continuavam a ser considerados “mercadorias” rentáveis, o que fez com que tráfico interprovincial se intensificasse. Os negros eram destinados, principalmente, às províncias do Centro-Sul: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, onde estavam concentradas as grandes lavouras de café. (COSTA, 2008: 36-37) Os cafezais se formaram nos moldes da agricultura colonial: terras virgens para expansão, latifúndio e trabalho escravo. (PESSANHA, 2005: 50) No Rio de Janeiro, o cafeeiro encontrou nas regiões altas a condição ideal para frutificar: terra, bom clima, capital e mão de obra escrava. Na lavoura de café, os cativos eram usados para derrubar florestas, plantar mudas e fazer colheitas. No início do século XIX, o cultivo foi expandido para a região do Vale do Paraíba fluminense e paulista. Com as condições favoráveis à produção e as demandas do mercado externo consumidor, principalmente dos Estados Unidos, em 1830, o café se tornou o principal produto de exportação e na segunda metade do século XIX correspondia a 60% do que o Brasil comercializava externamente. (GUIMARÃES, 2010: 24-25) Neste contexto, muitos fazendeiros receberam o título de barões, que era concedido pela Coroa a grandes proprietários que fizessem parte da elite política, conforme definiu José Murilo de Carvalho. O baronato era a marca dos cafeeiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e servia para aproximar a monarquia dos grandes produtores³. (CARVALHO, 2003b: 256-259)

Os cafeeiros do Vale do Paraíba Médio eram um dos pilares do partido conservador, no período pós-1840. “O surgimento da grande fazenda em meados do século

³ José Murilo de Carvalho aponta que, nos anos em que a questão do fim da escravidão avançou, o baronato tornou-se um instrumento de compensação para o governo, já que a concessão de títulos aumentou bastante nos anos de 1871, 1885 e 1888, em que foram aprovadas medidas legislativas referentes ao assunto, ou seja, a Coroa tentou devolver em *status* a perda material dos proprietários. (CARVALHO, 2003b: 256-259)

XIX – com suas casas grandes e suntuosas, longas extensões de terra e centenas de trabalhadores escravos – significou o auge do poder dos cafeicultores.” (GUIMARÃES, 2010: 25) Os fazendeiros cada vez mais passavam a ser produtores exclusivos de café. O auge da expansão cafeeira no Vale do Paraíba, com uso extensivo do solo e uso de mão de obra escrava, ocorreu entre 1850 e 1870. A crescente demanda externa pelo produto impulsionou para cima o preço do escravo, que em dez anos teve aumento de mais de 100%. No Rio de Janeiro, na década de 1850, o preço de um adulto era de cerca de 500 mil-réis (500\$000) e em 1860 chegava a cerca de um conto de réis (1:000\$000). Entre 1870 e 1880, a produção do Vale do Paraíba entrou em declínio, decorrente do esgotamento do solo e do envelhecimento da mão de obra, segundo Carlos Gabriel Guimarães (2010: 26). E, no fim do século XIX, novas regiões passaram a se destacar pela produção e pelo uso de mão de obra imigrante: o oeste paulista e a zona da mata mineira. O café ditou a economia e a política dos últimos anos do Império, inclusive quanto aos rumos da abolição da escravidão, já que a mão de obra escrava era um de seus elementos essenciais. Para muitos cafeicultores e até parlamentares, dar fim a esta mão de obra significava decretar o fim da economia cafeeira. (GUIMARÃES, 2010: 26) Para o economista e professor da PUC-Rio Sérgio Besserman Vianna, a escravidão não era um resquício colonial, conforme defendiam alguns autores. A escravidão fora reinventada no Brasil, a fim de se adaptar à lógica capitalista. “Para resolver o problema da oferta de trabalho, a sociedade optou por reinventar a escravidão. (...) É uma reinvenção dentro do contexto do modo capitalista de produção.” (*apud* BELISÁRIO, 2010: 34)

O café tornou-se um estimulante social, configurando um ambiente híbrido em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, onde barões conviviam com escravos, forros e homens livres pobres. Os hábitos requintados e copiados da Europa misturavam-se à pobreza e à falta de infraestrutura dos centros urbanos, “(...) em que calçadas conviviam com ruas de terra, em que barões com cartolas vestidos à inglesa andavam ao lado de escravos e forros.” (MONTELEONE, 2010: 30) Em São Paulo, os grandes senhores encontravam-se em cafés luxuosos, que eram moda e no qual se cultivava a especialidade de se servir a bebida. Um lugar para se discutir política e economia, tomar café e ler jornais. “(...) Muitos jornais nasceram em cafés. E, claro, os jornalistas também passaram a frequentar esses locais privilegiados de informação e debates.” (MONTELEONE, 2010: 31) O jornalista e escritor Afonso Smidt lembrou dos tempos dos grande cafés que durante o dia serviam de espaço para discussões e debates nas mesas de mármore e cadeiras de palhinha e à noite traziam

recreações, como orquestras. “Os fregueses gostavam de rabiscar naquelas pedras brancas, com veias ligeiramente azuladas. (...) Estavam sempre cheios de desenhos, de poesias, de retratos, de sátiras e, não raros, de mofinas.” (*apud* MONTELEONE, 2010: 32)

A cidade do Rio de Janeiro no século XIX mergulhava em investimentos propulsores da modernidade. As preocupações com o saneamento, com o abastecimento de água, com o porto, com a iluminação pública, com transporte de pessoas e mercadorias eram prioridades. A elite buscava o progresso, a civilização e a modernização das cidades. Paris e Viena eram os modelos arquitetônicos que a Corte buscava se espelhar, com ruas largas, altos prédios, praças e parques. O Rio de Janeiro era uma das cidades que mais crescia. Com 274 mil habitantes, nas ruas a desigualdade social era evidente: “escravos, libertos, proprietários de terra e de homens, imigrantes, vendedores ambulantes, industriais, engenheiros, professores, médicos, advogados, jornalistas, viajantes.” (PESSANHA, 2005: 3) As áreas de atuação em crescimento entre os profissionais liberais eram a Engenharia e a Medicina. (PESSANHA, 2005: 29-33) O Rio de Janeiro era uma cidade multifacetada, onde circulavam mulatos, negros, libertos, chineses, imigrantes europeus e brancos. (PESSANHA, 2005: 46) A cor definia mais do que tonalidade de pele, o lugar social, mas, com o aumento das alforrias, ser livre deixou de ser sinônimo de ser branco. (CASTRO, 1995: 32-38)

Neste contexto, a questão do elemento servil ainda era pouco discutida na política e na esfera pública, mas já despertava defensores da emancipação no Parlamento. De acordo com o “Manifesto Abolicionista”, redigido em 1883 por André Rebouças e José do Patrocínio, um grupo de parlamentares, desde 1852, tentava apresentar projetos visando à emancipação gradual dos escravos, mas suas tentativas foram duramente rejeitadas, e nem chegaram a ser deliberadas, mas arquivadas. “Ora os projetos não eram julgados objetos de deliberação, como os de Pedro Pereira da Silva Guimarães, ora eram sepultados nos arquivos, ou rejeitados, como os dos senadores Jequitinhonha e Silveira da Mota.” (ESTRADA, 2005: 50). Ao longo do tempo, iniciativas emancipacionistas foram apresentadas à Câmara, mas o destino sempre era o arquivo.

“Embora, entre 1850 e 1852, os projetos emancipacionistas do deputado Silva Guimarães tenham sido apresentados no Parlamento, sofrendo, no entanto, uma total rejeição, somente na década de 1860, o Imperador Pedro II, alguns parlamentares e segmentos da população urbana, juristas e advogados começavam a entender que o problema deveria ser objeto de discussão.” (NABUCO, 2010: 12)

Os projetos visavam atribuir direitos aos escravos ou indicavam um caminho para a emancipação, como o de Silva Guimarães, que propôs a liberdade dos nascituros e sugeriu a proibição da separação de cônjuges escravos. Atendendo a um pedido do Imperador, Pimenta Bueno também redigiu um projeto de emancipação a ser apresentado à Câmara, em 1865, no qual indicava liberdade aos filhos de mães escravas; determinava a criação de Conselhos Provinciais de Emancipação; concedia alforria aos escravos do Estado no prazo de cinco anos e aos negros das ordens religiosas em sete. Estes foram para análise do Conselho de Estado, mas acabaram devidamente arquivados, sob justificativa de que não era momento oportuno para tratar do assunto, por causa da Guerra do Paraguai (1864-1870). Nessa época, as questões emancipacionistas levantadas por aquele grupo tiveram pouca receptividade pela população, no entanto, já era possível perceber a assimilação do discurso liberal por uma parte das camadas populares que vivia nas cidades. (COSTA, 2008: 39-49)

A aproximação da população de tais ideias pode ser percebida em textos veiculados por pasquins radicais que criticavam a escravidão, o tráfico e o preconceito racial. Emília Viotti da Costa justifica a assimilação de tais discursos por grupos que viviam nas cidades, pois eram menos dependentes do trabalho escravo, assim como pelo fato de nos centros urbanos já ocorrer a substituição do escravo pelo trabalhador livre. O interesse da população crescia sobre o tema da escravidão e o negro ganhava espaço na literatura, assim como as críticas e a exposição das mazelas a qual os cativos eram submetidos. No período regencial, as ideias de emancipação já despontavam. "Os pasquins são a expressão da luta de classe e de raças, que, nos anos que seguiram a Independência, com frequência se traduzem em ataques às elites e ao governo." (COSTA, 2008: 20) Para a autora, o pensamento dos jacobinos expressava a posição de artesãos, pequenos comerciantes retalhistas, soldados e outros grupos da pequena burguesia e de camadas populares urbanas. Eles eram contrários ao monopólio do comércio por estrangeiros e ao controle do Estado por uma minoria ultraconservadora e elitista. Nas camadas populares existiam negros e mulatos, o que justifica a postura favorável à emancipação do grupo, mas, naquele momento marcado por agitações, a abolição não era uma das questões centrais no campo político, mas a aprovação do Ato Adicional que consentia maior autonomia às províncias e a manutenção da ordem. Com o tempo, o discurso radical se esvaziou e a segunda metade do século XIX iniciava sobre um governo de conciliação entre os grupos políticos e sobre uma elite que continuava a se apoiar no trabalho escravo. (COSTA, 2008: 20-23)

“Os pasquins estão cheios de críticas ao latifúndio improdutivo, críticas à escravidão, propostas de emancipação dos escravos, denúncias dos preconceitos raciais, ataques aos estrangeiros que invadiam os mercados brasileiros, controlavam o comércio e destruíam o artesanato local, denúncias dos abusos cometidos pelas classes dirigentes, críticas à centralização política, ao Senado Vitalício, ao Conselho de Estado.” (COSTA, 2008: 21)

O debate acerca do elemento servil ganhou as ruas com o abolicionismo, que já em 1860, começava a aparecer em São Paulo e no Rio de Janeiro. O movimento abolicionista era composto por grupos da elite intelectualizada que defendiam a abolição de acordo com valores liberais. Eles divulgavam por meio de jornais e revistas suas ideias, estimulavam o debate sobre o fim do cativo e pressionavam o governo para definir o assunto. Para eles, a escravidão era um ranço do atraso, que impedia o progresso e a inserção do Brasil no conjunto das potências civilizadas da época. Eles usavam a imprensa para propagar seus discursos e promoviam eventos, como conferências e comícios, em que denunciavam as mazelas do cativo e promoviam a compra de alforrias. Para Emília Viotti da Costa, as ações registradas até 1860 a favor da emancipação escrava não podiam ser chamadas de movimento, já que eram fatos isolados e sem engajamento de grandes grupos. (COSTA, 2008: 39) A autora dividiu o abolicionismo em três fases: a primeira, de 1850 a 1871; a segunda, da Lei do Ventre Livre (1871) e a terceira, da Lei Sexagenária (1885). O movimento abolicionista ganhou ímpeto nos grandes centros urbanos, quando começou a campanha propagandista das ideias a favor da abolição. O número de associações voltado para este fim cresceu e a questão ganhou apoio de vários grupos da sociedade e com o tempo chegou às ruas. (COSTA, 2008: 46-47)

“Agora, já não eram apenas os estudantes e poetas que agitavam a questão. Não eram apenas os pasquins que pregavam a emancipação. Jornalistas ilustres, advogados, médicos e engenheiros, homens e mulheres juntavam-se a eles. A grande imprensa começava a discutir a questão. A opinião pública era solicitada a se manifestar. O que era ainda mais importante: alguns políticos discutiam o assunto no Parlamento.” (COSTA, 2008: 43)

Essas associações promoviam eventos, a fim de adquirir fundos para compra de alforrias e, até mesmo, compravam cativos para depois alforriá-los, por meio das chamadas caixas emancipadoras. Era um mecanismo que visava a apontar o desgaste do escravismo, mas estava longe de resolver o problema e servia de certa forma à vaidade dos senhores e

associados, pois os jornais elogiavam estas ações. (MACHADO, 1991: 202) Outro fato que contribuiu para dar avanço à questão foi o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, que também colocou em evidência a problemática do regime escravista, já que muitos escravos foram libertados para defender o país na guerra, juntamente com suas esposas. Um benefício que não foi bem aceito pelos senhores, despertando o debate na esfera pública e colocando mais uma vez o elemento servil em foco na imprensa. Em São Paulo, um famoso advogado negro, Luiz Gama⁴, já fazia campanha jurídica a favor da emancipação dos escravos. Ele reivindicou a liberdade de muitos deles, com base na Lei de 1831, que determinava a proibição do tráfico de escravos no Brasil, e ganhou seus primeiros processos em defesa de cativos na década de 1870. Apesar de a lei não ter surtido o efeito pretendido, no âmbito jurídico foi o recurso apelado por Gama para defender escravos e lutar em prol da liberdade deles. O rábula argumentava que estes haviam sido escravizados ilegalmente, já que teriam entrado no país após 1831. A Lei de 28 de setembro de 1871 também foi usada pelo abolicionista, a fim de garantir o direito do escravo de formar pecúlio e requerer sua liberdade. Para aumentar a eficácia de sua campanha, Luiz Gama levava a público os casos que defendia por meio da imprensa. Elciene Azevedo definiu os jornais como o espaço usado por Luiz Gama para pressionar as autoridades, a fim de fazer com que as leis fossem cumpridas corretamente. (AZEVEDO, 1999: 189-264) “Estreava sua seção de forma pouco modesta. Proclamando-se defensor dos direitos sonnegados aos desvalidos”. (AZEVEDO, 1999: 200)

Os jornais também serviram para divulgar ações de outros abolicionistas em prol do fim do regime, como as realizadas pela loja maçônica “América”. Em São Paulo, a luta jurídica ganhou extensão com a participação popular. Além da atuação legislativa, em defesa dos cativos, formaram-se redes de solidariedade que se articularam em torno de fugas e refúgios para escravos. Naquele momento, havia a mobilização de grupos em prol da abolição em lojas maçônicas, jornais, clubes e grêmios. As associações abolicionistas promoviam eventos, a fim de adquirir fundos para compra de alforrias. Qualquer evento, mesmo um enterro, era motivo para celebrações de entrega de cartas de alforria. "Aniversários, casamentos, bodas, nascimentos ou falecimentos serviam de cenário para as festas de entrega das cartas de alforria." (MACHADO, 2007: 2) Os abolicionistas da Corte também usaram a

⁴ Luiz Gama era filho de ex-escrava, mas na infância havia sido vendido por seu pai como cativo. Em 1848, fugiu e se alistou na Guarda Urbana e se tornou rábula, praticante da advocacia, mas sem diploma. Ele atuou como jornalista, colaborando com artigos em jornais, como "*Diabo Coxo*", "*O Cabrião*", "*O Ipiranga*" e "*Radical Paulistano*" e, auxiliado pela Loja Maçônica América, empreendeu campanha em prol do emancipacionismo nos tribunais. (COSTA, 2008: 95-98)

estratégia chamada "Limpeza das Ruas", na qual escolhiam uma rua e pressionavam os senhores que moravam nela a libertarem seus escravos, ameaçando publicar seus nomes nos jornais caso não o fizessem. Para convencer os senhores dos males do cativeiro, realizaram outras ações em vias públicas. Na Corte, os jornais também patrocinaram festividades, como missas, que reuniram, além da família imperial e do gabinete, uma verdadeira multidão. (MACHADO, 2007)

Em 7 de março de 1871, um novo Ministério conservador ascendeu ao poder, sendo liderado por visconde de Rio Branco, que levou ao Congresso um novo projeto de lei em defesa da emancipação dos filhos das escravas. Desta vez, o projeto foi intensamente debatido pela sociedade, pela imprensa e pelo Parlamento. “Os debates travados na Câmara e pela imprensa em torno da Lei do Ventre Livre fizeram da emancipação dos escravos uma questão nacional.” (COSTA, 2008: 49) Os abolicionistas promoviam conferências e distribuíam panfletos em favor do projeto, que foi aprovado em 28 de setembro de 1871. Segundo a lei, todo filho de escrava nascido a partir daquela data seria livre. O projeto também incluía o Fundo de Emancipação, que serviria para libertar um número de escravos a cada ano, assim como propunha garantir ao escravo o direito de ter um pecúlio próprio, que poderia ficar de herança para o cônjuge ou para os filhos, caso o escravo morresse. Além disso, o projeto previa que seriam considerados livres: os escravos que trabalhassem para o governo; os escravos dados em usufruto à Coroa; os que o dono morresse e não tivesse herdeiro; e os que fossem abandonados. Para execução da lei, a exigência era de que o governo promovesse o registro dos escravos e declarasse livres aqueles que não tivessem registro, por culpa dos senhores, que inclusive pagariam multa pela falta. Rio Branco defendeu seu projeto como sendo uma solução moderada e de longo prazo para questão da abolição, que daria tempo suficiente aos senhores para se adaptarem à nova realidade. (COSTA, 2008: 50-59)

O debate até o dia da aprovação da lei foi intenso. De um lado, emancipacionistas argumentavam que a escravidão era uma ofensa ao direito natural do homem e um impedimento para a imigração; do outro, escravistas falavam que o projeto era um desrespeito à propriedade privada. “Os debates prolongaram-se por vários meses. Ouviram-se discursos inflamados das partes e várias vezes a mesa foi obrigada a chamar à ordem os deputados que se excediam em ataques pessoais.” (COSTA, 2008: 51) A vitória na votação evidenciou que a questão da emancipação passava a ser admitida como pauta de debate na esfera política e avançava no âmbito público, passando das salas de conferência abolicionistas para as

manchetes dos jornais e praças públicas. No entanto, a Lei do Ventre Livre, na prática, teve poucos efeitos, já que a maioria dos senhores preferiu manter os filhos das escravas sob sua tutela nas fazendas até os 21 anos a entregar-lhes ao Estado e serem indenizados. Esses “libertos” eram tratados como os demais escravos, vendidos com suas mães e castigados como os demais. Para mantê-los em cativeiro, muitos senhores usaram de artimanhas e fraudes para burlar a lei. Assim, a Lei do Ventre Livre virou motivo de crítica dos abolicionistas ao governo e argumento dos senhores para darem a questão da abolição por encerrada. O discurso dos proprietários, após a aprovação dessa lei, era de que a obra do fim da escravidão estava feita, sendo apenas uma questão de tempo. (COSTA, 2008: 51-59)

Na votação, o maior apoio da Lei do Ventre Livre veio dos deputados do Norte, principalmente, dos magistrados nordestinos, que eram funcionários públicos, ou seja, eles dependiam do governo e apoiaram seu projeto. A oposição vinha principalmente dos proprietários do Sul, que dependiam menos do governo. O mérito de Rio Branco, para garantir a vitória, foi ter conseguido o apoio dos funcionários públicos e proprietários nordestinos contra a resistência do Sul, que foi forte até mesmo em São Paulo. (CARVALHO, 2003a: 223) Os proprietários dividiam-se entre os da agricultura de exportação e os voltados para o mercado interno. O Estado e a elite não podiam prescindir do apoio dos proprietários exportadores, mas podiam contrariar o setor tendo apoio de outros proprietários, como ocorreu na aprovação da Lei do Ventre Livre, que desagradou os proprietários do Sul e implicou perda de legitimidade do regime. (CARVALHO, 2003a: 229-235) Em 1871, o jogo político foi interno. A iniciativa da Coroa foi apoiada pelo Partido Conservador, por abolicionistas e parte do Partido Liberal. (CARVALHO, 2003b: 417-418)

Segundo Joaquim Nabuco, a lei de 28 de setembro abriu a possibilidade de resgate forçado por pecúlio e por sorteio anual por meio do Fundo de Emancipação, mas não facilitou a emancipação. O resgate por pecúlio, na visão do abolicionista, acabou servindo mais aos escravos urbanos, que eram a minoria, do que aos do campo. (NABUCO, 2010: 59) Ele apontou que a lei de 1871 foi um bloqueio moral para a escravidão, apesar de incompleta, imperfeita e injusta. A lei de 1871 sinalizava que o país desejava dar fim à escravidão e que tinha vergonha de ser um país de escravos. Para ele, a partir desta lei, o governo brasileiro fez o mundo acreditar que a escravidão havia acabado. Foi feita uma propaganda para o mundo, espalhando que gradualmente os escravos eram libertos e os filhos das escravas nasciam completamente livres. Nabuco defendia que o abolicionismo e a campanha eram os

responsáveis por dar convicção à opinião pública de que a escravidão precisava acabar sem demora. "O agente está aí, é conhecido, é o poder. O meio de produzi-lo é, também, conhecido: é a opinião pública." (NABUCO, 2010: 180)

A política imperial se fazia de cima para baixo. Sob o governo parlamentarista, o Imperador escolhia um membro do partido Conservador ou Liberal para formar um gabinete tendo o apoio da câmara, uma vez que era composto apenas por companheiros partidários. (ALONSO, 2009) Luzias e Saquaremas ou Liberais e Conservadores dividiam o cenário político. O aparecimento das denominações Luzias e Saquaremas remete aos movimentos liberais de 1842, segundo Ilmar Rohloff de Mattos. A origem da denominação Luzias remete aos liberais mineiros derrotados pelo barão de Caxias no combate da Santa-Luzia. Eles passaram a ser chamados pelo nome do local onde foram derrotados: santa-luzias ou luzias. (MATTOS, 1987: 131-132) A unificação dos luzias passou a equivaler o grupo liberal, que defendia uma unidade monárquica descentralizada, no qual as instâncias de poder provinciais deveriam ter um predomínio. Essa ideia, porém, para Ilmar Rohloff de Mattos, não era suficiente para estabelecer uma unidade de ação política dos Luzias no Império. O movimento liberal era visto pelo grupo como uma revolução que visava à libertação da "Oligarquia turbulenta e pretenciosa", a dos conservadores, os Saquaremas. "Uma revolução porque, de outro lado, abria a possibilidade de concretização de um propósito: o início de um novo tempo!" (MATTOS, 1987: 105) A vitória conservadora, porém, iria unificar os liberais e seu movimento seria considerado uma rebelião contra a independência e integridade do Império. Mais do que serem conhecidos por sua derrota contra os conservadores, os luzias ficariam conhecidos por adotar as propostas de seus oponentes, quando estivessem no poder, por isso era comum ouvir dizer no meado do século XIX: "não haver nada tão parecido com um saquarema como um Luzia no poder." (MATTOS, 1987: 103)

Já a denominação Saquarema designava o partido Conservador. Conta-se que o termo inicialmente era usado para definir os protegidos dos conservadores Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza. O apelido pegou já que o predomínio liberal, entre 1844 e 1848, fazia com que tivesse um sentido depreciativo como "protegido" ou "favorecido". Um traço marcante dos conservadores era que se denominariam assim principalmente os saquaremas fluminenses liderados por Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Queiróz. "A trindade saquarema constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período

Regencial e o alvorecer liberal dos anos setenta, não só alterou o rumo da “ação” mas sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado Imperial.” (MATTOS, 1987: 108) José Murilo de Carvalho define que o Partido Liberal era formado por profissionais liberais, advogados, magistrados, jornalistas e por proprietários do Sul. Já do Partido Conservador faziam parte burocratas, magistrados, setores proprietários do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, além de comerciantes das cidades. O autor defende que a formação dos partidos era complexa, quanto à ocupação, origem social e provincial, o que principalmente se deixou perceber diante de questões sociais como o fim da escravidão, que mobilizou até mesmo conservadores favoráveis à centralização. (CARVALHO, 2003a: 212-217)

Os conservadores mantiveram-se no poder entre 1868 e 1878. Os liberais subiram ao gabinete no ano de 1878. Aquela foi a oportunidade para liberais, como Joaquim Nabuco⁵, inclinados aos ideias emancipacionistas, chegarem ao poder também. Nabuco se candidatou pela província de Pernambuco e conquistou seu primeiro mandato. No Parlamento, Nabuco suscitou a temática da escravidão, que não era novidade, já que por duas vezes havia sido foco de debate no Segundo Reinado: 1850, quando se extinguiu a importação de escravos africanos, e em 1871 com a discussão da Lei do Ventre Livre, pela qual se extinguiu a reprodução em cativeiro. “Medidas que causaram cisões nos partidos e discursos apocalípticos, associando o fim da escravidão ao fim da monarquia.” (ALONSO, 2009: 76) Em 1879, Nabuco fez seu primeiro discurso abolicionista na Câmara, quando apresentou um projeto de extinção gradual do regime, com indenização aos proprietários. De acordo com Angela Alonso, Nabuco seguia os passos do pai, que era emancipacionista, e, inspirado nos abolicionistas ingleses, queria formar uma coalizão no Parlamento e mobilizar a opinião pública, a fim de apoiar a emancipação. Ele havia se tornado elo entre as instituições políticas e o incipiente movimento abolicionista das ruas, liderado por reformistas como José do Patrocínio. Mas, nas eleições seguintes, Nabuco não conseguiu se eleger e foi correspondente do *Jornal do Commercio*, em Londres, entre 1882 e 1884. (ALONSO, 2009) “Mas brados ‘emancipacionistas’ seguiram avulsos em jornais e mesmo nos tribunais, por intermédio de Luiz Gama (1830-1905). Essas vozes se avolumaram em um coro no fim da década, quando

⁵ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), filho de família tradicional pernambucana, ingressou cedo na política e mais tarde na carreira diplomática. Seu ingresso na Câmara de Deputados demarcou o início da campanha abolicionista no Parlamento. Ao retornar ao Brasil após atuar como diplomata em Londres, foi eleito deputado novamente. Depois da Proclamação da República, se retirou da vida pública, atuando como advogado e jornalista. (NABUCO, 2010)

José do Patrocínio (1854-1905) começou a publicar artigos furiosos contra o escravismo.” (ALONSO, 2009: 76)

Sobre o movimento abolicionista e o processo de Abolição, pode-se citar visões de contemporâneos e alguns discursos historiográficos. Para Joaquim Nabuco, que era um dos ícones do abolicionismo, o movimento nasce da necessidade de reconstruir o Brasil sob o trabalho livre e sob união das raças na liberdade. Para ele, a abolição deveria ser encaminhada pela via legal e parlamentar, sendo contrário à insurreição escrava. (*apud* LIMA, 1981: 45) As propostas de Joaquim Nabuco para a abolição iam além do fim legal da mão de obra escrava. Para o abolicionista, era preciso acabar com toda a obra da escravidão, por isso, defendia repartir terras improdutivas e destiná-las ao trabalho dos libertos como um meio de melhorar sua sorte. A sugestão de Nabuco era de que voltasse ao Estado o domínio de terras não cultivadas, que permitissem a implantação de pequenas propriedades. Para Joaquim Nabuco, a democratização do solo complementava a abolição e ajudaria a dar fim à obra da escravidão. Os imigrantes serviriam para eliminar o estigma racial e os traços africanos da sociedade, por meio da miscigenação. Eles conduziriam o país a um “crescimento orgânico” e homogêneo, que acabaria com o antagonismo latente entre as raças. (ALONSO, 2009) Nabuco acreditava que a abolição era mais que se libertar do julgo, mas era libertação econômica e social. Ele destacou que, a partir de 1880, surgiu o movimento abolicionista em defesa da abolição imediata e irrestrita para aquela geração de escravos. (NABUCO, 2010) As críticas ao cativo se intensificaram na década de 1880 devido às transformações decorrentes da propagação das práticas capitalistas, segundo Humberto Machado. O fim da segunda metade do século XIX foi marcado pela superação da cafeicultura do Vale do Paraíba pela do Oeste paulista e, a partir de 1850, apareceram as primeiras dificuldades para a obtenção de mão de obra escrava, com a proibição do tráfico, e o imigrante começou a ser visto como opção pelos fazendeiros. (MACHADO, 1991: 9)

Joaquim Nabuco acreditava que a emancipação geral era o primeiro passo em direção à organização do trabalho, que, segundo ele, era visto como humilhação pelos senhores. Nabuco define que a ideia de abolir a escravidão foi algo posterior a de fazer com que a instituição morresse com a geração de 1871. Em sua obra *O Abolicionismo* (1883), ele afirma que, de 1879-1880, foi a primeira vez em que se viu um grupo fazer da emancipação escrava uma bandeira política. Ele apontou que a primeira oposição nacional contra a escravidão foi contra o tráfico; a segunda, em meio à crise de 1866 e 1871, que resultou na Lei do Ventre

Livre; e a última com o abolicionismo, no qual a oposição se deu contra a posse de escravos, contra a instituição e a possibilidade de embrutecer o ingênuo na senzala. A obra do abolicionismo ia além da abolição, imediata e irrestrita, era um movimento político que desejava reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças. (NABUCO, 2010)

“O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral acham-se terrivelmente afetados pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira. A empresa de anular essas influências é superior, por certo, aos esforços de uma geração, mas, enquanto essa obra não estiver concluída, o abolicionismo terá sempre razão de ser.” (NABUCO, 2010: 39)

Pensava-se que, com a abolição, os libertos estariam livres para praticar a ociosidade, por isso era preciso tomar medidas preventivas. Temia-se que o negro tivesse um comportamento que não fosse de acordo com a lógica do progresso e da civilização. Eram vistos como propensos à violência, a relações promiscuas e à marginalidade. Com a abolição, ele estaria livre do trabalho e para exercer suas características más. (MACHADO, 2006) “Essas imagens veiculadas pelos periódicos sobre o escravo e o liberto revelavam como as elites avaliavam o processo de abolição e suas consequências para a sociedade.” (MACHADO, 2006: 148) Joaquim Nabuco fazia parte deste grupo, assim, ao mesmo tempo, que reconhecia a contribuição dos negros para sociedade brasileira atribuía inferioridade racial a eles e pensava em um meio de integrá-los socialmente dentro da ordem. (ALONSO, 2009)

Fernando Henrique Cardoso define que o movimento abolicionista expressou uma ideologia do branco livre acerca da necessidade de liquidar o sistema escravista, que representava um entrave ao desenvolvimento do capitalismo. Ele definiu a questão do abolicionismo como o ato de transformar o escravo em assalariado, garantindo melhores condições de trabalho e integração social. (*apud* LIMA, 1981: 145) Lana Lage da Gama Lima, que analisou a rebeldia escrava em Campos de Goytacazes no período anterior à Lei Áurea, define o abolicionismo como algo limitado aos interesses do grupo dominante envolvido. Ela considera ser um movimento em prol da abolição e que teve envolvimento de parte da elite da época, o que acabou trazendo uma brecha para a manifestação da rebeldia escrava. Para ela, o abolicionismo trouxe legitimidade à rebeldia do negro e a transformou em algo mais organizado e planejado. Lana explica que parte da elite defendia a abolição com base em argumentos liberais. Eram propagadas ideias de que a escravidão não se encaixava

mais no contexto do país e havia se tornado um obstáculo para o progresso e para a condição civilizada. A escravidão consistia em um entrave à modernidade, por isso seu fim era parte de um projeto modernizador da elite que visava iniciar a imigração europeia. A abolição traria preservação dos bons costumes, já que o escravo, que era visto como má influência para as famílias e sinônimo de desordem, sairia do âmbito doméstico. (LIMA, 1981: 145-146) A autora trabalha com a associação entre o movimento abolicionista da região e a revolta dos cativos. Ela entende que a resistência escrava era algo implícito ao regime escravista no Brasil. (LIMA, 1981: 28) e aponta que os cativos usavam várias formas de demonstrar a rebeldia, até mesmo pela religiosidade, citando como exemplo grupos negros islamizados, como os Haussá, que se envolveram na Revolta dos Malês, na primeira metade do século XIX, na Bahia, a fim de garantir a prática de suas tradições religiosas. (LIMA, 1981: 19-20)

Humberto Fernandes Machado definiu o abolicionismo como um movimento contrário ao que impedisse a “modernização” do país, a incorporação de práticas capitalistas e civilizadas. O autor lembra que o abolicionismo era uma resposta ao contexto de transformação do século XIX. (MACHADO, 1991: 3) O movimento via a escravidão como um ranço do atraso, que impedia o progresso e a inserção do Brasil no conjunto das potências civilizadas da época. (MACHADO, 1991: 189) Para ele, o discurso da elite acabou por interpretar e superar o brado dos escravos. A elite defendia um rompimento do sistema escravista marcado pela ordem. A superação do brado dos negros visava a um processo de eliminação do escravismo marcado pelo controle deste grupo privilegiado e no qual se mantivesse um afastamento da esfera pública de setores que fossem contrários às mudanças em curso. A imprensa era um local de divulgação destas ideias. “Não interessava ressaltar, naquele momento de euforia, para aquela intelectualidade, que os escravos lutaram, elevando seus brados, apesar do chicote sobre suas costas.” (MACHADO, 2006: 144) A campanha abolicionista foi de caráter basicamente urbano e na Corte se deu através dos jornais e do Parlamento, meios pelos quais se difundiu a diversos setores da sociedade. Octávio Ianni entende a libertação dos escravos como resultado da ação política da elite, que era ameaçada pela permanência da escravidão. Para ele, o cativo não teve participação no processo. (*apud* PESSANHA, 2005: 60)

Para Maria Helena Machado, o abolicionismo também foi algo calculado e planejado por setores da elite e funcionou como uma barreira conservadora aos movimentos escravos. A autora valoriza o papel da rebeldia dos cativos no processo e vê o movimento abolicionista

sob uma feição urbana. (MACHADO, 1994: 174-232) Ela trabalha uma concepção de movimento abolicionista paulista que estabeleceu vínculo com a ação escrava e com a população urbana, que era formada por pardos, libertos, pobres e imigrantes. A campanha urbana estabeleceu redes de solidariedade entre vários grupos sociais. A autora aponta que o sistema de exploração do trabalho escravo no Brasil era sempre coletivo e supervisionado, assim em grupo se determinavam os ritmos de trabalho e descanso. Coube aos cativos encontrar meios de adquirir autonomia. Neste sistema, a exploração do trabalho e a margem de autonomia escrava sempre estiveram entrelaçadas. Eles usaram estratégias para defender sua autonomia, seja por meio de fuga, sabotagem do trabalho, “preguiça” ou pela criminalidade. A autonomia era entendida por usufruir de tempo livre para organização social e econômica independente, benefícios que foram conquistados por meio de constantes confrontos. A escravidão, a partir da década de 1860, aparece como uma empresa de risco para fazendeiros e suas famílias. Surgem várias denúncias sobre crimes cometidos por escravos, no qual o Oeste Paulista se destacava como uma das regiões mais violentas. A autora, a partir da análise de processos criminais, conclui que estas ações criminosas contra fazendeiros eram motivadas por problemáticas envolvendo a autonomia escrava. Para ela, os escravos tinham uma dinâmica própria em prol da liberdade, por meio de resistência ao trabalho, fugas e revoltas. Nesta linha, Sidney Chalhoub ressaltou a importante participação dos escravos para o processo de fim da escravidão no Rio de Janeiro, apontando que a Lei do Ventre Livre seria resultado também das práticas dos escravos em prol de alforria. O autor considera a contribuição das estratégias cotidianas dos escravos em busca da liberdade para o estabelecimento de leis emancipacionistas. (*apud* PESSANHA, 2005: 61)

“À medida em que as muralhas defensivas da ordem escravocrata foram sendo minadas e o consenso ideológico em relação à propriedade escrava tornava-se mais e mais problemático, o arcabouço disciplinar e a efetiva manutenção do sistema de exploração do trabalho escravo surgiram como o último bastião de resistência da instituição peculiar. Era esta uma conjuntura que havia povoado as fazendas com escravos ansiosos por prover pecúlios, por libertos condicionais que sistematicamente negavam-se a cumprir os contratos, dando margem a intermináveis autos jurídicos, por cativos fugitivos e indisciplinados, apoiados por um crescente número de advogados abolicionistas e por cada vez mais golpes de propaganda anti-escravocrata, toda esta conjuntura iludia, com rapidez crescente, as fronteiras entre o escravo e o homem livre.” (MACHADO, 1994: 26)

Célia Maria Marinho de Azevedo define que parte da elite cria que era preciso lutar para que o Brasil vencesse esse resquício do passado e se equiparasse às “grandes nacionalidades”. Segundo esta lógica, o escravo era visto como um sujeito passivo da história, incapaz de compreender sua situação de explorado. A escravidão era vista como a raiz de todos os males, responsável pela indolência e má educação brasileira. O imaginário do medo traçava o negro como uma figura instável e perigosa que precisava do controle dos brancos. O negro tendia ao ócio, à marginalidade, ao alcoolismo, era uma figura desagregada moralmente e um criminoso em potencial. Sua rebeldia e resistência teriam de encontrar direção política, caso contrário estaria fadado à irracionalidade. Diante da passividade e da inferioridade de sua condição, associado ao “sangue escravo”⁶, cabia ao branco de bons sentimentos, os abolicionistas, libertarem a raça negra. Sobre a Abolição, a autora aponta duas linhas historiográficas: a que defende a Abolição como fruto da ação isolada do movimento abolicionista; e a que considera a importância da participação do cativo no combate à escravidão, por meio de ações que até mesmo antecederam o movimento. Célia Maria critica a primeira linha, pois restringe o processo ao movimento abolicionista, até quanto à periodização. Ela defende que a rebeldia do escravo estava implícita no discurso abolicionista, uma vez que, o medo que assolava “as grandes famílias” era consequente da ação escrava. (AZEVEDO, 2004: 218-220)

Assim foram estabelecidas duas visões acerca do escravo: elemento perigoso, inimigo e sempre pronto a atacar o senhor e fugir; ou ser passivo à espera de ordens e punição. (AZEVEDO, 2004: 50) A autora aponta que, ao mesmo tempo, que o abolicionismo desejava a libertação dos escravos também visava a manter o poder dos grandes proprietários, ou seja, o poder do capital. (AZEVEDO, 2004: 76) Com a ala intelectual da elite envolvida no movimento, a abolição podia ser vista como “um negócio de brancos para brancos”, na qual participação desta elite podia ser explicada com base em interesses econômicos e sociais. (VAINFAS, 2002: 21) Mas, para Célia Maria, o aumento da pressão escrava foi o que motivou a efervescência do movimento abolicionista urbano e, nos anos anteriores à Abolição, a ação escrava em busca da liberdade teve grande crescimento, a ponto de gerar um “medo branco”. Ela entende a Abolição como fruto, principalmente, da ação escrava, já que

⁶ Célia Maria Marinho de Azevedo explica que parte da elite associava a inferioridade dos escravos aos malefícios da escravidão, que podiam determinar os sentimentos deles como não tão bons. A escravidão determinava uma herança por gerações e, mesmo após a condição de livre, a tendência do negro era à marginalidade e faltava-lhe habilidade para o trabalho livre, segundo o imaginário de parte da elite do século XIX. (AZEVEDO, 2004: 218-220)

os discursos abolicionistas somente assumiram postura radicalista quando a questão já havia se tornado insustentável.

Jacob Gorender, porém, relativiza a ação dos escravos como determinante para o fim da escravidão. Para ele, na década de 1880, os cativos passaram a ter ações coletivas, diferente do cunho individual adotado até então, e sua participação constituía um elemento básico do movimento abolicionista urbano. Ele não acredita na dissociação entre a prática do cativo do homem livre e não defende que estes teriam agido apenas com o intuito de frear os escravos. (*apud* PESSANHA, 2005: 62) Andréa Pessanha, por sua vez, compreende a Abolição como fruto de um contexto que favoreceu a desintegração do escravismo. A autora não acredita no processo como algo exclusivo de brancos, mas reconhece a importante participação do negro, assim como não enxerga a ação abolicionista como mera resposta à pressão dos cativos. A ação dos escravos, na opinião da autora, ganhou novo significado e potencialidade diante de um contexto nacional e internacional desfavorável ao regime. O abolicionismo era uma resposta ao momento que vivia a sociedade brasileira e capitalista europeia. (PESSANHA, 2005: 62)

Quanto à contribuição da imprensa para a campanha abolicionista, os jornais eram instrumento de divulgação das ideias do movimento e de argumentos liberais, que serviam de base para os discursos antiescravistas. Um artigo veiculado em 1º de março de 1888 pelo jornal *A Redenção*, de São Paulo, exemplifica como os argumentos liberais podiam ser usados em defesa da abolição. “Certas instituições como a escravidão, as monarquias e algumas mais, foram medidas provisórias para garantir a sociedade naquele tempo, cuja estabilidade e permanência em nosso tempo constituem um atentado, pecam por obsoletas”. (AZEVEDO, 2004: 223) A importância da imprensa para o movimento é reconhecida no *Dicionário do Brasil Imperial*, que caracteriza o movimento abolicionista nas províncias basicamente organizado em torno de jornais, comícios e fundos de emancipação. (VAINFAS, 2002: 20) Joaquim Nabuco valoriza o papel da imprensa na campanha: “por honra do nosso jornalismo, a imprensa tem sido a grande arma de combate contra a escravidão e o instrumento da propagação das ideias novas.” (NABUCO, 2010: 162) Na Corte, o primeiro dos grandes periódicos a veicular o discurso abolicionista foi o *Gazeta de Notícias*, de José do Patrocínio, que também veiculava discursos liberais em o *Gazeta da Tarde* e em o *Cidade do Rio*, criados também por ele. Com a consolidação do movimento, vários jornais de natureza puramente abolicionista começam a aparecer. (VAINFAS, 2002: 364) Os ícones da luta em

prol da abolição, como José do Patrocínio, André Rebouças⁷ e Luiz Gama, usaram a imprensa como canal de divulgação de suas ideias por meio de artigos. Em 1880, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão foi fundada e também criou seu próprio jornal *O Abolicionista*, no qual participaram líderes conhecidos do movimento, como Joaquim Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio e João Clapp. O órgão, que tinha como presidente Joaquim Nabuco, defendia que cabia a esta elite intelectualizada a salvação dos escravos.

Segundo Maria Helena Machado, Joaquim Nabuco, em sua obra *O Abolicionismo* (1883), questionou a propriedade de muitos fazendeiros, colocando em xeque a legitimidade da propriedade de escravos, uma vez que mantinham sob cativo descendentes de africanos que chegaram no Brasil após 1831, ou seja, que estavam ilegalmente sendo escravizados. “Isto é, ser escravo significava, cada vez mais, estar simplesmente, submetido ao sistema escravista e ao arcabouço disciplinar a este subjacente.” (MACHADO, 1994: 27) Em 1883, André Rebouças publicou *Abolição imediata e sem indenização*, panfleto que divulgou uma das linhas de defesa do movimento abolicionista: promover reformas sociais como a abolição imediata, instantânea e sem indenização alguma. *O Carbonário* e *O Combate*, ambos de 1887, e *A Redenção* (VAINFAS, 2002: 364), de Antônio Bento, foram outras publicações que defenderam a abolição, assim como a *Revista Illustrada* que veiculava ideias antiescravistas, e usava a sátira por meio de charges para criticar o regime. Seu fundador foi o caricaturista Ângelo Agostini (MACHADO, 1991: 29), um dos ícones da ilustração do século XIX e um dos membros da elite que compunha o movimento abolicionista, ao lado de Joaquim Nabuco.

De acordo com o pesquisador Araken Távora, a *Revista Illustrada*, em formato tablóide e com apenas oito páginas, transformou-se no periódico de maior popularidade de sua época. (TÁVORA, 1976: 10) Monteiro Lobato confirmou o sucesso da revista. “A voga da *Revista Illustrada* foi grande, a ponto de permitir que durante anos o desenhista vivesse do produto das assinaturas.” (apud TÁVORA, 1976: 10) Agostini havia trabalhado em outros veículos influentes em São Paulo, como *O Cabrião*, e no Rio de Janeiro, em *O Arlequim*, *Vida Fluminense* e *Fígaro*, até criar a *Revista Illustrada*, em 1º de janeiro de 1876, que publicou a última edição em 1898. (TÁVORA, 1976: 10) O trabalho de Agostini passou a ter mais destaque a ponto de, no Segundo Reinado, ter sido considerado um dos pais da charge política no país. Ele ficou na história como um importante membro da luta pela libertação dos

⁷ O engenheiro abolicionista participou de projetos importantes para a modernidade da cidade do Rio de Janeiro no século XIX: construção das docas D. Pedro II, a reforma das docas da Alfândega e a resolução do problema da falta d'água na Corte, em 1870. (PESSANHA, 2005: 46)

escravos, sendo a *Revista Illustrada* o veículo em que Agostini “fez campanha em prol da Abolição e da República e em cujas páginas se encontra a parte mais importante de sua obra artística. A revista foi definida por Joaquim Nabuco como “a Bíblia abolicionista do povo que não sabe ler”. (BALABAN, 2005: 18)

O abolicionismo e o elemento servil eram assuntos que estavam em evidência na época, por isso a imprensa não deixava de mencionar e debatê-lo, já que o tema era de interesse público. Nas cidades de Campos, São Paulo e Rio de Janeiro, onde já existia um movimento abolicionista organizado, a imprensa era usada como disseminadora dos discursos a favor da abolição. Em Campos, no Rio de Janeiro, por exemplo, Luis Carlos Lacerda liderou abolicionistas radicais e usava o jornal *Vinte e Cinco de Março*⁸ como veículo de propaganda. O impresso fora criado, especificamente, como publicação abolicionista e desde sua primeira edição, em 1º de maio de 1884⁹, já destacava a que veio. “Somos a paz, por isso mesmo que somos a consciência, mas seremos a guerra se a isto formos compelidos. Eis a nossa franqueza” (*apud* LIMA, 1981: 100). O jornal de Luis Carlos Lacerda ganhou um caráter investigativo. Através do *Vinte Cinco de Março*, todo o funcionamento da “polícia abolicionista” era noticiado e o periódico levava os casos apurados a público, o que fez dele um veículo de denúncia, de reivindicação de ações das autoridades, assim como recurso de fiscalização dos senhores, quanto ao tratamento do cativo, que, nestes casos, eram noticiados publicamente a fim de desmoralizar os escravistas. O objetivo era estabelecer a ideia de que “nada escapava” à polícia abolicionista: “não há nada que a polícia abolicionista não descubra”. (LIMA, 1981: 107)

Os periódicos foram usados como instrumentos de persuasão e eram vistos como um meio de empreender mudanças sociais, segundo Humberto Machado. (1991: 22) Os abolicionistas acreditavam, principalmente a linha moderada, que era possível sensibilizar os senhores sobre as consequências nefastas decorrentes da manutenção do regime escravista. Apesar da maioria da população ser analfabeta, os discursos tinham difusão entre os populares tanto que manifestações partiram de redações de jornais e tiveram participação de jornalistas da época, que eram reconhecidos como ícones da luta em prol do fim da escravidão. “Na medida em que a propaganda se desenvolvia a questão entra definitivamente para a ordem

⁸ O nome do jornal refere-se ao dia da abolição da escravidão no Ceará, em 1884. (LIMA, 1981: 100)

⁹ O ano de 1884, em Campos, foi marcado pela tensão política entre abolicionistas e escravistas, somado à rebeldia negra. Tratava-se de uma região de maioria escrava, no qual o movimento abolicionista ganhou grande repercussão. Lana Lage definiu que esta região foi o retrato do que acontece no país. (LIMA, 1981: 100)

do dia’, mobilizando a opinião pública.” (MACHADO, 1994: 131) Os discursos em defesa da libertação dos escravos e debates de grupos políticos via imprensa não influenciavam apenas a elite e o público leitor dos jornais, mas também chegavam às ruas e à maioria analfabeta, por meio de uma leitura feita “de ouvido”, já que as manchetes eram anunciadas em voz alta pelos vendedores de jornais onde estivessem. (MACHADO, 1991: 131) Até mesmo jornais como o *Jornal do Commercio*, tradicionalmente reconhecido por sua postura conservadora, não ficavam de fora do debate sobre o fim da escravidão e registravam a questão, seja por meio de notícias do cenário político, por cartas, por artigos ou por notas de opinião. Os leitores podiam divulgar suas posições – geralmente usando pseudônimos ou textos anônimos – nos periódicos por meio da coluna de cartas de leitores, como a *Publicações a pedido* do *Jornal do Commercio*. A coluna era um espaço no qual os leitores, a elite intelectualizada da época, publicava opiniões, artigos e comentários, a fim de se posicionar sobre questões públicas, geralmente do campo político; criticar rivais, responder a críticas, publicar relatórios, veicular dicas de remédios milagrosos, comunicar ausências, se despedir de amigos publicamente ou até mesmo fazer reclamações sobre outros veículos ou parabenizar profissionais, empresas, veículos e o governo. Cada jornal posicionava-se politicamente no debate ou servia de canal para leitores contribuírem com posicionamentos à esfera pública. Eles defendiam saídas para o processo de abolição e para a inserção dos ex-escravos na sociedade. A imprensa era um espaço de divulgação de projetos políticos e dos conhecidos “*meetings*” abolicionistas. Quanto aos projetos políticos, os periódicos serviam de espaço para embate de visões e argumentos. Em um primeiro momento, foram abordados meios para o fim da escravidão; e depois saídas sobre o futuro do ex-escravo e formas de integrá-lo à sociedade, seja por meio da doação de terras, proposto por André Rebouças; ou pela universalização da educação básica, pregado por outros abolicionistas, como meio de tirar o negro da ignorância e da inércia. (MACHADO, 2006)

Os jornais também serviram a grupos radicais que convocavam escravos para fugas coletivas das fazendas e foram canais de denúncia de abusos e maus tratos, a fim de sensibilizar a população quanto às condições desumanas a que eram submetidos. O *Vinte e Cinco de Março*, de Campos, no Rio de Janeiro, por exemplo, publicou imagens de negros espancados e de instrumentos de suplício usados nos castigos. “A rebeldia do negro é caracterizada como a justa reação às misérias da escravidão e àqueles que impedem que a abolição se faça pacificamente” (LIMA, 1981: 205). Em o *Gazeta de Notícias*, a coluna *Cenas*

da Escravidão denunciou abusos contra cativos e a impunidade de senhores, mas com críticas cautelosas. Em São Paulo, por exemplo, *A Redenção*, criado em 1887 por Antônio Bento¹⁰, que foi um dos periódicos mais lidos da província, utilizava uma linguagem coloquial e agressiva em suas denúncias sobre a escravidão e sobre aqueles que defendiam o regime. Neste sentido, estes jornais colocavam a problemática do elemento servil em evidência e visavam a sensibilizar os leitores quanto às condições a que os escravos eram submetidos. “Os abolicionistas consideravam os jornais os documentos mais importantes para denunciar as mazelas do cativeiro.” (MACHADO, 2006: 142) O *Vinte e Cinco de Março*, porém, foi ainda mais longe e promoveu a rebeldia escrava por meio de fugas para quilombos. Os artigos incitavam os negros às agitações e protestos contra o sistema e eram fruto do grupo radical caifazes, que atuava no interior de São Paulo. Eles eram populares paulistas (artesãos, estudantes, mascates, cachoeiras, ferroviários, comerciantes) que se articularam para estimular e auxiliar os negros em fugas das fazendas. (MACHADO, 1994: 218)

Segundo Maria Helena Machado, a partir da morte de Luiz Gama, em 1882, em São Paulo, a luta jurídica dá lugar a ações mais radicais, como as praticadas pelo grupo de Antônio Bento, os caifazes. Eles escondiam os escravos em suas próprias casas e facilitavam viagens ferroviárias destes para quilombos. A penetração dos caifazes nas fazendas se dava via senzala, a fim de desorganizar o trabalho escravo. Estes eram motivados por uma liderança urbana movida pelo paternalismo. (MACHADO, 1994: 159) Célia Maria Marinho de Azevedo destacou que esse grupo radical assumiu a postura de “redentor”, libertando os escravos por meio de fugas das fazendas e os entregavam como braços livres nas próprias lavouras, em troca de salário. (AZEVEDO, 2004: 236-238) Diante das revoltas, Maria Helena Machado chama atenção para a mudança de discurso de alguns jornais, para recriminar a desordem e dar ênfase à ordem, o que evidencia o papel significativo do negro neste processo, a ponto de fazer com que a elite se dispusesse a criar discursos que recriminasse suas ações. (MACHADO, 1994: 145)

Voltando um pouco, nas eleições de 1881, Joaquim Nabuco não conseguiu se eleger e foi correspondente do *Jornal do Commercio* em Londres, entre 1882 e 1884. Ele retornou ao Brasil quando a abolição foi declarada no Ceará (1884) e quando se formou um gabinete favorável à abolição da escravidão, o de Manuel de Souza Dantas (1831-1894). “Em fins de

¹⁰ Antônio Bento foi apontado como sucessor de Luiz Gama na liderança do movimento abolicionista paulista. Ele fundou o jornal *A Redenção*, que teve um ano de existência, de 1887 a 1888, além de edições comemorativas, entre 1889 e 1897. (VAINFAS, 2002: 47)

1884, o país se dividiu entre escravocratas e abolicionistas. O gabinete convocou eleições. (...) Os abolicionistas tomaram as ruas na primeira grande campanha eleitoral brasileira.” (ALONSO, 2009: 77) Naquele momento, a luta era pelo fim da escravidão sem indenização aos senhores e com reforma agrária. A eleição acabou sendo anulada e na nova campanha Nabuco virou símbolo do abolicionismo, tendo seu rosto estampado em rótulos de cigarro, cerveja e lenços. Ele só venceu pelo Recife na Câmara, quando deputados renunciaram ao mandato, e em um terceiro pleito teve seu posto reconhecido. O gabinete de Dantas promoveu medidas de emancipação paulatina e de libertação aos escravos, mas os conservadores voltaram ao poder e reduziram suas medidas, como o que ocorreu com a Lei Sexagenária (1885) que concedeu a liberdade aos escravos idosos, no entanto com uma série de condicionantes. (ALONSO, 2009) Para a Abolição, somente a Lei Sexagenária foi uma contribuição do Partido Liberal. As demais leis foram todas aprovadas pelo Partido Conservador, como a lei de extinção do tráfico de africanos, do Ventre Livre, da Abolição e a de terras. “Frequentemente, os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam.” (CARVALHO, 2003a: 224)

A Lei Sexagenária fora aprovada sob forte campanha abolicionista e em meio à insurreição escrava. Em 1884, o projeto chegou à Câmara e mais uma vez a opinião pública foi mobilizada. A proposta aprovada, em 1885, acabou por beneficiar os escravistas, já que estabelecia a liberdade para escravos com mais de 60 anos, mas determinando a continuidade de trabalho destes idosos por até cinco anos nas fazendas, a fim de pagar sua liberdade. Esta lei foi mais um marco no processo de abolição do cativeiro, mas foi encarada como uma medida paliativa e conservadora, em um contexto em que já se falava de abolição imediata. (COSTA, 2008: 77-93) Na prática, a lei libertava escravos idosos e doentes, que já não serviam mais ao trabalho nas lavouras. Pode-se dizer que as duas leis, de 1871 e 1885, tiveram um sentido emancipacionista, zelando pelo direito de propriedade do senhor, já que traziam indenização. Além disso, libertavam faixas etárias que já estavam fora do meio produtivo, como crianças e idosos, mas asseguraram direitos aos escravos como a formação do pecúlio e a compra da alforria. Segundo Hebe Castro, essas leis acabaram por intervir na relação senhor e escravo, uma vez que, aquilo que antes era atribuído à bondade do senhor passa a ser um direito. “A Coroa brasileira controlou o trânsito do trabalho escravo ao livre até o seu desfecho. Assegurando-se de mecanismos políticos e fazendo uso de medidas gradualistas, cautelosas, conseguiu apaziguar os ânimos dos seguidores escravistas e,

paralelamente, inibir o avanço do movimento abolicionista”. (*apud* PESSANHA, 2005: 59) Segundo Andréa Pessanha, para entender o processo de abolição deve-se perceber a dinâmica política do Império, no qual a Coroa teve de fazer concessão aos vários grupos, a fim de manter o equilíbrio da monarquia. A autora aponta que as medidas até 1885 apontavam para uma postura gradualista e indenizatória para o fim do cativo, no entanto, a abolição incondicional, irrestrita e imediata contrariou essa dedução, já que o período anterior foi marcado pela atuação de abolicionistas e escravos, o que acelerou o processo. (PESSANHA, 2005: 55-60)

Entre 1886 e 1887, as ações escravas ganharam proporções mais violentas. As fugas em massa passam a ser frequentes e a rebeldia chegava ao extremo de queimar cafezais e ameaçar senhores com violência. As ações eram estimuladas por grupos abolicionistas radicais, como os caifazes. (MACHADO, 1994: 147-150) Segundo Lana Lima, a rebeldia escrava se multiplicou pelas províncias. O negro reagiu à escravidão fugindo das fazendas e formando quilombos em regiões afastadas. Inicialmente, essas ações de resistência eram interpretadas como a reação de um animal acuado e produto da violência¹¹ que o submetia. Elas não tinham uma conotação política, pois seu sujeito era destituído de capacidade civil. (LIMA, 1981: 59) Para a elite, a atuação do negro limitava-se a pequenas reações, sem organização, uma situação de rebeldia fechada em si mesma, porém, esta concepção muda, quando a ideia de combate à escravidão insere-se no mundo dos brancos pelo abolicionismo. A autora aponta que o movimento atribuiu legitimidade política à rebeldia escrava, que era marginalizada, por conta da condição social de seu sujeito, com isso, o escravo passou a assumir sua condição humana e a rebeldia revestiu-se de sentido político revolucionário (LIMA, 1981: 72-75), o que passou a ser percebido pelos brancos como uma ameaça. Além disso, a rebeldia passa a condição de revolta, ou seja, um movimento organizado que atraía adeptos. A participação do negro em agitações abolicionistas ganhou destaque, principalmente, nos últimos dois anos de escravidão. (LIMA, 1981: 93). Em Campos, no Rio de Janeiro, neste período a rebeldia se espalhou por todo o município, o que pode servir de exemplo para contrariar a ideia de passividade do escravo no processo de abolição e de que o caminho até o treze de maio teria sido percorrido apenas pela elite abolicionista. Para Maria

¹¹ Na visão de Lana Lima da Gama Lima, a violência era considerada pelos senhores a forma de submeter o escravo, já que ele era considerado ícone de corrupção dos bons costumes, um “inimigo” doméstico e um ser “inferior”. Neste sentido, a rebeldia era resposta do negro à violência do sistema. (LIMA, 1981: 39-40)

Helena Machado, as manifestações escravas refletem a consciência dos cativos de que deviam lutar contra o sistema que os oprimia. Essas manifestações, contavam com a organização via imprensa, como aconteceu também em São Paulo, por meio do jornal *A Redenção*, conforme já citado. O surgimento deste jornal marcou uma nova fase para luta contra escravidão, na província, na qual se admitiu o envolvimento do grupo caifazes com escravos, em regiões como Amparo, Casa Branca e Campinas. A ação do grupo radical abriu caminho para o envolvimento de setores populares no movimento. “Bastava, um recado de Antonio Bento a seus congregados para as cidades ficarem saturadas de fugitivos.” (MACHADO, 1994: 218)

Lana Lima aponta que a elite estava dividida pelo rompimento de alianças políticas, o que ofereceu uma brecha para a manifestação da rebeldia escrava. (LIMA, 1981: 22-23) Maria Helena Machado, por sua vez, destaca a penetração do movimento abolicionista no campo via senzalas, no qual a influência do grupo resultou na temida desordem e fugas em massa das fazendas, produto de uma liderança urbana motivada pelo paternalismo. Em Santos, os abolicionistas mais radicais invadiram as ruas para libertar escravos em oposição às autoridades, o que mostra um lado do movimento aberto a manifestações sociais e à incorporação de populares à luta. A insurreição escrava causara um clima de pânico entre os senhores. (MACHADO, 1994: 174-232) Em 1885, São Paulo viveu a ameaça de uma insurreição generalizada de escravos, no qual o objetivo era concretizar a abolição a partir das senzalas e das ruas. (MACHADO, 1994: 225) Hebe Castro destaca a importância das demonstrações de resistência escrava como influenciadoras no processo, apontando que as mesmas somente foram possíveis devido a uma queda acelerada na concepção de legitimidade da instituição escravista no período. (CASTRO, 1995: 231) A autora assinala também que, caso não tivesse ocorrido o treze de maio, abrir-se-ia uma brecha para a desordem e anarquia, já que os escravos fugiam em massa das fazendas. Neste sentido, a Lei Áurea teria sido aprovada e assinada rapidamente pela regente para evitar que o negro vencesse o branco. A lei teria reconhecido um fato consumado e libertado os brancos do fardo da escravidão, assim como do fantasma da desordem. A Abolição, para Hebe Castro, foi imprevisível pelas condições que ocorreu. Muitos fazendeiros já estavam convencidos de que a abolição imediata era a saída para o retorno da ordem, mas não esperavam que ela ocorresse tão cedo. (CASTRO, 1995: 231-257) Para Humberto Machado, o aumento da rebeldia escrava nas

senzalas teria apressado o processo de abolição, já que se temia a desordem generalizada. (MACHADO, 1991: 250-251)

No movimento abolicionista, porém, havia uma linha mais moderada, da qual José do Patrocínio fazia parte, que defendia um processo de abolição por via legal e dentro da ordem. José do Patrocínio, reconhecido como “o grande paladino da abolição”, também divulgou seus discursos através de seus jornais – *Gazeta de Notícias*¹², *Gazeta da Tarde*¹³, *Cidade do Rio* –, atacou a instituição servil e os seguimentos escravistas. Ele cria no fim da escravidão por meio legal e parlamentar, não por via de manifestações populares, muito pelo contrário, ele defendeu a ordem acima de tudo no processo. Assim, defendia que era preciso acabar com o “cancro” que impedia o Brasil de ingressar no “progresso” e na “civilização”, mas de forma ordeira e controlada. (MACHADO, 1991: 189) Para Humberto Machado¹⁴, o discurso de Patrocínio a favor da abolição era marcado por dois aspectos: paternalismo e reformismo, aspectos que de modo geral marcavam os moderados. O primeiro consiste em ver a abolição como uma “dádiva” dada pelos abolicionistas aos negros; enquanto o reformismo referia-se a reformas na força de trabalho, ou seja, a substituição da mão de obra escrava, associada ao atraso, pela força de trabalho livre e assalariada, associada ao progresso, de forma controlada e ordenada. O reformismo era a resposta do grupo moderado diante do aumento de manifestações de resistência escrava, nesta lógica, as reformas eram necessárias para a manutenção da própria ordem. O reformismo também se referia às relações de trabalho que passariam a ser assalariadas e apontava a imigração como alternativa para a escassez mão de obra. (MACHADO, 1991: 202-242) “Em suma, o imigrante seria a ordem, o progresso, e o negro poderia vir a ser a desordem, o retrocesso”. (MACHADO, 1994: 222) Segundo esta linha moderada, a extinção da escravidão deveria ser feita com ordem, de forma que

¹² O *Gazeta de Notícias* foi um jornal pioneiro de defesa do abolicionismo. Fundado por Ferreira de Araújo, em 1876, o periódico esteve sob a direção de José do Patrocínio em 1877 e após 1880, obtendo uma tiragem de vinte mil exemplares. Os impressos como este publicavam tudo o que servisse para divulgar a propaganda antiescravista. (MACHADO, 1991: 25)

¹³ O *Gazeta da Tarde* foi fundado em 1883 e chegou a obter tiragem de cinco mil exemplares. (MACHADO, 1991: 30)

¹⁴ Humberto Machado estuda o pensamento de José do Patrocínio (1853-1905), com base em artigos publicados nos jornais moderados abolicionistas. Essa linha do abolicionismo mantinha uma posição ambígua, no qual defendia o fim do cativo, mas por uma condução do movimento dentro da ordem. Ele localiza o personagem em seu tempo histórico e afirma que Patrocínio foi produto de um contexto e defendia mudanças, a fim de salvaguardar seus próprios privilégios. Ele define Patrocínio como um típico liberal reformista, por isso muitos de seus discursos visam a sensibilizar os senhores quanto ao fim da escravidão. (MACHADO, 1991: 1-2)

impedisse a atuação desordenada negra, e tendo a participação dos imigrantes, cuja influência era associada ao progresso. Nas palavras de José do Patrocínio: “o movimento abolicionista de cunho urbano e a resistência escrava rural expressam o embate entre dois tempos históricos distintos, o primeiro significa o progresso e desenvolvimento econômico-político-social (racionalidade) e o segundo, retrocesso e paralisia (irracionalidade).” (*apud* MACHADO, 1994: 217)

Apesar de os abolicionistas se envolverem na luta contra a escravidão, eles não estavam livres da influência de ideias estereotipadas em relação ao negro, como: inferioridade racial, que eles eram propensos à violência, à marginalidade e à desordem, mantenedores de relações familiares promíscuas e que só trabalhavam sob vigilância, por meio de castigos¹⁵. Com isso, a escravidão deveria ser extinta seguindo o princípio da ordem e sua mancha seria apagada da sociedade pelas mãos abolicionistas e não pela violência. Uma nova formação do “povo” brasileiro, um conceito indefinido na época, era discutida pela elite e o embranquecimento a partir da imigração, por meio da mestiçagem, aparece como um caminho para apagar símbolos negros e mestiços. Com essas ideias, a elite branca que lutou na campanha abolicionista queria inserir os ex-escravos na sociedade, mas mantendo uma hierarquia e uma desigualdade. As propostas de reforma visavam a criar uma nação civilizada, mas sem promover mudanças que atingissem os libertos. Aqueles que defendiam a permanência da escravidão usaram as mesmas ideias estereotipadas sobre a inferioridade da raça negra para combater o abolicionismo e pregavam que o negro não era capaz de desenvolver tarefas intelectualizadas, somente rudimentares. (ALONSO, 2009)

A imprensa também foi usada como meio de estabelecer o controle social dos cativos e acabou por contribuir no reforço e divulgação de ideias deturpadas acerca dos libertos. Para isso, eram utilizadas ideologias pejorativas e preconceituosas contra o escravo, a fim de mantê-lo sob controle, colocando-o como “preguiçoso” e “desordeiro”. Célia Azevedo chama atenção para um cenário de conflitos sociais, que propiciou o surgimento do movimento

¹⁵ Ver primeiro capítulo de *Na Senzala, uma flor*, de Robert Slenes, no qual o autor apresenta visões historiográficas que se propagaram, baseadas em estereótipos acerca da formação da família e de relações conjugais dos escravos, a partir de uma concepção negativa da herança do cativo. A historiografia brasileira até 1970 pregou que a vida íntima nas senzalas era marcada pela promiscuidade sexual, uniões conjugais instáveis e filhos sem a figura paterna. Slenes defende a existência da família escrava como instrumento para minar a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e rebeliões, além disso, contribuindo para a formação de uma identidade dos escravos nas senzalas. A leitura da primeira parte do terceiro capítulo também é recomendada, pois traz à discussão o olhar branco sobre os lares dos cativos, apontando percepções preconceituosas acerca do negro e que permearam a visão de contemporâneos. Slenes explica que esses contemporâneos não quiseram ver a “flor” na senzala, ou seja, não perceberam a existência da família escrava, da cultura, da herança e das recordações africanas por falta de interesse. (SLENES, 1999: 27-49; 131-142)

aboliconista com objetivo de instituir o controle social do negro via mercado de trabalho. (AZEVEDO, 2004: 246), ou seja, o papel dos aboliconistas, na visão da autora, era coibir a desordem e viabilizar a ordem. (AZEVEDO, 2004: 193) A autora chama atenção para o caráter pedagógico e de orientação que o jornal *A Redenção* assumiu para os negros, nos poucos meses que antecederam a Abolição, a fim de garantir a ordem. (AZEVEDO, 2004: 231) Ela resume que o caráter de controle social do discurso aboliconista no jornal é percebido pela ênfase dada à primazia da ordem e à orientação do negro ao trabalho, conforme interesse dos proprietários. (AZEVEDO, 2004: 246) Diante da ameaça da ociosidade escrava, os jornais divulgaram o projeto de uma sociedade integrada racialmente, no qual haveria igualdade jurídica e a diferenciação estaria apenas na aptidão ao trabalho. (AZEVEDO, 2004: 249) Os periódicos também veicularam projetos sobre a melhor forma de abolir a escravidão, estabelecendo um verdadeiro debate via imprensa. Foram defendidas, por meio artigos, a abolição imediata e incondicional; contra opções de libertação condicional, no qual o ex-escravo era obrigado a trabalhar por alguns anos nas terras do senhor, a partir de um contrato de trabalho, recebendo salário. (AZEVEDO, 2004: 228)

À medida que se aproxima da última fase, o movimento aboliconista ganhou mais força, envolvendo apoio popular, de fazendeiros paulistas e de parte do Partido Conservador. (MACHADO, 1991: 143) O povo abraçou a causa, contando com apoio de setores da classe média e da elite. O aboliconismo recrutava seu apoio nas camadas médias urbanas e na plebe desordeira, que se misturavam nos *meetings*, nos confrontos de rua e nos motins urbanos. “Igualmente o aboliconismo da década de 80 atraía para seus quadros toda uma malta de homens desenraizados – imigrantes, viajantes, indivíduos sem pátria e sem família”. (MACHADO, 1994: 17) Esses indivíduos estabeleciam a ligação entre o mundo urbano e as populações escravas.

“Penetrando nas senzalas e eitos, desde os princípios da década, os setores mais avançados do aboliconismo se esforçavam por estabelecer pontos de contato entre a inquietação escrava das fazendas e a movimentação das cidades. Ousadas revoltas, sedições violentas, preparação de insurreições generalizadas, foram aspectos do transbordamento do movimento aboliconista das cidades em direção às fazendas.” (MACHADO, 1994: 17)

Segundo Emília Viotti da Costa, a insurreição nas senzalas e a ação de aboliconistas anônimos contribuíram bastante para o desfecho do fim da escravidão no Parlamento. Naquele contexto, muitos fazendeiros concederam alforria condicional, no qual os negros

eram libertos, mas se comprometiam a trabalhar nas fazendas no período de dois a cinco anos. (COSTA, 2008: 111-125). Emília Viotti da Costa e Robert Conrad assinalaram que a campanha abolicionista no Rio de Janeiro ganhou força a partir do apoio da “camada popular” e de “importantes setores da camada média”, o que acabou por constituir o movimento na capital como de um caráter popular. (*apud* MACHADO, 1991: 10) Para Rebeca Bergstresser, esta participação atuante da população no abolicionismo local, na cidade do Rio de Janeiro, deriva do radicalismo urbano, que contestou o governo devido ao descaso sobre os interesses da população. A campanha na cidade ganhou essa particularidade por seu grau cosmopolita, uma vez que era o principal centro comercial e manufatureiro do Império. O Rio de Janeiro era uma cidade muito suscetível às influências vindas da Europa e, na década de 1880, se tornou um pólo formador de opinião e de debate a respeito da abolição. (*apud* MACHADO, 1991: 10-11) Como os habitantes das cidades eram menos dependentes do trabalho escravo, o cativo foi tido como um obstáculo para a indústria. A população aderiu à luta antiescravista e participava de comícios e reuniões abolicionistas. Para Humberto Machado, era natural que o quadro de proximidade do fim da escravidão fosse marcado por um maior número de pessoas aderindo ao movimento. (MACHADO, 1991: 132-136)

Na Corte, o discurso agressivo de grupos abolicionistas contribuiu para despertar o apoio popular. Eles consideravam a escravidão como o suporte de uma proeminência econômica injusta e como algo que desvalorizava o trabalho livre. Em suma, pode-se dizer que o engajamento da população no movimento apontava para um período de transformações, que foi marcado pela inclinação favorável da opinião pública à abolição. Para Emília Viotti da Costa, o processo que teve como desfecho o fim da escravidão no Brasil foi marcado por várias mudanças. Quanto à demografia, a população escrava diminuindo consideravelmente ao longo dos anos. Nos centros urbanos, havia mais oportunidades para trabalhadores livres e era o ambiente onde o abolicionismo florescia. No campo, ocorria a mecanização do trabalho, que alterou o ritmo da produção, adaptando-a ao número restrito de escravos, aumentando a produtividade e liberando mão de obra. A partir da construção de ferrovias, apareceram melhoras no sistema de transporte, de mercadorias e de pessoas, viabilizando a mobilidade e facilitando a contratação de trabalhadores livres, principalmente, na época de safra nas fazendas. A imprensa divulgou discursos a favor do trabalho livre, como as vantagens econômicas deste diante do oneroso custo da escravidão, e os fazendeiros começaram a concordar com ela. A imigração italiana tomou impulso, a partir da Lei do Ventre Livre, já

que deixava claro que a escravidão estava fadada a desaparecer como forma de trabalho. (COSTA, 2008: 61-75) O abolicionismo recrutou um maior número de adeptos nos centros urbanos. “Pessoas levando cartazes em favor da emancipação dos escravos desfilavam pelas ruas das capitais e outros centros urbanos, nas várias províncias.” (COSTA, 2008: 78)

Em todas as fases do processo de abolição, que culminava em uma fase mais popular, os proprietários agroexportadores opuseram-se às medidas abolicionistas. A adesão à causa nos meses finais era como o reconhecimento de que aquele processo era irreversível, do qual os proprietários queriam tirar o melhor proveito. As libertações em massa só ocorreram às vésperas da Abolição, tanto no Vale do Paraíba, quanto no Oeste paulista e na Zona da Mata pernambucana. Até os últimos momentos, porém, a escravidão foi considerada compensadora e a substituição pelo trabalho livre era decorrente do fim inevitável da mão de obra escrava. O governo, ao longo do processo, manteve-se mais favorável às medidas abolicionistas do que voltado para interesses dos proprietários. Quanto à influência de pressões externas e internas, José Murilo de Carvalho aponta que, em 1850, houve um impacto externo; em 1871, foi mais uma pressão externa criada do que real; e, em 1888, ela foi nula, ou seja, somente na última fase, o país viveu a relevância da pressão interna por meio de um movimento de caráter popular, envolvendo ex-escravos, operários e até camadas da burocracia estatal. A aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) foi a primeira evidência da separação entre os barões e o rei, o que se acentuou em 1885 e 1888. A Coroa foi esgotando sua legitimidade junto aos grandes proprietários ao ferir os interesses deles e não tinha outro grupo dominante de força política similar que continuasse a apoiá-la. (CARVALHO, 2003b: 291-323) Nos momentos de normalidade, predominava o pacto entre rei e barões, mas, com o tempo, se pensou no peso exclusivo da Coroa. A política era como um teatro das sombras em que cada um projetava no outro sua expectativa de poder, gerando fantasmas. Os proprietários sustentavam a monarquia e eram marginalizados pela Coroa, enquanto os políticos não sabiam se representavam a nação ou o Estado. (CARVALHO, 2003b: 417-423)

O clima havia se tornado praticamente insustentável. João Alfredo Corrêa de Oliveira tomou posse do gabinete em 10 de março de 1888 e chegou convencido de que era necessário resolver a questão da escravidão. (ALONSO, 2009) A proposta do Executivo de extinção do regime foi apresentada à Câmara de Deputados em 8 de maio de 1888, pelo ministro da agricultura Rodrigo Augusto da Silva, e teve imediatamente parecer favorável da comissão nomeada da Casa. O fim desta instituição era tido como um anseio do povo brasileiro e que

não poderia esperar. A proposta foi votada na Câmara, sem passar pelas formalidades habituais, que também deu parecer favorável à iniciativa, contabilizando 83 votos a favor e nove contra. Os contrários faziam parte do Partido Conservador, sendo um de Pernambuco e o restante do Rio de Janeiro; ou seja, a maioria representava os interesses dos cafeicultores da capital que não concordavam com a proposta de fim do regime sem indenização. O Partido Republicado acabou se unindo a tais grupos e defendeu seus interesses, criticando o governo pela proposta. (COSTA, 2008: 9-12)

Encaminhado para o Senado, o projeto foi aprovado em 13 de maio de 1888 e seguiu às mãos da princesa imperial regente Isabel, que assinou a lei, que dava fim a três séculos de uma instituição que, nos últimos vinte anos, foi duramente questionada e se tornou motivo do atraso e vergonha do Brasil em relação ao ocidente civilizado. O 13 de Maio se tornou feriado nacional e a Câmara ficou em recesso por cinco dias. Foram mais de 700 mil libertos naquela tarde. A Câmara cumpriu sua missão: dera liberdade aos escravos e livrara o Brasil e a elite branca daquele cancro, entregando os negros à própria sorte. Ao contrário do que defendia a linha abolicionista de Joaquim Nabuco, a obra do fim da escravidão para as autoridades encerrou-se ali, assim como o movimento abolicionista. As reformas propostas e discutidas via imprensa para eliminar o legado do cativo ficaram por fazer e o negro teve de lutar por sua “emancipação” na sociedade. (COSTA, 2008: 9-12)

“A comoção era intensa. O próprio ministro se achava dela possuído e foi com os dedos trêmulos que abriu a proposta e tomou-a a fim de ler. Dominando, porém, a comoção sagrada, a que todos vergavam no momento de ser lido o decreto de libertação dos escravos, S. Ex. leu com voz firme as seguintes palavras: <<De ordem de sua alteza, a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, venho apresentar à Câmara dos Srs. Deputados o seguinte projeto: Artigo 1º - É declarada extinta a escravidão. Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.” (Revista Illustrada, nº 497, 13 de maio de 1888 *apud* PIRES, 2010: 65)

Alguns jornais antes pregaram que a Abolição já era um fato dado e que só cabia ao governo legitimá-la. “Por toda a parte, enquanto o governo ficava nessa imobilidade de múmia, a questão do elemento servil resolveu-se por si mesma”, (Revista Illustrada, nº 478, 31 de dezembro de 1887 *apud* PIRES, 2010: 59) Os periódicos também registraram e louvaram aquele momento único na história do país.

“Às três horas em ponto, a Regente, dirigindo-se à sala do trono, recebeu das mãos do Dr. Luiz Prado (do jornal *O Paiz*) a pena de ouro obtida por subscrição popular para a assinatura da lei. Com a mão firme, a princesa colocou sua assinatura no imortal documento. O Sr. Clapp aproximando-se da Regente entregou-lhe, respeitosamente, um buquê de camélias (símbolo do movimento abolicionista) e violetas com dizeres comemorativos nas fitas de seda.” (Revista *Illustrada*, nº 499, de 2 de junho de 1888 *apud* PIRES, 2010: 67)

Com a assinatura da Lei Áurea, os parlamentares entenderam que a obra da Abolição estava concluída, a concessão da igualdade jurídica dos escravos era realidade. Os movimentos de integração social e de luta em prol da igualdade entre negros e brancos que existem até hoje são prova de que a concessão de liberdade na lei não garantiu a “liberdade real”, mas somente foi o primeiro passo em direção a um longo processo que perdura até então. A obra da Abolição, diferentemente do que pregavam os abolicionistas nos jornais, ficou inacabada para os ex-escravos. A história que acabou por ser contada pela imprensa e pelos livros didáticos descartou ou deu pouca importância à resistência escrava e à ação dos anônimos, exaltando a ação de abolicionistas, de parlamentares e da regente. Na *Revista Illustrada*, por exemplo, foram registrados discursos pós-Abolição no qual os abolicionistas reivindicaram uma memória quase que heróica para si no processo e omitiram qualquer contribuição dos escravos. (PIRES, 2010: 70-72) Como foi visto, essa visão é definida por Humberto Machado como uma concepção paternalista da ala moderada, que definiu a Abolição como uma dádiva concedida aos ex-escravos pelos abolicionistas. A ruína da economia e da lavoura, anunciada por escravocratas, não aconteceu, apesar de pequenos produtores terem sofrido com o fim da escravidão e muitos terem ido à falência. Naquele primeiro momento, pouco mudou na vida dos libertos.

Muitos continuaram vivendo nas mesmas fazendas e nas mesmas senzalas. (MACHADO, 1991: 266-269) O objetivo da classe dominante e intelectual, porém, foi alcançado. Ela havia conseguido banir a mancha de atraso e trazer o “progresso” ao Brasil, equiparando-o à condição semelhante das nações civilizadas. (*apud* VAINFAS, 2002: 18) No período pós-Abolição, coube aos governos coagir os ex-escravos a se adaptar à nova realidade. De acordo com Humberto Machado, a coação e a violência deixaram de ser aplicadas através do chicote, mas foram através das leis, que favoreciam os fazendeiros e obrigavam os ex-escravos a trabalhar. Foram aprovadas medidas para acabar com a vadiagem, por meio de sanções econômicas e jurídicas. (MACHADO, 2006) Robert Blackburn

reconhece a abolição como a grande revolução do continente americano, no qual a Lei Áurea marcou o desfecho de um processo de emancipação iniciado em finais do século XVIII, com a Revolução do Haiti. (*apud* VAINFAS, 2002: 16) Para Sérgio Buarque de Holanda, o acontecimento era um marco entre o predomínio agrário e o início de um novo sistema, que tinha como centro as cidades. (*apud* AZEVEDO, 2004: 186) O fim da escravidão trouxe novas questões ao Brasil, que emergia republicano e democrático, relacionadas à inserção social do negro e à identidade nacional.

CAPÍTULO II – O JORNAL DO COMMERCIO E SEUS LEITORES

1. O Império e sua ordem

A ordem social no Império, segundo a visão de mundo de Luzias e Saquaremas, era definida por três mundos, de acordo com Ilmar Rohloff Mattos, e competia à boa sociedade governar as instâncias de poder. No cenário político, Luzias e Saquaremas dividiam as disputas, intercalando-se ora como situação, ora como oposição. Os partidos eram compostos por cidadãos ativos, que faziam parte da dita boa sociedade. A ordem levava em consideração a natureza estritamente política, mas estabelecia distinções por uma combinação particular entre as condições sociais e matrizes raciais. (MATTOS, 1987: 112-113)

A sociedade estava dividida em três grupos: os brancos dotados de propriedade e liberdade, que constituíam a boa sociedade; o povo mais ou menos miúdo; e os escravos. O autor define que no Império subsistiam três mundos: o do governo, exercido pela boa sociedade; o do trabalho, que era composto pelos escravos; e o da desordem, da plebe, do povo. Os dois primeiros, por sua vez, se distinguiam do último por serem atravessados pela noção de ordem. “Governo, trabalho e desordem – os mundos constitutivos do Império do Brasil, mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição de suas fronteiras”. (MATTOS, 1987: 123) Cabia aos detentores do poder manter esta organização social.

“Os fundadores do Império do Brasil¹⁶ – Bonifácio, D. Pedro I, Vasconcelos, Evaristo, Feijó e alguns mais – haviam herdado os fundamentos dos três mundos. A geração seguinte – a “geração de 1800-1833”, da qual faziam parte tanto a “Trindade Saquarema” quanto Nabuco de Araújo, Saraiva, Zacarias, Cotegipe, Paraná, Rio Branco, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar, Varnhanguem, João Francisco Lisboa, Vítor Meireles e outros mais – deu forma aos três mundos e empenhou-se em conservá-los, ao empenhar seus ideais e suas forças na “consolidação monárquica. (...) Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construía a sua identidade enquanto uma classe social.” (MATTOS, 1987: 126)

¹⁶ Os fundadores e consolidadores do Império tinham os olhos na Europa e os pés na América. Eles tinham os Estados Nacionais europeus como modelo para o Brasil, já os pés na América para responder às rebeliões e sedições, respondendo ao contexto particular daquela sociedade. (MATTOS, 1987: 127-128)

A classe senhorial dos brancos tinha o monopólio da mão-de-obra e da terra; dos negócios e da política; e também dos homens, por meio da administração civil, militar, leiga e eclesiástica. (MATTOS, 1987:115) Os Luzias e Saquaremas distinguiram-se do “povo mais ou menos miúdo” por sua busca pelo “aumento da felicidade, a restauração dos monopólios e a expansão das riquezas”. Estes constituem seus objetivos fundamentais. A boa sociedade também se diferenciava dos demais por dois atributos essenciais: a liberdade e a propriedade. Aqueles que não possuíam estes atributos eram desprivilegiados. Neste contexto, a liberdade era vista como um bem fundamental do homem.

“A liberdade é o próprio homem, porque é a sua vida moral, é a sua propriedade pessoal, é a mais preciosa, o domínio de si próprio, a base de todo o seu desenvolvimento e perfeição, a condição essencial do gozo da sua inteligência e vontade, o meio de perfazer seus destinos. É o primeiro dos direitos, e salvaguarda de todos os outros direitos, que constituem o ser, a igualdade, a propriedade, a segurança e a dignidade humana.” (BUENO *apud* MATTOS, 1987: 116)

Como não detinham o “primeiro direito”, os escravos não eram considerados pessoas, eram coisas. Essas distinções serviam também para determinar o papel ou função de cada grupo na sociedade, de acordo com suas capacidades e habilidades. Com isso, os brancos, membros da boa sociedade, formavam a sociedade política e competia a eles governar. “Diremos desde agora, que a “boa sociedade” constituía o mundo do governo, um mundo que não apenas se via tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade.” (MATTOS, 1987: 117) Já os negros, os escravos, eram as peças do mundo do trabalho. Eles eram como as mãos e os pés do senhor de engenho. A rebeldia escrava, porém, mudaria essa relação pacífica e transformaria o escravo em um inimigo do senhor. “E era tal existir que destaca para nós a relação entre os mundos do governo e do trabalho, como uma relação de força, que existe em ação, exercendo-se a cada instante: o poder como combate, confronto e guerra.” (MATTOS, 1987: 119)

Hebe Mattos de Castro aponta que, antes de 1850, a estrutura social era mais rígida, sendo formada por brancos; negros; pardos e mulatos, isto é, respectivamente, livres; escravos; libertos ou descendentes livres de brancos. A autora define que em uma ordem escravagista ser livre significava não trabalhar, assim a liberdade era um atributo do branco, que potencializava sua inserção social e a propriedade, mas, a partir da segunda metade do

século XIX, o aumento demográfico de negros, mestiços livres e libertos mudou a estrutura da sociedade, assim como a restrição quanto à compra de escravos por pessoas livres, com o fim do tráfico negreiro. (CASTRO, 1995: 32-38) Com isso, as noções de liberdade tiveram de ser reajustadas: “tendo em vista o tamanho sabiamente reduzido da elite econômica ou política, desenha-se assim uma não-sociedade, onde milhões de pessoas, entre livres e escravos, estariam em condições de desclassificação social, desajuste cultural e marginalidade econômica.” (CASTRO, 1995: 49) Com exceção do Vale do Paraíba, de modo geral, a população mestiça era mais volumosa que a de escravos.

A autora classifica a sociedade como estruturalmente desigual e baseada na propriedade de homens, no qual era preciso criar laços para se mover na estrutura. Todos agiam segundo códigos culturais, inclusive o negro, que também usava de estratégias para se diferenciar dos escravos africanos, como por meio de laços familiares. Para isso, precisavam se mover para estabelecer novos laços e tentar subir na estrutura. O único atributo que ganhavam com a liberdade era a capacidade de moverem-se em busca de novos laços, permitindo que afirmassem sua condição de livres diante do passado do cativo. (CASTRO, 1995: 44) Com o aumento do número de mestiços e negros livres, a cor deixou de ser um meio de controle social. Em uma sociedade marcada por relações pessoais, estabelecer laços era o meio de obter um lugar no mundo dos vivos. (CASTRO, 1995: 58) As relações sociais encontravam-se integradas por um código cultural, que forçava o lugar social e as formas possíveis e legítimas de transitar entre elas. A escravidão era a única relação social institucionalizada. A estabilidade deste arranjo social se constituiu pelo costume que abria atalhos e provia recursos para conviver com a desigualdade do sistema. (CASTRO, 1995: 77).

O terceiro mundo, definido por Ilmar Mattos, por sua vez, era composto por uma massa livre e pobre. Eles não tinham lugar nem no mundo do trabalho e nem no do governo. Eles eram basicamente mestiços e negros, geralmente, escravos alforriados, que “vagavam desordenadamente, ampliando a sensação de inquietude.” (MATTOS, 1987: 121), mas podiam ser agregados e moradores, se vivessem de favor nas terras de algum senhor; pobres, se vivessem de caridade ou vadios. Eles constituíam o mundo da desordem. “Porque embora produtos da colonização de bases mercantil-escravista, os homens livres e pobres encontravam-se desvinculados de modo direto das atividades que conferiam sentido à ocupação do território.” (MATTOS, 1987: 122) O povo e a plebe diferenciavam-se dos escravos por serem livres, mas também havia outros critérios que reafirmavam as distinções

na sociedade imperial, como atributos raciais, grau de instrução, propriedade de escravos e os vínculos pessoais que cada um conseguia estabelecer. “E, dessa forma, a sociedade imprimi-se nos indivíduos, que a compunham, distinguindo-os, hierarquizando-os e forçando-os a manter vínculos pessoais”. (MATTOS, 1987: 125) O povo não era o mesmo que a plebe, mas era formado pelos cidadãos economicamente ativos, enquanto a plebe era marginalizada, mesmo sendo livre. O povo era a boa sociedade. A concepção da sociedade imperial formada por três mundos era a visão de mundo comum de Luizas e Saquaremas a respeito de seu tempo.

2. A boa sociedade leitora do *Jornal do Commercio*

De acordo com o *Dicionário do Brasil Imperial* (2002), a boa sociedade era a elite econômica, política e cultural do Império, que partilhava de códigos, valores e comportamentos modelos, tendo como base a civilização europeia. A Corte fluminense abrigava personalidades da política, da sociedade e das artes. Ela era composta por parte dos proprietários, negociantes de grosso trato, clérigos, bacharéis (médicos, advogados e engenheiros) e graduados em atividades administrativas ou em instituições militares. O grupo se distinguia dos demais pelos costumes e especialmente pela indumentária típica: a casaca, roupa que se tornou símbolo da elite. No Rio de Janeiro do século XIX, as modas da Corte eram inspiradas nas novidades europeias, como mobília, vestimenta, literatura, arte e entretenimento, que podiam ser encontradas no berço da boa sociedade da época: a rua do Ouvidor.

A elite se socializava por meio de eventos, como jantares, saraus e bailes esporádicos. Com o tempo, passaram a se encontrar nos salões de conversação, música e dança, assim como se encontravam nas confeitarias, nos passeios pela rua do Ouvidor, em espetáculos esportivos, teatros e concertos públicos. Também havia sociedades que ofereciam entretenimento e clubes, onde era possível dançar, participar de jogos e conferências. Eram locais para encontros com artistas, escritores e intelectuais. Esses clubes e salões exclusivos eram frequentados pela nata da sociedade política e cultural da época. Segundo o *Dicionário*, a boa sociedade tendeu a confundir-se com a elite política, que pretendia fazer do país um lugar ideal para os que usassem casaca. (VAINFAS, 2002: 95-97) No fim do XIX, os intelectuais se dividiram em três grupos principais: o boêmio da rua do Ouvidor, o da

Academia Brasileira de Letras e o grupo católico. Os literatos trabalhavam nos jornais e na política. No Brasil, a literatura conduzia ao jornalismo e este à política, uma vez que o regime parlamentar tinha como um dos requisitos exigir dos representantes que fossem oradores. Geralmente, as quatro características andavam juntos: os literatos eram jornalistas, que eram oradores, que eram políticos. (PIRES, 2010: 33)

Ao longo do tempo o conceito de elite esteve relacionado à propriedade de se distinguir da massa. Segundo o sociólogo Giovanni Busino, o grupo consiste em uma minoria que dispõe de privilégios em uma sociedade, em um dado momento, por qualidades naturais valorizadas por aquela sociedade ou por qualidades adquiridas. Esse pequeno grupo ocupa a parte superior da hierarquia social, e, por origem, méritos, cultura ou riqueza, exerce o direito de dirigir e negociar questões de interesse da coletividade. Para Christophe Charle, as elites são definidas pela detenção de certo poder ou por uma seleção natural ou intelectual. (*apud* HEINZ, 2006: 7-8) No entanto, não há consenso sobre o conceito elite. Em um sentido amplo é uma categoria ou grupo que está no topo de uma estrutura de autoridade ou distribuição de recursos. Os trabalhos sobre a elite permitiram conhecer seus métodos e espaços para acesso ao grupo dominante, suas relações com o todo social. A prosopografia¹⁷ é o método responsável pela retomada do interesse dos historiadores pelo tema e consiste no uso de um método tipo sociológico em uma pesquisa histórica, no qual se trabalha com biografias coletivas, caracterizando o perfil social de um dado grupo. (HEINZ, 2006: 7-14)

Segundo Michel Conniff, toda sociedade organizada escolhe elites que administram os negócios públicos e tomam decisões pela população. Antes de 1889, a tradição brasileira para a escolha dos donos dos altos cargos do governo era feita pela monarquia hereditária e seus assessores, assim a liderança ficava restrita a um pequeno grupo. Os meios mais democráticos eram usados para escolha de cargos políticos locais, provinciais e alguns parlamentares. De modo geral, a elite política era composta por homens de meia idade, que entravam na política por volta dos 40 anos, sendo ela uma segunda carreira. Eles se concentravam basicamente na

¹⁷ A prosopografia ou biografia coletiva é um método que se desenvolveu, principalmente, nos últimos 40 anos, no qual os temas são abordados por uma perspectiva objetivista, podendo ter uma abordagem socializante e empírica monográfica. O princípio é definir uma população a partir de critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico, cujos critérios servem para definir sua dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política. Com a documentação reunida o exame de dados pode recorrer a várias técnicas quantitativas e qualitativas, conforme o que permitir as fontes. A biografia coletiva exige tempo e rigor na organização dos dados. O historiador age sobre seu objeto em todos os níveis: amostra, coleta, codificação e tratamento dos dados. (HEINZ, 2006: 41-49)

esfera federal, trocando de cargos ao longo do tempo. A elite política coincidia com a elite social, econômica e intelectual. (HEINZ, 2006: 99-101)

Para José Murilo de Carvalho, havia uma indefinição de esferas de influência e de poder no Império e as decisões políticas nacionais eram tomadas pelo Imperador, por parlamentares e ministros, ou seja, por aqueles que detinham cargos executivos e legislativos. O autor usou o critério das posições formais para definir a elite política real. (CARVALHO, 2003a: 51) Os partidos políticos eram predominantemente parlamentares. Outros grupos de influência eram homens de negócios; associações como a Maçonaria e Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; e a imprensa, que viveu um período de ampla liberdade durante o Império. O autor descreve a imprensa como uma tribuna política usada pela elite. “Era um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido de oposição, sem representação alguma na câmara.” (CARVALHO, 2003a: 54) Assim, ela era um importante canal de exposição da elite partidária de oposição que não tinha voz no Parlamento. Apesar disso, os jornalistas não constituíam uma elite a parte da política, tanto que muitos jornalistas eram políticos. Carvalho aponta que o governo imperial foi basicamente civil, em que militares tiveram uma influência reduzida até 1880. A elite política era anticlerical e antimilitar. (CARVALHO, 2003a: 56).

Os presidentes de província, diretores e chefes de seção estavam inseridos na elite nacional e as esferas abaixo deles constituíam as elites locais. Os empregos públicos eram procurados pela boa sociedade como uma fonte de renda estável. Na escala do poder, os Conselheiros de Estado estavam no topo da elite política. Apesar de mais poderosos, tinham menos influência nas disputas, eles eram geralmente ministros e senadores escolhidos pelo Imperador. O cargo era vitalício, mas com prerrogativa de suspensão, se houvesse necessidade. O grupo mais influente na política era o dos ministros, agentes do poder executivo, também escolhidos pelo Imperador. De cima para baixo, vinham os senadores, que tinham mandato vitalício e eram escolhidos pelo Imperador por uma lista tríplice e eleitos pela população. Para ser candidato, era preciso ter, pelo menos, 40 anos e uma renda anual de 800\$000. Em seguida, vinham os deputados gerais, que eram os mais numerosos e menos poderosos, cujo critério para ser eleito era ter 25 anos e uma renda anual de 400\$000. O autor acredita que as escolhas de um governo monárquico representativo e da unificação das colônias portuguesas foram atribuídas à elite política da época da Independência, ou seja, obra de um grupo marcado por uma homogeneidade ideológica e de treinamento, gerado pela

política portuguesa. A homogeneidade dele garantiu a capacidade de implantar um modelo de dominação, que foi fornecido por sua socialização. Assim, quanto mais homogênea a elite fosse, mais estável era a formação do Estado.

Ilmar Rohloff de Mattos define que os dirigentes do governo podiam vir das classes médias e ingressavam nas grandes famílias por casamento e outras relações. A este seguimento caberia favorecer os monopólios. Existia ainda um poder administrativo entre pessoas e coisas, o que incluía os escravos. Havia uma diferenciação entre os “mais próximos” do Imperador. Hierarquicamente, de baixo para cima, estavam: deputados gerais, presidentes de províncias, ministros de estado, senadores, conselheiros do Estado e o Imperador. Na sociedade, em uma ponta estava o extremo da política e na outra a ausência dela, onde se confundiam os interesses gerais da pátria, a neutralidade e afastamento das paixões partidárias, ou seja, o Imperador. Ele representava o pacto entre o povo e o soberano. (MATTOS, 1987: 187-191)

Essa elite política tinha critérios de diferenciação em relação à massa. A educação superior era um dos elementos que a unificava ideologicamente. “A elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos.” (CARVALHO, 2003a: 65) Quase todos que faziam parte dela tinham educação superior e, geralmente, com formação em Direito. Até 1850, os bacharéis eram formados, basicamente, na Universidade de Coimbra ou tinham passado pela Real Academia da Marinha ou pelo Colégio dos Nobres, recebendo formação militar. Com a chegada da Corte portuguesa no Brasil foram criadas a Real Academia dos Guardas-Marinhas, a Academia Real Militar e as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, assim como a Academia de Belas Artes. Após a Independência, surgiram as Escolas de Direito de São Paulo e de Olinda. Já, no ensino secundário, o Colégio Pedro II era o mais importante. Em geral, o grupo iniciava sua formação com tutores particulares e ingressavam em liceu ou seminário, no Colégio Pedro II ou na Escola Naval. Em seguida, completavam os estudos na Europa ou ingressavam no ensino superior. Os políticos tinham formação superior na área jurídica, sendo vista a formação técnica e militar com menor prestígio.

A referência no ensino de Direito continuava sendo a Universidade de Coimbra, tanto que os cursos brasileiros eram baseados nos daquela instituição. Juristas, advogados, senadores, deputados e diplomatas tinham formação superior nesta área. Entre 1871 e 1889, 95,4% dos ministros e 80% dos senadores tinham formação superior. Os índices indicam que eram grupos bastante educados, assim a educação era uma marca de distinção em relação à

massa. Em 1872, apenas 18,5% da população brasileira sabiam ler e escrever. Após a Independência, apareceu uma distinção dentro do próprio grupo, entre os formados na Europa, geralmente em Portugal, e os que estudaram no Brasil. A partir de 1870, novas correntes europeias chegaram ao país, o positivismo e o evolucionismo, que influenciaram as instituições de ensino brasileiras. Os cursos ficaram mais diversificados e foram estabelecidas diferenças de formação para magistrados, políticos e administradores. Essa diversificação refletiu que muitos estavam fora da sua área de atuação, já que o número de bacharéis em Direito era bem maior que o de empregos em magistratura.

Muitos magistrados viam como saída a carreira pública, o que reforçava o caráter clientelista da burocracia imperial, segundo José Murilo de Carvalho. A educação era fator de coesão e treinamento, mas a menor homogeneidade da elite exigia outros elementos para mantê-la unida, como a ocupação. (CARVALHO, 2003a: 65-88) A economia agropecuária se sobrepunha aos demais setores econômicos, no qual o secundário era quase inexistente e o terciário se concentrava nos núcleos urbanos. A maioria dos políticos vinha do setor terciário, da administração pública, e eram profissionais liberais. Carvalho aponta que de um grupo de 16 mil pessoas saíram a maioria absoluta de ministros, senadores, deputados e todos os conselheiros de Estado. Neste sentido, o Estado era um dos principais vínculos entre eles, sendo a fonte de formação e renda, já que a maioria dos letrados tinha cargos públicos. “A Elite política refletiu, então, essa característica com a profunda consequência de tender a fundir-se com a burocracia” (CARVALHO, 2003a: 98). A elite era uma minoria que não representava a sociedade, pois se distinguia da massa quanto à ocupação e à educação, sendo estes mesmos fatores que tendiam a homogeneizá-la. Além disso, a maioria dela era constituída por funcionários públicos, que também representavam o próprio Estado, por isso, para José Murilo Carvalho, o grupo teve êxito na construção do poder nacional. (CARVALHO, 2003a: 88-116)

Os ministros e conselheiros de Estado tinham educação superior, assim como a maior parte dos deputados; já entre os senadores havia fazendeiros sem esta formação. Com a diversificação de tarefas políticas e administrativas, a elite foi mudando sua composição. Ela circulava no governo entre os três poderes, exercendo diferentes cargos, de maneira que sua mobilidade servia de treinamento. O diploma de Direito era quase um requisito para quem quisesse alcançar altos cargos. Um jovem de boa família chegava logo à Câmara. O Imperador selecionava os próximos integrantes da elite por meio dos cargos de ministro ou

presidente de província, alcançando este nível os políticos tinham mobilidade e acumulavam cargos. A faixa etária média para chegar ao cargo de ministro era de 44 anos.

O Conselho de Estado era a posição de mais alto prestígio e que exigia muita experiência política e administrativa. Ele estava no topo da administração pública e era formado pela elite política, sendo um órgão administrativo e profundamente político. Para subir de posto na hierarquia do poder, era preciso mobilidade geográfica e de cargos. A partir destes critérios, formou-se um grupo distinto de políticos no Brasil, por meio da socialização e do treinamento, que podia garantir uma concepção de Estado e que tinha capacidade de governá-lo. A partir de 1871, o predomínio de profissionais liberais na elite política foi uma mudança em sua composição, quando também cresceu sua mobilidade e houve redução na carreira. Os setores da burocracia eram o seio do grupo. A permanência desta elite no poder era garantida pela ilusão da acessibilidade, já que ela não era definida por um estamento, assim tinha a capacidade de cooptar inimigos potenciais. Os principais setores da ordem eram magistrados, clérigos e militares. Os primeiros representavam a unidade geral da elite política.

Os níveis do poder da burocracia imperial eram: central, provincial e local. Para o Estado chegar ao nível local, precisava de aliados que eram feitos por apadrinhamento e troca de favores. O funcionalismo era ocupado basicamente pelas minorias urbanas mais qualificadas. Para Carvalho, havia setores burocratizados e coesos, que disputavam peso nas decisões políticas e benefícios do poder. A burocracia tinha uma fusão parcial com a elite política e acabava por gerar certa proteção ao latifúndio escravista, já que a elite não podia dar fim a sua principal fonte de renda. A dinâmica do sistema implicava em cisões na burocracia, que se concretizavam com alianças e cisões com setores externos ao Estado. Os setores da burocracia tinham o compromisso com o fortalecimento do Estado, com a visão nacional, opondo-se ao localismo. Os magistrados foram os principais construtores do Estado por meio do Partido Conservador. Já os clérigos estavam ligados ao Partido Liberal e os militares não se envolviam em disputas políticas. (CARVALHO, 2003a: 171-225) O Partido Conservador era formado principalmente por burocratas e proprietários da agricultura exportadora, já o Partido Liberal tinha a base nos profissionais liberais e produtores para o mercado interno. Os estados que eram grandes exportadores queriam a perpetuidade do sistema e sua estabilidade, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, apoiavam os conservadores. Já os produtores de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul apoiavam os liberais. (CARVALHO, 2003a: 212-213) Entre 1840 e 1889, Rio de Janeiro era maioria conservadora, Pernambuco e Bahia tinham

divisão quase igualitária entre partidos. A elite política fora recrutada dos setores dos proprietários, da mineração e do comércio, distinguindo-se dos demais pela ocupação, treinamento e educação, atribuídas pelo Estado.

Até a primeira metade do século XIX, a elite era basicamente formada por burocratas, tendo inicialmente, o predomínio de magistrados e militares, mas ao setor agregaram-se padres e profissionais liberais. Os últimos foram substituindo os burocratas, que eram responsáveis pela unidade e estabilidade do Estado. Os conflitos da elite se refletiam nos partidos. O Estado era um meio de manutenção e transformações sociais. Assim, no Brasil formou-se uma elite de representantes dos interesses do Estado e os fiscais do governo eram seus próprios funcionários. Esta elite era treinada para exercer as tarefas do governo. O poder e o prestígio daquele grupo vinham do Estado, que formava a elite e concedia-lhe ocupação, absorvendo os letrados. Assim o sistema político imperial era caracterizado por unidade, centralização e baixa representatividade. Aquele grupo construiu a ordem, fortaleceu o Estado e controlou a sociedade, além disso, mediava a relação da Coroa com os proprietários. (CARVALHO, 2003ab: 229-249) A sociedade escravocrata, segundo Carvalho, tinha uma relação ambígua e tensa, de ajustes e desajustes, sendo governada por instituições liberais e representativas, e era constituída por uma população de maior parte rural e analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita, que tinha como modelo a sociedade europeia. (CARVALHO, 2003b: 417-423) Esse grupo que se distinguia da massa, com privilégios de formação e de ocupação, era o público para quem o *Jornal do Commercio* era escrito.

3. A esfera pública no tempo do Império

A elite política e intelectual usava a esfera pública como meio de expor suas ideias e garantir sua posição. Quanto ao conceito de esfera pública, Jürgen Habermas a define como um espaço no qual o âmbito do que é setor público contrapunha-se ao privado. A imprensa é um órgão desta esfera, que faz com que o público se comunique. Ela é um princípio organizacional do ordenamento político. (HABERMAS, 1984: 13-17) “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” para discutir com a autoridade pública questões de troca da esfera privada, mas de relevância pública. (HABERMAS, 1984: 42) Para ele, a esfera pública burguesa do século XVIII era um esquema:

“A linha divisória entre Estado e sociedade, fundamental para o nosso contexto, separa a esfera pública do setor privado. O setor público limita-se ao poder público. Nele ainda incluímos a Corte. No setor privado também está abrangida a “esfera pública” propriamente dita, pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas. Por isso, dentro do setor restrito às pessoas privadas, distinguimos entre esfera privada e esfera pública. A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família com sua esfera íntima está aí inserida. A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade.” (HABERMAS, 1984: 46)

A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil. (HABERMAS, 1984: 69) Ela tem por base a identificação fictícia das pessoas privadas reunidas num público em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos. (HABERMAS, 1984: 74). Quanto à opinião pública, o sentido de “*Opinion*” em inglês e francês assume o sentido de juízo sem certeza. Outro significado é reputação, consideração e aquilo que se coloca na opinião dos outros. “*Opinion* no sentido de uma concepção incerta, que primeiro ainda teria de passar pelo teste da verdade, liga-se a *opinion* no sentido de um modo de ver da multidão, questionável no cerne”. (HABERMAS, 1984: 110-111) Assim, a opinião era algo passível de mudança. Para Habermas, no fim do século XVIII, a opinião pública se remete a uma coletividade capaz de julgar. (HABERMAS, 1984: 111) De acordo com os fisiocratas, a opinião pública é o resultado esclarecido da reflexão conjunta e pública, sobre os fundamentos da ordem social; ela resume as suas leis naturais; ela não domina, mas o déspota esclarecido terá de seguir a visão dela. (*apud* HABERMAS, 1984: 118)

O autor coloca que o poder político precisa constantemente do controle da opinião pública. É como se os homens públicos estivessem sujeitos a um tribunal, que é percebido como incorruptível e é formado pela totalidade do público. (HABERMAS, 1984: 123) A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do Estado: o social constituía uma esfera à parte e a representação da vida tomava formas privadas, que passou a ter relevância pública. (HABERMAS, 1984: 152) Essa esfera se desenvolve no campo das tensões entre Estado e sociedade, de forma que tornou-se parte do setor privado. (HABERMAS, 1984: 169) A esfera pública pode ser apreendida na evolução da imprensa, sua instituição por excelência. Esta evoluiu de imprensa de informação para uma imprensa de opinião, tornando-se condutora da opinião pública e meio de lutas partidárias.

(HABERMAS, 1984: 213) A imprensa tornou-se um prolongamento das discussões da sociedade, sendo um mediador e potencializador. (HABERMAS, 1984: 216) “A história dos grandes jornais da segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida ela se comercializa”, (HABERMAS, 1984: 217) sendo assim um pórtico de entrada de interesses privados na esfera pública, bem diferente do que era antes, quando tornar público era um meio de submeter algo ao julgamento público. (HABERMAS, 1984: 218-221) É importante relativizar o modelo de Habermas, pois implica em algumas limitações por trabalhar com a homogeneidade social e cultural imputada a esfera pública, por negligenciar mecanismos de violência presentes na opinião pública; a interferência do Estado e os movimentos sociais; por trabalhar com uma dicotomia absoluta entre público e privado; assim como por desvalorizar a cultura oral e a participação das camadas letradas. (BASILE, 2004: 17)

Para Marco Morel, a expressão opinião pública é algo polissêmico, um recurso para a legitimação de práticas políticas, como operação para transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral. A partir de meados do século XVIII, considera-se a opinião pública uma expressão de destaque na formação de espaços públicos e de criação de uma legitimidade da sociedade. (MOREL, 2005: 200-201) Quando ela aparece na esfera nacional brasileira, percebe-se o desenvolvimento de uma consciência política no seio da esfera pública. Os primeiros a estudar esta palavra na historiografia foram Roger Chartier e Keith M. Baker. Segundo Baker, a opinião pública, com base na teoria de Rousseau, era a vontade geral manifesta em um julgamento de questões públicas. Já Necker e Peuchet apontam que ela tem uma soberania sobre o poder do rei, assim sua soberania real passa a estar diante de um tribunal acima dos poderes. (*apud* MOREL, 2005: 202) Neste sentido, a opinião pública era dotada de algumas características: fruto da comunicação entre os homens e do progresso social; estava em vigor diante de instituições e autoridades; era universal e com influencia em todas as nações; sendo dotada da propriedade de forjar unidades consensuais e eliminar divisões partidárias; assim como tinha base na razão dos homens ilustrados, forjando unidade e consenso. A opinião pública se materializava assim na imprensa e traduzia uma demanda pela publicidade dos negócios públicos.

Durante o alvorecer da modernidade, a opinião pública era tida como a rainha do mundo, sendo um produto abstrato com uma força moral e jurídica, ou seja, ela era soberana no reino da razão. (MOREL, 2005: 202-208) Os adeptos desta posição eram os que faziam

parte dos letrados. “A opinião vista como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e tornada pública uma vez que visava propagar as luzes do progresso e da civilização, por isso defensora da ordem e da modernização.” (MOREL, 2005: 208) A concepção de opinião que prevaleceu nos anos iniciais de sua constituição foi a de “rainha do mundo”. Naquela primeira metade de 1830, o espaço público se transformava, mas não deixava de ser um espaço bastante híbrido, com características arcaicas e com traços de modernidade política, mas outra concepção de opinião pública surgiu, principalmente, em jornais de cunho liberal, inclinados à simpatia para a república, que a concebia como a vontade da maioria, uma expressão da soberania popular. (MOREL, 2005: 208-210) Assim, entre 1820 e 1830, existiam duas concepções de opinião: uma privada, intelectualizada e crítica, próxima à esfera literária e que era tida como a rainha do mundo, fundada na supremacia da razão; e uma segunda concepção que percebia a opinião pública como a vontade expressa da maioria. Ela não era mais a rainha, mas a expressão da vontade da maioria dos membros da sociedade. Ela era usada para intervir na vida pública e nas instituições, funcionando de maneira normativa e pedagógica junto às autoridades. Esta tinha como base a sociabilidade ou as cidades. (MOREL, 2005: 208-209)

No início do Segundo Reinado, a opinião reinava, mas não governava. Para compreender o público que fomentava a opinião pública era usada a própria imprensa. (MOREL, 2005: 212) Naquele momento, os agentes criadores desta opinião eram os letrados, literários, esclarecidos e ilustrados. Existiam dois grupos de leitores: os ativos, que usavam a imprensa para dialogar com os membros da “república das letras” e com os dirigentes, e os passivos, que estavam fora dos dois grupos privilegiados. O processo de Independência marcou o início da formação do Estado Nacional e da afirmação da opinião pública, fundada na razão crítica ou na vontade da maioria, aparecendo sempre como instrumento de legitimidade política inserindo-se no grupo de instituição das novas ideias liberais. A opinião pública não era homogênea, mas tinha desacordo entre públicos (letrados e iletrados) e divergência nas motivações dos redatores em traçar perfis de seus leitores. Os redatores se apresentavam como construtores da opinião e tinham como objetivo levar à sociedade progresso ou ordem nacional. (MOREL, 2005: 212-218) Na primeira metade do século XIX, é registrada a formação de uma esfera pública literária no Rio de Janeiro, que não era homogênea nem financiada pelo Estado. (MOREL, 2005: 34) As ruas passaram a ser usadas como lugar de manifestações cívicas, que estavam à parte das iniciativas oficiais. Elas

ocorriam em praças e largos públicos, assim como os letrados usavam como espaço para a sociabilidade pontos de venda de jornais, livrarias, boticas e cafés. (MOREL, 2005: 161-162) O Rio de Janeiro era um lugar importante para a formação da opinião pública nacional e regional: duas dimensões que se cruzavam. “Esta coexistência, mistura entre cidade e Corte, marca o surgimento da opinião pública e condiciona de algum modo os agentes políticos que aí se moviam.” (MOREL, 2005: 173). A geração que ficou na cena pública até 1840, a precursora da opinião pública, foi marcada, principalmente, pela formação na Universidade de Coimbra, uma parte (27%) havia se formado no Brasil, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de Direito de São Paulo, assim como a Universidade de Paris, a Academia de Ciências de Lisboa, Academia dos Nobres e a Militar. (MOREL, 2005: 175-177) Os homens de letras acabavam seguindo a carreira política, conforme já foi visto.

“Esta inserção entre uma esfera literária (baseada no uso privado da razão), a ocupação de espaços públicos de sociabilidade (por meio das associações) e a gestão da coisa pública (administração do Estado) explica-se na medida em que os letrados, com base em suas distinções e dos instrumentos de saber e poder a que tinham acesso, constituíam camada restrita da população que se apresentava como apta a manejar os cordões do poder da sociedade.” (MOREL, 2005: 184)

Assim, mais uma vez, percebe-se um público restrito que circulava entre as esferas do público, político e das letras, ou seja, os homens de letras eram homens públicos. Os primeiros formadores de opinião vinham das camadas médias, sendo marcados por mecenato e apadrinhamento, sendo bacharéis em Direito, Medicina, eclesiásticos e militares. A maioria ocupava-se como profissionais liberais (advogados e médicos) e como funcionários públicos. Esses homens faziam parte da burocracia, das associações e da imprensa. Estes primeiros formadores de opinião eram jovens de pelo menos 20 anos, que haviam passado por Portugal, Paris e Londres, com formação superior, principalmente, em Coimbra, sendo bacharéis em Direito ou Medicina, eclesiásticos ou militares. Eles tinham emprego na administração pública e, em geral, exerciam, em paralelo, atividades liberais. Segundo Marcello Basile, o que se assiste no Brasil imperial é o despontar do espírito público. “É afirmação daquela força vaga e cada vez mais atuante, portanto, mais respeitada e temida, conhecida como opinião pública.” O momento de consolidação do Estado Imperial indicou o despontar da formação do espaço público e da cultura política moderna na Corte, onde a imprensa teve papel importante. (BASILE, 1998: 248) A partir do conceito de Habermas, pode-se dizer que “a esfera pública

trata-se de um espaço informal de sociabilidade política e literária, fundado na utilização pública da razão, que se constitui como mediador entre a sociedade civil e o Estado e no qual os indivíduos – a chamada opinião pública, fonte legítima do governo e das leis – interagem, expressam suas opiniões e manifestam seus interesses.” (BASILE, 2004: 29) Para o autor, não se deve confundir esfera pública com sociedade civil, pois a primeira consiste em mecanismos informais de participação, como por meio da imprensa, de associações, de academias literárias, de salões, de cafés, de petições, de atos de protesto, e não inclui arenas institucionais de ação pública. (BASILE, 2004: 17) Neste sentido, a esfera pública era um espaço de participação política, da qual fazia parte a imprensa, que foi usada pela boa sociedade como canal de expressão e posicionamento, principalmente, nos debates sobre a questão do elemento servil.

4. A imprensa no século XIX

“A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, acidentes mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista no escuro, vida no soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo a mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país, onde a publicidade se avariou, e, em vez de ser os olhos, por onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lha perverte, obstando-lho a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa. Já lhe não era pouco ser órgão visual da nação. Mas a imprensa, entre os povos livres, não é só o instrumento da vista, não é unicamente o aparelho do ver, a serventia de um só sentido. Participa, nesses organismos coletivos, de quase todas as funções vitais. É, sobretudo, mediante a publicidade, que os povos respiram.” (BARBOSA *apud* FÜRSTENAU, 1994: 9)

O texto de Rui Barbosa ajuda a apontar a importância da imprensa para a época, quanto à política e à esfera pública, que despontava. O próprio Imperador d. Pedro II reconhecia a imprensa como um importante canal de manifestação da opinião pública. (CARVALHO, 2003a: 54) Em um período inicial, os jornais tinham outra função. Na virada do século XVIII para o XIX não se pareciam com os jornais atuais e tinham a função de difusores das luzes, ou seja, disseminadores das ideias iluministas. Já o jornalista era visto como um educador que entendia como sua missão suprimir as poucas escolas e livros que

estavam disponíveis à população. Esses jornais pareciam livros, com artigos longos e densos. (LUSTOSA, 2004: 14-16) A imprensa, propriamente dita, só chegou ao Brasil com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, quando se estabeleceu a infraestrutura local para a produção de periódicos. Ela demorou a chegar ao Brasil, pois a metrópole temia o contato dos colonos com “essas novidades”, como imprensa, universidades e fábricas. O primeiro impresso legítimo da colônia foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que tinha como principais destaques as notícias sobre a Família Real, atos do governo, acontecimentos na Europa e anúncios, sendo submetido aos filtros da Coroa; e seguia os moldes do *Gazeta de Lisboa*, atuando como um porta-voz do governo. (LUSTOSA, 2004: 7-20) O primeiro exemplar do *Gazeta*, que inicialmente foi administrado por Frei Tiburcio da Rocha, chegou às ruas em 10 de setembro de 1808 e ficou em circulação até dezembro de 1822, quando passou a se chamar *Diário do Governo*. (PIRES, 2010: 12-14) Três meses antes da *Gazeta* chegar, Hipólito da Costa, exilado em Londres, criara o primeiro jornal voltado para o público brasileiro: o *Correio Braziliense*¹⁸, que começou a circular em junho de 1808, e foi um veículo de propagação do iluminismo e de ideias constitucionalistas, segundo Isabel Lustosa. Era o nascimento da imprensa no Brasil. Naquele contexto, o *status* da colônia brasileira mudaria com a Abertura dos Portos às Nações Amigas (1810) e a elevação à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815). (LUSTOSA, 2004: 14-20) Em 1821, surgiram vários periódicos motivados pelas agitações políticas. Até 1822, circulavam só na capital cerca de 20 periódicos. Eles eram folhetos de curta duração e limitada circulação. (VAINFAS, 2002: 361)

Os jornais oitocentistas se dividiam em político-doutrinários e informativos. Em especial os da primeira metade do século XIX, chamados pasquins, tinham um caráter político-doutrinário, que, defendendo abertamente determinado grupo político, pretendiam atuar como instrumento de pedagogia política. Eram constituídos, geralmente, de quatro a oito páginas e circulavam com periodicidade que variava de duas a três vezes por semana. Havia mais publicações semanais, quinzenais e mensais do que diárias. Os jornais eram mal impressos, em papel de má qualidade e com uma diagramação descuidada, se forem

¹⁸ O termo *braziliense* era usado para definir os portugueses nascidos no Brasil ou que reconheciam o Brasil como pátria, assim a mensagem do *Correio Braziliense* era para os leitores brasileiros. O *Correio* tinha cerca de cem páginas, sendo seu conteúdo dividido por seções, como política, comércio e artes, literatura, ciência, miscelânea e correspondência. Ele cobriu grandes fatos, como a independência das colônias espanholas e a trajetória de Napoleão até sua derrota. O objetivo do jornal era informar o público brasileiro dos acontecimentos do mundo e divulgar ideias liberais. O *Correio Braziliense* ficou em circulação até 1822. (LUSTOSA, 2004: 14-16)

comparados à qualidade dos periódicos de hoje. Os autores dos textos não se importavam com a neutralidade¹⁹ e usavam uma linguagem às vezes agressiva, com xingamentos, ataques pessoais, ameaças e acusações infamantes contra seus adversários. Os veículos se posicionavam quanto aos rumos da política e contribuíram para seu curso.

Havia ainda publicações de caráter literário ou científico e jornais chamados de noticiosos ou informativos, que eram mais parecidos com os jornais atuais. Os informativos tinham uma maior longevidade e publicações mais regulares. Eles usavam uma linguagem mais equilibrada, dos quais cita-se dois que circulam até hoje: o *Diário de Pernambuco*, criado em 1825, e o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, lançado em 1827. Os dois jornais mais velhos do país surgiram durante o Primeiro Reinado. Depois de a imprensa ser introduzida no Rio de Janeiro, ela se espalhou pelo Brasil, chegando a diversas regiões, como Bahia (1811); Pernambuco e Maranhão (1821); Pará (1822); Minas Gerais (1823); Ceará (1824); Paraíba (1826); São Paulo e Rio Grande do Sul (1827); Goiás (1830); Santa Catarina e Alagoas (1831); Rio Grande do Norte e Sergipe (1832); Espírito Santo (1840); Paraná (1853) e Amazonas (1854). (*apud* PIRES, 2010: 13) No século XIX, os jornais sobreviviam com a venda diária, do lucro das publicidades e da venda de publicações dos romances seriados, em forma de livros, constituídos por textos antes veiculados em suas edições diárias. (RIBEIRO, 2006)

Os primeiros jornais tinham como público-alvo homens de letras pertencentes às camadas médias urbanas, como comerciantes, profissionais liberais, clérigos, funcionários públicos civis e militares, que os compravam ou assinavam, apesar de alguns impressos serem distribuídos gratuitamente. Os jornais e panfletos também eram lidos e comentados nas ruas, nas tavernas e nos estabelecimentos comerciais em voz alta, o que ampliava o alcance das notícias para além das camadas letradas da população e facilitava o acesso das mesmas aos analfabetos, que podiam ter contato com parte do conteúdo divulgado nos periódicos. (PIRES, 2010: 12-14) Já que o alcance dos jornais era, basicamente, restrito à boa sociedade. Durante a Regência, a imprensa se desenvolveu bastante, multiplicando-se os jornais políticos vinculados às facções liberais moderados, liberais exaltados e restauradores. (VAINFAS, 2002: 361-65) Segundo Nelson Werneck Sodré, a imprensa do Império emerge em um contexto de substituição da economia açucareira e mineradora pelo comércio exportador de café. Era uma fase de grande impulso do tráfico negreiro, devido às demandas desta

¹⁹ A omissão de opinião e posicionamento do autor. Um conceito em voga no jornalismo atual.

economia, que era alicerçada na mão de obra escrava. (SODRÉ, 1977: 208) A Corte, no Rio de Janeiro, passou a ser o celeiro de personalidades políticas e influentes do país e, para esta estrutura dominada pelos senhores de escravos e do café, a imprensa era vista como um recurso para consolidar tal estrutura. Na segunda metade do século XIX, o jornalismo conservador superou os jornais partidários e doutrinários, que faziam um jornalismo de textos inflamados, de ataques políticos e pessoais. (SODRÉ, 1977: 216-18) A esta categoria emergente do jornalismo pertencia o *Jornal do Commercio*, criado em 1827.

5. O *Jornal do Commercio* e seu tempo

O *Jornal do Commercio* sempre foi um periódico de cunho informativo. Com regularidade e longevidade, ele segue sendo publicado até os dias atuais, e carrega o título de segundo mais antigo periódico brasileiro de tiragem regular. Ele foi fundado em 29 de outubro de 1827, no Rio de Janeiro, e se estabeleceu como folha de grande circulação no Império. (VAIFAS, 2002: 418) Ele descendeu do periódico *Diário Mercantil* que publicou naquela data o seguinte aviso: “Neste mês de outubro finaliza a publicação deste *Diário Mercantil*, passando a ser substituído pelo *Jornal do Commercio*.” (AMMIRATO, 1963: 155) No primeiro exemplar de outubro de 1827, o veículo definiu a quem falaria: “Folha dedicada aos senhores negociantes”. A explicação publicada na primeira página esclarecia também o conteúdo do jornal: “conterá o que diz respeito ao comércio, tanto em anúncios, como em preços correntes exatos de importação e exportação, entrada e saída de embarcações, notícias marítimas: saída e entrada de navios.” (apud RIBEIRO, 2006: 37)

Quando o jornal foi criado, a imprensa oitocentista era marcada por panfletos, manifestos e publicações de vida curta, tendo como grandes temas em voga: a Independência, a Constituição e os princípios liberais. Seus primeiros redatores foram: Plancher, Emil Seignot, João Francisco Sigoaud, Júlio César Muzzi, Francisco de Paula Brito e Luís Sebastião Fabregas Surigué. O jornal nasce como um boletim de negócios e aos poucos passou a abordar política. Ao longo de sua trajetória teve vários proprietários, mas manteve seu viés conservador. Seu primeiro proprietário foi Pierre Plancher, francês naturalizado que chegou ao Brasil com uma tipografia completa, em 1824. O segundo foi Julius de Villeneuve que o comprou em 1834, seguido de José Carlos Rodrigues, que o adquiriu em 1890. Rodrigues era jornalista do periódico desde 1868. Durante o Segundo Reinado, o jornalismo

político militante foi substituído pelo estilo político moderado e conservador característico do *Jornal do Commercio*. A partir de 1859, o jornal passou a publicar regularmente os registros das sessões da Câmara de Deputados e do Senado. (VAINFAS, 2002: 418-421) O Império viveu o período de conciliação de liberais e conservadores de 1853 a 1858, um período marcado por uma aparente “trégua” entre os partidos. (SODRÉ, 1977: 216) O *Jornal do Commercio* manteve serenidade em sua abordagem e não se deixou inflamar por discursos partidários, mas registrou os fatos. Segundo Nelson Werneck Sodré, nisso está seu sentido conservador e apartidário.

“Não é partidário, mas pesa deliberadamente da concha das instituições. É conservador, neste sentido; é moderado em todos os sentidos. Como sempre, não encontrareis em suas páginas, o eco dos clamores partidários; mas acompanhareis com mais detalhes, recebendo, talvez impressão mais nítida, os fatos que nos constituem a vida” (SODRÉ, 1977: 218).

Assim, o jornal se manteve ao centro e, na medida do possível, fora de embates políticos. Era um dos veículos de mais prestígio na Corte e trouxe contribuições para política, literatura e arte da época. Para Sodré, “se pode dizer que a história do *Jornal do Commercio* se confunde com a do reinado. Evocá-la é evocar a série de vultos que brilham na nossa política, nas nossas artes, todos os quais de lá saíram, ou lhe deveram a consagração do triunfo.” Grandes vultos da época passaram por sua redação, como Justiniano José da Rocha, o maior dos jornalistas brasileiros; o visconde do Jequitinhonha, o visconde de Araguaia, Porto Alegre, Rio Branco, Otaviano. (SODRÉ, 1977: 217). O jornal tinha tamanho prestígio na época que Sodré define que a expressão “quarto poder” poderia ser aplicável a ele. “Ele agia e reagia sobre a sociedade, prestígio que cresceu e acentuou-se de tal arte que a expressão quarto poder lhe era aplicável com absoluta justiça.” (SODRÉ, 1977: 216). Neste sentido, mesmo que a maioria da população não pudesse lê-lo, já que era analfabeta, reconhecia e credibilidade do veículo.

Segundo Vera Fürstenau, o *Jornal do Commercio* manteve uma postura mais informativa que doutrinária. Até mesmo no período regencial, em que a imprensa era dominada por jornais de cunho político, o periódico manteve uma postura moderada (FÜRSTERNAU, 1994: 24- 25). Para Alcindo Guanabara, a linha conservadora do jornal não significava estar alinhado necessariamente ao governo. “Como sempre o *Jornal do*

Commercio não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos.” (*apud* BASILE, 1996: 51)

Na década de 1830, o antes boletim comercial foi ampliado, ganhou mais páginas, quatro colunas em cada, e passou a abordar mais temas. (RIBEIRO, 2006: 37-38) Na mesma época, o periódico marcou a história da imprensa com ineditismo, com a publicação da primeira caricatura da imprensa brasileira, em 14 de dezembro de 1837, de autoria de Manuel de Araújo Porto-Alegre. A charge era intitulada “a campanha e o cujo”, que retratava um nobre da Corte recebendo suborno. (PIRES, 2010: 20) O jornal manteve o formato de quatro páginas, com textos jornalísticos e literários, até a década de 1850. Naquele momento, as informações eram organizadas em cinco colunas, que eram separadas por um filete preto. Em todas as páginas o gênero jornalístico informativo aparecia, sendo geralmente publicadas, na primeira e na segunda página, as seguintes seções: Exterior, Interior, Variedades, Rio de Janeiro – Notícias e Fatos Diversos, Folhetim do Jornal do Commercio. Já na terceira página, geralmente, saíam Correspondências, Publicações a Pedido, Avisos, Leilões e Anúncios. Na quarta, ficavam basicamente os anúncios. (RIBEIRO, 2006: 38-40)

Em 1860, o jornal passou a ter entre seis e oito páginas e ter seu conteúdo dividido entre seis e oito colunas. A explicação dada em 1º de janeiro daquele ano para o aumento de páginas era a grande quantidade de leitores que pediam serviços da seção Publicações a pedido. A principal alteração foi a publicação de anúncios na primeira página. Neste período, apareciam na página principal as seções Exterior, Parte Oficial e Anúncios. Na segunda, vinham Parte Oficial: Câmara dos Deputados, Publicações a pedido e Folhetim do Jornal do Commercio. Na terceira, Publicações a pedido e Gazetilha. Na quarta, Parte Jurídica, Avisos, Declarações; e nas demais vinham os anúncios. (RIBEIRO, 2006: 38-40)

Em 13 de junho de 1879, o jornal passou a publicar um sumário no início da primeira página, que indicava a localização das seções por página. Já em 1880, os anúncios não apareciam mais na primeira página ficando esta reservada para as seções: Editorial, Folhetim do Jornal do Commercio, Gazetilha, Telegramas e Jornal do Commercio: Assembléia Geral, Senado, Câmara dos Deputados. Na década de 1880, o cabeçalho do jornal passou a informar os valores para assinatura. Em 1890, um novo dono passou a dirigir o periódico, José Carlos Rodrigues. Os exemplares conservaram as seções mais queridas do público: Anúncios, Comércio, Notícias Variadas, Folhetim do Jornal do Commercio, Parte Oficial, Publicações a pedido e Telegramas. (RIBEIRO, 2006: 38-40) O jornal era distribuído na Corte e nas

províncias. Em 1870, é estimada a tiragem de 16 mil exemplares. Neste período, a assinatura trimestral do jornal era de 8 mil réis, um valor que não era considerado tão caro, comparando com outros produtos culturais, como bilhete de primeira ou segunda ordem no Teatro São Luis do Rio de Janeiro, que variava de doze a quinze mil réis. Os jornais naquele período eram fontes de informação, entretenimento e literatura. Nas seções do *Jornal do Commercio*, foi registrada a transdisciplinaridade entre literatura e jornalismo. (RIBEIRO, 2006: 21-22)

José Alcides Ribeiro traça um perfil do *Jornal do Commercio*, com base na análise de publicações realizadas de 1827 a 1900. Para ele, o periódico era marcado pela atualidade de mecanismos textuais, já que utilizava gêneros até hoje usados pela imprensa, como notas, crônicas, o processo de composição por hipertexto²⁰, textos de variedades e miscelânea. Os textos eram publicados nas seções Gazetilha, Fatos Diversos, Folhetim, Variedades e Miscelânea. Para o autor, não é possível afirmar que ele tenha sido um veículo totalmente conservador, pois as mudanças de contexto político e de direção influenciaram diretamente seu comportamento editorial, assim como os próprios leitores. (RIBEIRO, 2006: 25) Para tratar da transdisciplinaridade entre literatura e jornalismo no jornal, o autor utiliza o conceito de Edgar Morin, que define a utilidade de um produto transdisciplinar: “oferece a possibilidade de troca, cooperação e policompetência” (*apud* RIBEIRO, 2006: 32). A aproximação das duas formas de texto corroborou para atrair leitores, que podiam se informar e se entreter com a leitura dos impressos. A seção Publicações a pedido era uma abertura para a participação do público leitor e um meio de interferência direta deste no jornal. (RIBEIRO, 2006: 21-22) “Este fenômeno, no qual um gênero completa o que falta no outro por motivos contextuais (direção do jornal, leitores, política), não permite que se possa dizer que o *Jornal do Commercio* seja no período conservador na sua totalidade.” (RIBEIRO, 2006: 86)

O periódico apresenta uma variedade de seções, no qual jornalismo e literatura se entrelaçam. Uma das seções é *Parte Oficial*, na qual se encontram versões resumidas dos debates na Câmara de Deputados e do Senado. Em *Gazetilha*, *Fatos Diversos* ou *Notícias Diversas do Jornal do Commercio*, são registrados os fatos do cotidiano, como roubos e óbitos por meio de comunicados. Nas seções *Interior* e *Exterior* chegam até o público as notícias internacionais e do interior, com base em folhas locais. Os textos literários ficam por conta da seção *Folhetim do Jornal do Commercio*, na qual são publicados textos nacionais, franceses e ingleses, além de críticas artísticas. No *Folhetim*, são oferecidos romances, contos,

²⁰ Quando um texto tem como base um texto anteriormente publicado.

crônicas, críticas literárias e artísticas, além de literatura forense. Quanto ao estilo de organização da informação, segundo o autor, o jornal inspira sua composição gráfica, tamanho e distribuição de conteúdos nos jornais da Inglaterra, Estados Unidos e França. A chegada do escritório da Agência de Notícias Havanas-Reuter, em 1875, que recebia telegramas de todo o mundo, contribuiu para enriquecer mais a seção *Telegramas*, que ganha notas informativas mais condensadas. (RIBEIRO, 2006: 23-24)

Quanto à linguagem, a narrativa predomina nos textos, o que se devia à força da cultura oral no país, que só recebeu a imprensa em 1808 e sempre teve o hábito de propagar a notícia de forma oral. Outro processo de criação usado pelos autores do jornal é o hipertexto, processo de elaboração de um texto com base em um anterior – processo inclusive que pode ser percebido na seção *Publicações a pedido*, analisada nesta pesquisa, já que autores de correspondências em alguns casos se remetiam a textos anteriormente publicados. A crônica é um exemplo que pode abarcar de forma híbrida o texto narrativo tendo por base um texto anterior. O jornal tinha seções de crônicas.

“As inúmeras seções de crônica do Jornal do Commercio contêm aquilo que, muitas vezes, é rarefeito em vários gêneros jornalístico de suas páginas. É o aspecto opinativo, que se manifesta por meio de uma crítica direta ou apoiada na sátira, na ironia, na paródia e no humor. Assim é feita a crítica ao governo, às instituições públicas e privadas”. (RIBEIRO, 2006: 25)

Quanto à estrutura, para chamar a atenção dos leitores, o jornal mantinha como padrão o título das seções, em negrito e caixa alta, como forma de separação dos conteúdos dispersos nas longas colunas. “Na verdade, os títulos das seções atizam a expectativa de informação e configuram um vocabulário permanente incorporado pelo modelo de texto do leitor.” (RIBEIRO, 2006: 33) As seções funcionavam como os atuais cadernos de vários assuntos, que condensam as notícias e artigos de uma mesma temática nos jornais. O formato do jornal moderno surgiu na Inglaterra no século XVIII. Naquela época, o conceito de organização da informação usado era o de mosaico. “Cada pequena parte é separada graficamente da outra, mas colocada próxima de forma a compor em cada página um quadro geral de informação para o leitor.” (RIBEIRO, 2006: 33) Além disso, mantinha-se uma relação de interface entre títulos de seção, títulos de textos e conteúdos, para ajudar o leitor a compreender a disposição dos textos, assim como ajudá-lo a encontrar alguma informação. Como gênero jornalístico, destacam-se comunicados e comunicados opinativos, sendo o primeiro caracterizado pela

estrutura atual de uma nota de jornal sintética, objetiva e direta. Já o comunicado opinativo consiste em um comentário de extensão média e longa sobre notícias em geral. Nos exemplares, também é possível encontrar textos de gêneros literários como romances, contos e crônicas, como já citado.

Na seção *anúncios*, eram publicadas propagandas de produtos de luxo, como mobília, vestuário, viagens de navio, livros, propostas de negócio e anúncios de eventos culturais. O *Folhetim do Jornal do Commercio* era uma forma de propaganda de produtos culturais, no qual eram publicados romances, que depois eram editados como livros pela tipologia do jornal. A seção era publicada nas páginas iniciais, no rodapé, sendo separada por uma linha em negrito, que dava destaque a seu conteúdo, que eram textos variados, como contos, crônicas e romances estrangeiros traduzidos. (RIBEIRO, 2008: 1-15) A coluna tinha subseções, como *Romances*, que publicava romances seriados ingleses, franceses e nacionais, e *Teatro Imperial*, publicada desde 1881, que fazia comentários de óperas exibidas no Brasil. (RIBEIRO, 2006: 68-73) As crônicas²¹ eram publicadas nos rodapés dos grandes jornais em circulação e descreviam os principais acontecimentos da semana, revelados pelo olhar de um contemporâneo. Eram os textos chamados de relatos históricos, ensaios e folhetins. Elas eram tidas como um gênero histórico. Seu sentido estava ligado a um sentido histórico, tanto que a etimologia da palavra “crônica” tem o sentido de “tempo”. Para Nilmar Lacerda, as crônicas margeavam a literatura, mas eram um gênero historiográfico. Elas revelavam fatos em ordem cronológica, registravam episódios pitorescos, anedotas e tragédias do cotidiano. Com o tempo, a crônica ganhou elementos literários. O autor inseriu situações, relatos, lembranças, sensações e emoções ao fato histórico. No Brasil, segundo Afrânio Coutinho, o termo passou a designar um gênero literário ligado ao Jornalismo. (*apud* EWALD, 2006: 241) Elas tinham como característica o caráter opinativo, que se manifestava por meio da crítica direta ou apoiada na sátira, na ironia, na paródia e no humor. Assim, era feita a crítica ao governo. (RIBEIRO, 2006: 86)

No século XIX, as crônicas foram publicadas na seção “folhetim”. Eram romances em capítulos, que eram traduzidos de jornais franceses. Outros textos também passaram a ser

²¹ O termo crônica era usado para designar comentários, que no *Jornal do Commercio* geralmente eram publicados no domingo. Era um comentário sobre os acontecimentos da cidade que interessassem ao leitor. No fim do século XIX, o termo “folhetim” foi sendo abandonado e “crônica” passou a ser usada. Elas descreviam fatos da vida política, literária e do cotidiano das elites. Os artigos eram escritos em uma linguagem coloquial e agradável ao leitor, mas mantinham a veracidade dos fatos. O cronista libertou-se no século XIX da obrigatoriedade de falar da atualidade e tornou-se escritor. Essas crônicas são típicas desse século e tem como característica o relato circunstancial dos acontecimentos. (EWALD, 2006: 245-246)

publicados nesta seção o que acabou por gerar certa confusão. Eles eram artigos leves, que comentavam fatos da semana, que, com o tempo, passaram a ser chamados de “folhetim”. Em um primeiro momento, as crônicas eram publicadas na coluna “variedades”; depois, romances franceses no pé da página; em um terceiro momento, crônicas, críticas teatrais e romances dividiram o pé da página, onde também eram publicados artigos sobre episódios variados intercalados com comentários pessoais. Desde 1850, tem-se a crônica folhetinesca no *Jornal do Commercio* na seção “Comunicados”. A ideia da crônica é entreter o leitor com fatos da semana em formato de romance. (EWALD, 2006)

Ainda sobre a estrutura do *Jornal do Commercio*, o *Boletim de Notícias da Europa* era um suplemento semanal da década de 1870, no qual eram listadas notícias internacionais de jornais estrangeiros. As notícias eram trazidas por navios ou por correspondência. A seção *Exterior* tinha o mesmo fim: veicular notícias de jornais estrangeiros. Na década de 1880, o suplemento de notícias internacionais deixou de ser publicado. A seção era do tipo comunicado e ressaltava notícias dos Estados Unidos, Europa e Ásia. Em *Telegramas*, que inicialmente eram veiculados no suplemento de notícias estrangeiras como “*Telegramas à Última hora*”, eram publicadas notas telegrafadas nas páginas centrais do jornal. Em *Comércio*, a primeira seção do jornal, os leitores encontravam informações sobre o mundo dos negócios e do mercado. A partir da década de 1870, a seção recebeu subdivisões, como *Boletim Semanal*, *Importação*, *Exportação*, *Movimento do Porto*. Na década de 1880, foi inserida outra seção: “*Telegrama*” em *Comércio*. Nesta seção, o *Boletim Semanal* era composto por comunicados e comunicados opinativos sobre notícias acerca do comércio, geralmente, formado por quatro colunas nas páginas um, três ou finais. Em 1877, surge a seção *Editorial*, na primeira coluna da primeira página, abordando qualquer temática que interessasse ao público, como impostos, política, questões sociais. Já a *Gazetilha*, que apareceu na década de 1850 no jornal, era composta por notas de notícias variadas que vinham precedidas por um travessão e um título curto em negrito, o que funcionava como chamada para os comunicados. A partir da década de 1880, a *Gazetilha* tornou-se seção de notas oficiais.

Em o *Interior* os comunicados veiculavam notícias do interior do país. *Notícias Variadas* publicavam comunicados de toda espécie, como novidades da alta sociedade, do cotidiano e de personalidades da Corte. Eram comunicados de sócios e acionistas de empresas; piadas, obituários e até divulgação de lista de novos sócios de clubes. A seção não

tinha página fixa, passando a partir de 1880 a estar na primeira página. Havia também a seção *Literatura*, que estreou em 1879. A *Parte Oficial* também foi uma seção duradoura no jornal. Por quase setenta anos, publicou os discursos de deputados e senadores nas sessões da Câmara e do Senado, assim como dava espaço para publicação de leis na íntegra, resoluções, decreto e resoluções de tribunais. A seção *Publicações a pedido* foi definida por José Alcides Ribeiro como uma tribuna. Eram textos em formato de artigo que veiculavam as opiniões de assinantes e não-assinantes. Os artigos eram pagos e ocupavam várias colunas, podendo ocupar até duas páginas.²² A *Revista Literária* foi publicada no jornal nos dois últimos anos do século XIX e nos primeiros do XX, sendo um espaço de crítica literária. Os *Avisos*, as *Declarações*, os *Anúncios*, os *Leilões*, os “*Classificados*” e *Obituários* ficavam sempre nas páginas finais. (RIBEIRO, 2008: 1-15)

Diante do tema da abolição, o periódico se posicionou em defesa dos interesses senhoriais. Lúcia Neves e Humberto Machado apontaram que, enquanto parte da imprensa noticiava os debates do Parlamento, o *Jornal do Commercio* ignorou a questão, publicando anúncios de aluguel de escravos e de escravos fugidos. (*apud* VAINFAS, 2002: 421) Enquanto seus contemporâneos *Diário de Notícias*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias* adotaram uma linguagem mais fácil e apostaram no barateamento dos exemplares e na venda avulsa, tornando-se mais comerciais, o *Jornal do Commercio* manteve o estilo tradicionalista. (VAINFAS, 2002: 421)

6. Jornais, leitores e a seção de correspondência

A seção de correspondência, desde a chegada da imprensa, em 1808, no Brasil sempre foi um espaço de participação e manifestação do clamor do público. O espaço tornou-se um lugar de comunicação entre as pessoas, que podiam responder acusações, defender-se, esclarecer questões, publicar comunicados, artigos, opinar sobre questões públicas, assim como falar e reivindicar ações das autoridades, e comentar projetos legislativos em aprovação ou em vigor. A seção era nos jornais um espaço regular, aberto e preenchido por cartas enviadas pelos leitores à redação. Os jornais de cunho doutrinário e panfletário eram mais

²² O fato dos artigos serem pagos já estabelecia uma limitação sobre o público que recorria a esse espaço para divulgar seu ponto de vista, defender-se, elogiar, agradecer ou declarar algo, uma vez que, a maior parte da população era analfabeta, pobre e/ou escrava. Assim, era um espaço basicamente disputado pela elite da época, constituindo um meio de percepção da mentalidade daquele público e de seu ponto de vista acerca dos processos que ocorriam na segunda metade do século XIX, especialmente, quanto à abolição da escravatura.

restritos quanto ao conteúdo das publicações, enquanto os noticiosos e informativos tinham o costume de ser mais abrangentes. A diferença desta relação nos periódicos doutrinários era de que os compromissos partidários acabavam por impor certa “censura” às cartas. De modo geral, a seção de correspondência era um espaço valorizado pelos jornais e pelos leitores. (BASILE, 1998: 235-43) Segundo Vera Fürstenau²³, o redator e os leitores estavam inseridos em um sistema de mútua dependência, já que o primeiro dependia dos leitores para sobreviver como jornal e estes do redator para publicar suas demandas, era como uma “rede de dependência recíproca”. (FÜRSTERNAU, 1994: 226) Para autora, os jornais eram mais que meros instrumentos de informação, mas um meio da população se comunicar, assim como de falarem às autoridades suas queixas, críticas e necessidades. A autora analisa o binômio jornais e leitores no período regencial, estudando o discurso dos leitores, a partir do entendimento sobre o bem público.

A autora aponta que a chamada opinião pública apareceu com a época moderna, precisamente com a crise do Antigo Regime, com a formação de sociedades livres, na qual havia possibilidade de mais liberdade de expressão e igualdade de condições entre cidadãos. Segundo Fürsternau, essa nova época era marcada pela doutrina liberal, que tem por base a liberdade e o foco no indivíduo. Neste Estado liberal, a opinião pública era um instrumento de melhora do mesmo, uma vez que era espaço de discussão dos indivíduos sobre interesses públicos, objetivando sensibilizar as autoridades. (FÜRSTERNAU, 1994: 42) Para a expressão da opinião pública, porém, era preciso um canal de comunicação que veiculasse posicionamentos dela e suas reivindicações. Neste sentido, a seção de correspondência sempre foi um espaço de exposição dos leitores, com as devidas restrições e “censuras”, conforme o veículo. Este espaço acabou se tornando meio de veicular a posição política de uns, as queixas e reivindicações de outros. Vera Maria Fürsternau pesquisou onze jornais do período regencial, focando nos principais assuntos abordados pelos leitores na seção. A maior parte das cartas tratava de questões locais da Corte; seguido de questões de âmbito geral, como questões nacionais; e, por último, em menor volume, apareciam as missivas que abordavam questões particulares. É importante lembrar que, como se tratava de um período de efervescência política e de circulação de muitos jornais, era comum a restrição na publicação

²³ Vera Maria Fürstenau analisa em sua dissertação *Jornais e Leitores: uma polêmica apaixonada na Cidade do Rio de Janeiro* a importância da imprensa no Rio de Janeiro no período regencial, entre 1831 e 1837, focando na perspectiva do leitor acerca de seu tempo, por meio de discursos registrados na seção correspondência.

de cartas que abordassem questões particulares. Tal restrição pode ter influenciado diretamente no número de cartas publicadas.

Os jornais tentaram impor uma linha condutora às cartas dos leitores, de forma que os discursos não divergissem para questões particulares, mas abordassem aquilo que fosse de utilidade pública. O público acabou por impor suas preferências, sobressaindo nas cartas preocupações e queixas por necessidades reais. Eles estavam mais interessados em questões do dia-a-dia do que em problemas de caráter mais abrangente. As questões locais, em todos os onze jornais pesquisados por Fürsternau, apareceram em maior número, comparando com a quantidade de cartas sobre questões de âmbito nacional ou particulares. Quanto à natureza das preocupações locais, a maior parte abordou problemas da cidade, como saneamento, falta d'água, buracos, doenças, educação, violência; o segundo maior volume de assuntos foram assunto variados. Em menor número, segurança, funcionalismo público, melhoramento para a cidade, justiça, eleições, comércio, escravos. Nas cartas, os missivistas também davam sugestões para questões do dia-a-dia, demonstrando que se importavam com a pátria e trabalhavam para seu bem. Naquele momento, o escravo era apontado nas cartas apenas como causador de desordem e desequilíbrio da ordem vigente. No *Jornal do Commercio*, nesta primeira metade do século XIX, o negro era tido como malfeitor, que causava medo e receio ao cidadão. Um reflexo da Revolução Haitiana, no qual os negros levantaram-se contra os brancos.

Já quanto às cartas que abordaram assuntos de âmbito geral, a maior parte voltou-se para críticas sobre a atuação das autoridades, sobre correntes políticas, medidas governamentais e relações exteriores. Em seguida, as cartas trataram de temas da política financeira e comercial, como Banco do Brasil, meio circulante e projetos; e, em terceiro, questões variadas. Em menor número, apareceram religião, tráfico negreiro e escravidão, eleições. Quanto ao tráfico negreiro, as cartas analisadas pela autora já ressaltavam a visão da escravidão como uma vergonha para um país civilizado. As questões particulares eram, em sua maioria, defesas de acusações e calúnias; seguido de denúncias e ataques. Apareciam também boatos, agradecimentos e exigências de reparação em virtude de declarações desabonadoras. Esses terceiro grupo evidencia a preocupação dos leitores acerca da opinião pública, já que eles se importavam em responder às críticas e aos ataques pessoais. Em suma, as correspondências eram elogios, queixas, sugestões, críticas, defesas e reivindicações.

Na relação jornais e leitores, a seção de correspondência muitas vezes sofreu influência dos critérios dos jornais, conforme já dito, mas não deixou de ser um espaço para o correspondente registrar sua interpretação sobre acontecimentos cotidianos, discordar da postura do jornal, do redator ou de outro missivista. Os leitores escreveram sobre o que queriam, apesar de alguns jornais terem tentado impor uma “linha editorial” sobre o que seria publicado. Eles se expressaram sobre aquilo que movia a opinião pública e sobre questões do cotidiano. (FÜRSTERNAU, 1994: 141-165) Diante dos problemas, diferentemente dos viajantes que se limitavam a descrever, os missivistas assumiam três posturas: denúncia, reivindicação e sugestão. (FÜRSTERNAU, 1994: 254). Na Regência, a imprensa foi um meio de comunicação entre cidadãos e uma forma de fazer com que as autoridades ouvissem suas demandas. Na seção, os leitores exteriorizaram suas opiniões, críticas e denúncias. “Portanto, a tônica da Seção de Correspondência, no período em questão, era a de criticar o poder público, salientando a ineficácia e o pouco caso de seus agentes.” (FÜRSTERNAU, 1994: 234) Segundo o pensador francês Charles François Marie Rémusat, a imprensa era o único meio das autoridades receberem de seus cidadãos luz e de retornar para eles a mesma luz. (*apud* FÜRSTERNAU, 1994: 224) Vera Fürsternau definiu a relação entre jornais e leitores como fazendo parte de uma rede de dependência recíproca, a partir do conceito cunhado por Norbert Elias. (*apud* FÜRSTERNAU, 1994: 226) A imprensa atuou na Regência como um elo entre o público e o poder. Uma função assumida devido à existência da seção de correspondência, onde os leitores tiveram a chance de manifestar suas críticas, queixas e falar às autoridades, mas os jornais estabeleceram normas para a publicação das cartas, para que abordassem assuntos de utilidade pública e não contendas particulares; assim, o leitor ateve-se a questões, principalmente, voltadas para o bem público. Esta política serviu de incentivo para que os leitores atuassem como observadores; fiscalizadores e queixosos, em busca de soluções para problemas do dia-a-dia. As propostas dos leitores para melhorias e a indicação de soluções para problemas evidenciaram a capacidade deles de, a partir da leitura dos jornais, extraírem uma compreensão do mundo.

Também foi observado que, ao mesmo em tempo que o leitor buscou expor-se na seção, tentava se esconder por meio de pseudônimos variados, inclusive usando redatores, que escreviam as queixas por eles. O jornal, dependente financeiro do público, tinha o cuidado de se colocar sempre ao lado dos missivistas e de justificar a demora de publicações, além disso, era comum o redator demonstrar, por nota, seu apoio às demandas do público. Para apresentar

sugestões e propostas de mudanças para problemas do cotidiano, não para ordem vigente, os leitores escolheram como um de seus arautos o *Jornal do Commercio*, veículo de cunho moderado. (FÜRSTERNAU, 1994: 292 -97) “O leitor buscou concorrer para o bem da coletividade através da apresentação de ideias, sugestões, projetos, etc., exteriorizando assim a forma como a mensagem recebida pelos jornais o afetara e o conduzira a uma nova compreensão de si próprio e do mundo.” (FÜRSTERNAU, 1994:238) As autoridades respondiam às demandas da população no intuito de esclarecê-las e tentando atendê-las. (FÜRSTERNAU, 1994: 274) A seção também permitiu a comunicação entre leitores e a troca de opiniões entre eles. (FÜRSTERNAU, 1994: 282). Além disso, era um espaço que gozava de certa autonomia em relação ao posicionamento do jornal. Segundo Juarez Bahia, as cartas à redação eram canal para leitores opinarem, mesmo que estas não fossem de acordo com o posicionamento do jornal. (*apud* BASILE, 1996: 52)

7. A seção de correspondência como fonte de pesquisa e a *Publicações a pedido do Jornal do Commercio*

As correspondências dos leitores publicadas nos jornais constituem importantes fontes de pesquisa, já que podem revelar a mentalidade da época, demandas e necessidades da população, modos de vida e costumes. As cartas eram um canal de veiculação de discursos diferenciados dos documentos oficiais, um precioso instrumento para captar a fala e a opinião dos anônimos, que geralmente não tinham voz, segundo Marcello Basile (1998: 236). Apesar da riqueza de informações que podem ser retiradas das seções de correspondência, estas constituem um campo ainda pouco explorado por historiadores, existindo no Brasil poucos trabalhos que as abordaram como fonte ou como objeto histórico. Podemos destacar três trabalhos realizados nesta linha: o livro *As queixas do Povo*, de Eduardo Silva (1988); a dissertação de mestrado *Jornais e Leitores: Uma Polêmica Apaixonada na Cidade do Rio de Janeiro (1831-1837)*, de Vera Maria Fürstenau, (1994); e a monografia *A Cidadania Emergente e o Avesso da Civilização e da Ordem: Problemas Cotidianos Urbanos e Clamor Público na Corte do Rio de Janeiro (1840-1850)*, de Marcello Otávio Neri de Campos Basile (1996).

O historiador Eduardo Silva usou a seção de correspondência “As queixas do Povo”, do *Jornal do Brasil*²⁴, como fonte, analisando as cartas publicadas em abril de 1900, 1905 e 1910. A seção “As queixas do povo” era um lugar em que o povo tinha vez, onde era possível praguejar e reclamar das e para as autoridades. Ela era um espaço gratuito de livre publicação, no qual não era necessário ser alfabetizado para ter voz, já que bastava ir à redação do jornal e fazer sua denúncia ou reclamação. Por meio das correspondências, Silva teve a chance de conhecer mais sobre o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. As missivas permitiram traçar um perfil da vida e dos costumes da gente simples da cidade, suas demandas, necessidades e como a massa popular lidava com o governo, assim como perceber as noções de cidadania das massas. A pesquisa mostrou que muitas das demandas da população no início da República continuaram sem solução ou com uma oferta insuficiente. As principais reclamações eram quanto à segurança, à falta de serviços básicos, tendo como principal objetivo das queixas convidar o poder público a agir. O trabalho contribuiu para apontar a relação estado-cidadão comum e como o cidadão da época entendia os deveres do Estado. (SILVA, 1988)

Vera Maria Fürstenau (1994), em *Jornais e Leitores: Uma Polêmica Apaixonada na Cidade do Rio de Janeiro (1831-1837)*, analisa a importância da imprensa no Rio de Janeiro, entre 1831 e 1837, focando na perspectiva do leitor acerca de seu tempo por meio da seção de correspondência. Para autora, os jornais eram mais que meros instrumentos de informação, mas um meio da população se comunicar, assim como de falarem às autoridades suas queixas, críticas e necessidades. A autora analisa o binômio, jornais e leitores no período regencial e estuda o discurso dos leitores a partir do entendimento sobre bem público. Ela visa abordar a importância da seção de correspondência para os leitores e usou, como fonte, cartas publicadas em vários jornais do período, a fim de entender o sentido da imprensa e a importância da seção de correspondência.

Já Marcello Otávio Neri de Campos Basile (1996) analisou os problemas cotidianos que atingiam e preocupavam a população da cidade do Rio de Janeiro, entre 1840 e 1850, por

²⁴ Na época, o *Jornal do Brasil*, seguia uma linha popular, depois de ter ficado desativado por mais ou menos um ano – tendo sido fechado à força pelo governo de Floriano Peixoto, após resistir ao cumprimento da suspensão da liberdade de imprensa e de estado de sítio e continuar publicando informações sobre a Revolta da Armada. Em 1894, o JB voltou sob direção de Fernando Mendes de Almeida, que atribuiu uma linha mais popular, ligada diretamente ao cotidiano e às demandas imediatas da cidade e manteve distância de questões políticas. Ele passou a ser conhecido como “O popularíssimo”, conseguindo criticar o governo através das queixas do povo sem se envolver diretamente com política. Foi assim entre 1894 e 1918. O jornal era um sucesso editorial. A coluna era um espaço dedicado às queixas do povo comum e às questões do dia-a-dia.

meio das correspondências enviadas ao *Jornal do Commercio* e ao *Diario do Rio de Janeiro*. A partir da análise de 261 missivas, Basile aponta que os principais assuntos que motivaram reclamações, queixas, cobranças e sugestões na seção de correspondência dos jornais foram: as demandas quanto à infraestrutura urbana, criminalidade, contravenções e segurança pública. O autor traça um panorama sobre os principais problemas e dificuldades da cidade do Rio de Janeiro na primeira década do Segundo Reinado, fala sobre as condições de vida dos moradores da cidade, suas necessidades, inquietações e aspirações a partir da análise das cartas. Ele também analisou a relação dos cariocas com sua cidade, como ela era percebida por seus moradores e a atuação do poder público sobre a mesma. Também apontou o uso da seção de correspondência como um meio de exercício de cidadania²⁵, ainda que incipiente ou não institucionalizada, já que as missivas demonstravam como a parcela da população, representada nas cartas, procurava participar dos problemas e da resolução destes, revelando o que ela reconhecia como atribuição do poder público.

O uso da seção de correspondência como fonte de pesquisa exige algumas especificidades na análise. Primeiro, deve-se observar o caráter do jornal, se meramente noticioso ou doutrinário, assim como, apontar a linha política do mesmo. (BASILE, 1998: 242) No caso do Segundo Reinado, dois partidos dividiam o cenário político: conservadores e liberais. O *Jornal do Commercio* historicamente manteve uma postura conservadora, geralmente, ao lado do partido da situação. Sendo um jornal informativo, pressupõe-se que não fosse tão restritivo na publicação das cartas da seção *Publicações a pedido*.

“No caso dos periódicos essencialmente informativos, como *Jornal do Commercio* (o mais importante na época), este seu caráter em muito atenuava a existência e um crivo ideológico que censurasse, em escala algo considerável, o conteúdo das cartas dos leitores, ou que selecionasse as correspondências a serem publicadas. Isso é o que se pode inferir em vista da marcante heterogeneidade das mensagens publicadas e da linguagem nelas empregada (...)” (BASILE, 1998: 243)

Uma característica desta seção no *Jornal do Commercio* é a heterogeneidade de assuntos publicados pelos missivistas, que abordavam desde respostas a artigos e críticas até pedidos às autoridades, como solicitações de melhorias em bairros do Rio de Janeiro. Além

²⁵ Entendemos cidadania como a forma pela qual as pessoas se relacionam com o Estado, o que inclui as noções de direitos e deveres, a participação da vida pública, assim como todo e qualquer sentimento ou valores de forjar uma identidade nacional. (BASILE, 2004:16)

disso, apareciam também agradecimentos; elogios a personalidades, a políticos e ações de particulares; indicação de métodos para cura de doenças comuns; sugestão de remédios milagrosos; insultos pessoais; respostas a ataques; divulgação e opinião sobre espetáculos; crônicas políticas; artigos sobre processos judiciais; despedidas e comunicados, conforme podemos observar, nas *Publicações a pedido* de setembro de 1871 e maio de 1888 do *Jornal do Commercio*.

Os temas predominantes das missivas apontados nos trabalhos dos autores Eduardo Silva e Vera Maria Fürstenau eram essencialmente os problemas referentes à infraestrutura urbana, como saneamento, limpeza pública, obras, abastecimento de água, transporte, calçamento e iluminação; seguido da criminalidade e da segurança pública, podendo ser relatos sobre assassinatos, roubo, conto-do-vigário, insulto, agressão física, desordem, ajuntamento ilícito, capoeiragem, atentado ao pudor e conduta irregular das autoridades, críticas ao policiamento. Os missivistas reconheciam que a solução dos problemas pertencia, de forma direta ou indireta, às atribuições e responsabilidades do Estado, o que permitiu reconhecer o que um determinado público analisava como bem público e como entendia o dever deste Estado²⁶. (BASILE, 1998: 243-45)

O trabalho com esse tipo de fonte envolve, sempre que possível, uma abordagem quantitativa e qualitativa, a fim de dimensionar a representatividade do conteúdo das cartas. Depois de escolhida a abordagem, deve-se analisar o conteúdo, aquilo que é mais predominante, o sentido maior da carta. Outros pontos importantes são a linguagem adotada na abordagem do tema, o remetente e o destinatário, assim como deve-se analisar a forma com que as missivas eram apresentadas, se com um discurso individual ou coletivo. As pesquisas citadas apontaram que este fora um espaço de manifestações predominantemente individuais. A localização dos autores das cartas, se possível, também é um ponto que pode contribuir bastante à pesquisa, pois permite mapear queixas e tirar conclusões sobre as condições de vida de uma população²⁷. Também pode-se observar dados sobre o missivista, como a forma que ele se identificava, sua condição social ou categoria socioprofissional.

²⁶ Esclarecemos que esta pesquisa não tem por objetivo analisar de modo global os conteúdos veiculados na seção “Publicações a pedidos”, do *Jornal do Commercio*, conforme os autores citados fizeram, analisando indiscriminadamente as missivas de um dado período. Nossa pesquisa partiu de uma seleção de cartas que tratassem de forma direta ou indireta a temática da abolição e/ou da extinção do elemento servil e que pudessem acrescentar à análise acerca da percepção das elites sobre o processo.

²⁷ Em nossa pesquisa, no entanto, este dado não foi computado, pela ausência de localização nas cartas, que em boa parte eram apenas assinadas por pseudônimos ou não tinham assinatura.

A seção de correspondência era um espaço possível de exercício da cidadania, já que promovia o debate, a exposição de ideias, reivindicações, reclamações e denúncias. “Um espaço de suma importância para a época, pelo que representava em termos de ampliação do exercício de uma cidadania real, pragmática, ainda que incipiente, que não excluía, necessariamente, a cidadania legal, mas que, de fato, a transpunha.” (BASILE, 1998: 247) A seção *Publicações a pedido* do *Jornal do Commercio*, no período analisado, também foi um espaço de exercício da cidadania, especificamente, quanto ao tema de nossa pesquisa: o processo de abolição da escravatura no país, já que a seção foi um espaço de discussão acerca das leis de reforma do elemento servil, votadas em 1871 e 1888. Naquele momento, leitores expuseram suas posições sobre o assunto, críticas e comentários ao desenrolar das sessões parlamentares, criticaram e elogiaram a atuação das autoridades e do governo imperial, por meio de cartas publicadas na seção.

Ao mesmo tempo, reforçamos este caráter, pois o tema era de suma importância para a época, já que se remetia a consequências para a vida de todos em aspectos econômicos, sociais e políticos. A abolição da escravatura representou a passagem de uma economia com base no estado servil para o trabalho livre. Para muitos, esta transição era vista como a passagem decisiva do Brasil para o mundo civilizado, um passo em direção ao progresso e à modernidade. Uma mudança que despertava medo e receio de alguns privilegiados, principalmente, daqueles que dependiam do braço escravo e viam no fim da escravidão a possibilidade de ruína da lavoura e da instauração de uma crise econômica. Uma parte da elite também temia que a liberdade do negro fosse uma oportunidade para a vadiagem, uma ameaça para os brancos e o estabelecimento da desordem no mundo do trabalho. A seção *Publicações a pedido* do *Jornal do Commercio* expôs discursos favoráveis e contrários a essa grande mudança, assim como de defensores do movimento abolicionista.

A coluna era um canal de expressão de ideias e lugar para construir debates na esfera pública; um meio de fazer denúncias sobre a exploração do negro e descumprimento de leis pelos senhores; era um espaço para reclamar às autoridades sobre problemas vivenciados no cotidiano; para pedir providências e para apontar às instâncias de poder o que pensavam os cidadãos nas ruas sobre os debates no Parlamento e sobre o comportamento dos políticos. Pode-se dizer que, por meio da imprensa, os missivistas exerciam sua liberdade de expressão e sua cidadania, de certa forma participando, mesmo que de maneira indireta, do que era discutido no Parlamento e decidido pelo governo imperial.

CAPÍTULO III – O PROCESSO DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA, SEGUNDO OS LEITORES DO JORNAL DO COMMERCIO: UMA VISÃO COMPARADA

A seção *Publicações a pedido* do *Jornal do Commercio* era um espaço de exposição para os leitores, que funcionava como uma verdadeira tribuna, conforme definiu José Alcides Ribeiro. Suas colunas eram lugar de debate, de resposta, de reclamação, de denúncia e de posicionamento diante de assuntos do cotidiano, de questões políticas e econômicas. Os leitores pagavam para veicular seus artigos, que podiam ocupar colunas e até páginas inteiras.²⁸ (RIBEIRO, 2006: 75) A abolição da escravatura foi um dos grandes temas da época e não ficou de fora do debate dos missivistas, conforme demonstra o artigo replicado do *Correio Paulistano*, da data de 15 de maio de 1888. O texto sem assinatura foi publicado na seção *Publicações a pedido* em 18 de maio de 1888, sob o título *A Abolição*.

“A solução ordeira, pacífica e legal da questão do trabalho é o maior acontecimento, depois da proclamação da Independência do Brasil. A extinção da escravidão terá eco imenso não somente dentro do país, mas em todo o mundo. O Brasil era única exceção, de país civilizado e cristão, possuidor da propriedade escrava no seu solo no último quartel do século XIX. Herança fatal de nossos antepassados, a escravidão não foi obra dos indígenas: o Império achou-a implantada em nosso território, e de tal arde enraizada em nossas instituições, que foi preciso luta longa e porfiada para chegarmos ao resultado majestoso que se nos antolha presentemente. A história da abolição não está por fazer. A nação tem acompanhado, *pari passu*, os movimentos e as ondulações da opinião neste particular, desde o malogrado projeto de José Bonifácio, o Moço, passando por entre as campanhas empreendidas por Tavares Bastos, Ferreira de Menezes e Luiz Gama: uns francamente revolucionários; outros, doutrinários e legalistas. Por honra do Brasil, desde já devemos declarar: nunca houve escravistas por princípio, que defendessem a escravidão pela escravidão. Houve sim, retardatários e avançados, oportunistas e radicais, emancipadores e abolicionistas: todos animados dos mesmos sentimentos, impulsionados pela mesma fé no futuro da pátria. No dia de hoje, nesta comunhão de todos os partidos e de todas as nacionalidades, no grêmio da grande Pátria

²⁸ A Lei de 20 de setembro de 1830, “Dos abusos da liberdade de exprimir os pensamentos por impressos, por palavras, e manuscritos, e das suas penas” regulou a liberdade de imprensa durante o Império. A lei regia a exposição de pensamentos por textos, gravuras e falas em público, apontando de forma detalhada abusos da liberdade de imprensa e sanções. Entres os abusos citados sujeitos à pena estavam: todo e qualquer escrito ou palavras com o intuito de destruir o sistema monárquico representativo e contra a religião católica, estando sujeito os transgressores à prisão e à multa. As análises razoáveis sobre a legislação e princípios religiosos não eram considerados crimes. O Código Criminal, de 16 de dezembro de 1830, também previa no quarto capítulo regras e sanções para usos indevidos da imprensa, como o estabelecimento irregular de oficina de impressão. (BRASIL, 1830)

Brasileira, não há vencidos nem vencedores. Há brasileiros, filhos da mesma Pátria, que se congratulam consigo e com a humanidade pelo resgate de três séculos de injustiça legal, que apagaram do Direito Pátrio essa mancha, em manifesto antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições.”

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.)

Esta correspondência publicada dois dias após a assinatura da Lei Áurea traça um cenário de apoio da população e dos partidos à abolição da escravatura; nega que tenha havido escravistas por princípio, além de elogiar o fim da escravidão como o acontecimento mais importante da história do país, desde a Independência. O autor exalta o fato de a Abolição ter ocorrido no Brasil sem derramamento de sangue, bem diferente do que ocorreu nos Estados Unidos, com a Guerra de Secessão, e na Revolução Haitiana. Ele define a escravidão como uma mancha contrária aos valores cristãos e liberais das instituições brasileiras, que foi removida de forma pacífica, sendo celebrada a vitória por todos.

Dezessete anos antes do 13 de maio de 1888, porém, o acirrado debate entre partidos acerca da Lei do Ventre Livre (1871) produziu uma outra impressão sobre o debate do tema na sociedade. Sob um clima de opiniões divididas, opositoristas e apoiadores da proposta do governo se digladiavam no Parlamento. O debate ocorria nas ruas e na imprensa, mas o fim da escravidão ainda parecia ser um assunto difícil de ser tratado, mesmo que a proposta apontasse para o fim do cativeiro de maneira lenta. A missiva do *cronista das águas furtadas*, publicada em 21 de setembro de 1871, exemplifica o clima tenso sob o qual a proposta de lei era discutida e demonstra alguns argumentos usados pela oposição.

“Tal foi a conclusão dos discursos ontem proferidos pelos ilustres senadores que tomaram parte na discussão: todos se queixaram e todos se queixam da violência exercida para com o Senado. Apontam-se os defeitos da proposta, notam-se os seus inconvenientes. O próprio governo, intimamente abalado pelas objeções dos seus adversários, sente-se embaraçado e vexado, mas não há possibilidade de aceitar-se uma só emenda ao projeto, porque importaria isso a volta da proposta à Câmara dos Deputados, e esta já não tem número legal para reunir-se. Além disso, paira sobre toda a discussão o vaticínio do nobre presidente do conselho, a tal eventualidade grave que o Sr. senador Silveira da Motta diz que o governo não é capaz de revelar. A opinião, enfim, formada pela Coroa antes de partir (para a Europa), opinião se não pode modificar na ausência de quem a deixou assentada como a última palavra neste assunto! Em tal situação torna-se inútil discutir e muito mais extrair as opiniões que não podem prevalecer por mais razoáveis que sejam. O que parece provável, se não certo, é que a proposta não passará no Senado neste ano, apesar de todos os antecedentes da discussão. O Sr. senador Silveira da Motta já está até apreensivo e supõe que hoje o próprio

governo é interessado no adiamento da discussão da proposta. De todo modo é fácil aventurar conjecturar. O que podemos dizer ao certo é que, com sacrifício de uma nobre ideia e com sacrifício dos grandes interesses nacionais, está consumada a desmoralização do governo sob a reforma do estado servil.”

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 261, 21 de setembro de 1871, 3p.)

O *cronista das águas furtadas*, forma como o autor da carta se apresenta no texto, mesmo não tendo assinado o artigo, descreve um cenário de conflito político, no qual se aposta no adiamento da aprovação da Lei do Ventre Livre (1871). Ele criticou a forma como a discussão da proposta era conduzida pelo governo, que não admitia emendas e nem acatava as sugestões dos parlamentares opositoristas. O autor ainda sugeriu que o Imperador, antes de partir para a Europa, deixou ao gabinete sete de março a missão de aprovar o projeto e que por este motivo não admitia mudanças. Ele sentenciou, sob um olhar pessimista, a desmoralização do governo, diante da tramitação da reforma do elemento servil, e apostou que o adiamento da discussão da lei seria a opção tomada pelo Senado.

A aprovação da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea foram momentos chaves do processo de extinção da escravidão e também foram retratados na seção de correspondência do *Jornal do Commercio*, nos meses decisivos de setembro de 1871 e de maio de 1888. Os dois leitores citados, o primeiro, que não se identificou e, o segundo, que usou o pseudônimo *cronista das águas furtadas*, expuseram seus pontos de vista e dialogaram com seu tempo. Enquanto o primeiro descreveu um momento de apoio geral para a causa, em que todos celebraram uma conquista ansiada pela pátria e elogiada pelo mundo, a partir de um discurso otimista, que elogiou o processo, as decisões do governo e a obtenção pacífica dos resultados; na segunda carta, tem-se a narração de um momento de conflito entre partidos, no qual se fala pouco acerca do fim da escravidão, focando as discussões basicamente na reforma de 1871, que instituiu uma política de eliminação gradual e lenta para o cativo. O cronista tinha um olhar pessimista sobre as discussões e não acreditava na aprovação da lei que concedia liberdade aos nascituros. Os missivistas tiveram percepções diferentes acerca da tramitação das leis no Parlamento, estando separados por contextos que influenciaram seus posicionamentos. Suas correspondências, porém, permitem traçar uma comparação de discursos, a fim de compreender como o público leitor do jornal percebeu o processo e se houve mudança de posicionamento acerca do assunto com o tempo, assim como traçar um perfil sobre quem lia o *Jornal do Commercio*, na segunda metade do século XIX.

Tabela 1: Missivas analisadas		
	Quantitativo de missivas examinadas	Percentual com relação ao total
Publicadas em 1871	79	37%
Publicadas em 1888	133	63%
Total de cartas analisadas	212	100%

Ao todo, foram encontradas 212 missivas, sendo 79 (37%) correspondências publicadas em setembro de 1871 e 133 (63%) cartas de maio de 1888. Em número absoluto, o fato de terem sido encontradas mais correspondências sobre o tema em 1888 do que em 1871 pode indicar que estes leitores falavam mais sobre o processo de abolição do que os contemporâneos da discussão da Lei do Ventre Livre. A concentração de cartas sobre o tema nas edições confirma o pressuposto. Em 1888, a concentração média era de 4,4 correspondências por exemplar falando sobre a reforma do elemento servil, enquanto em 1871 esse número cai para 2,8 cartas publicadas no período. As missivas de 1871 aparecem em menor número nas edições e dispersas em um emaranhado de outros temas, como a construção das Docas D. Pedro II, pelo engenheiro André Rebouças, assunto que motivou a publicação de várias cartas no mês de setembro daquele ano. Já o tema da abolição do elemento servil se destaca nas edições de maio de 1888, chegando a tomar quase toda a seção *Publicações a pedido* em 18 de maio, quando foram publicadas dez cartas sobre o tema.

Os autores pareciam estar mais à vontade para falar do processo naquele momento, com elogios, poesias, críticas e sátiras. Já em 1871 é mais comum aparecer artigos sob formato de crônicas, narrando as sessões parlamentares e comentando o andamento das discussões. Um aspecto relevante é que o tema da reforma do elemento servil, em ambos os períodos, apareceu em todas as edições do jornal examinadas, mesmo em artigos que se referissem ao assunto de forma indireta, ou seja, em que se fizesse referência à reforma, mas sem que esta fosse o assunto principal da missiva, o que é uma prova de que o tema atraía a atenção dos leitores e mobilizava o debate na esfera pública, principalmente, nas rodas da boa sociedade.

1. As correspondências e seus autores

A argumentação, que aparece muitas vezes fundamentada na doutrina liberal, na noção de direito do cidadão e de dever do poder público, assim como a linguagem adotada nas

cartas, geralmente cordial, evidencia aspectos desse público privilegiado que lia e publicava cartas na seção, afinal somente aquele que lê o jornal pode reconhecê-lo como um espaço digno de publicar sua opinião. Os que se identificaram deixaram ainda mais evidente que percebiam a credibilidade e o prestígio do *Jornal do Commercio*, admitindo que vincular seu nome ao veículo não afetaria negativamente sua imagem, em alguns casos até atribuiria reconhecimento e prestígio. Assim, pode-se dizer que aqueles leitores faziam parte de um grupo de *status* cultural elevado, que se distinguia da massa analfabeta; um grupo que conhecia as leis, seus direitos como cidadãos e os deveres do governo; que acompanhava os debates políticos e que conhecia as principais questões que estavam em discussão nas rodas da alta sociedade, inclusive as europeias.

	Cartas em que aparece este aspecto	Percentual sobre o total de cartas em que aparece este aspecto	Percentual em relação ao número total de cartas do período*
Publicadas em 1871	11	27%	14%
Publicadas em 1888	30	73%	22%
Total	41	100%	19%

* Com base nos quantitativos apontados na Tabela 1.

Os missivistas também deixaram transparecer em algumas cartas sua condição social ou socioprofissional. Este aspecto apareceu em 19% do total das cartas examinadas, sendo registrado em 22% daquelas publicadas em 1888 e em 14% das de 1871. A maior parte das cartas que deixaram este aspecto tornar-se público eram de 1888 (73%), o que pode apontar mais uma vez para um clima favorável à exposição de posicionamentos sobre o assunto. Assim, com menos temor de represálias, os missivistas deixavam transparecer mais sua identidade nas cartas. As condições sociais ou socioprofissionais identificadas nos autores citam-se a seguir, apontando o número de ocorrências: senador (1); proprietários, fazendeiros e lavradores (12); barão (1); funcionário público (2); industriais (1); classe dos telégrafos (2); classe tipográfica (2); inspetor geral de imigração (1); advogado (1); administrador (1); presidente da Câmara (2); secretário da Câmara (1); secretário da associação dos artistas brasileiros (1); ex-escravo (1); foreiros (1); comissários (1), promotor público (1), tabelião (1), marinheiros (1), escritores liberais abolicionistas (1), vereadores (1), deputados da Câmara (2), pároco (1), pontífice máximo (1) e político candidato (1). Assim, a maioria dos

identificados exercia funções de prestígio social, que denotavam certa condição financeira e que exigiam nível de instrução, aparecendo ainda funções mais técnicas e um ex-escravo. Pode-se agrupá-los em categorias gerais, dispostas conforme os anos.

Condição social ou socioprofissional	Cartas publicadas em 1871	Cartas publicadas em 1888
Clérigo	1	1
Ex-escravo		1
Funcionário público		5
Militar		1
Político	4	4
Profissional liberal		10
Proprietário	6	8
Total de cartas em que o aspecto aparece	11	30

Nota-se que, em 1871, os proprietários apareceram em maior número no pequeno grupo que identificou sua condição social ou socioprofissional naquele ano. Já em 1888 foram os profissionais liberais que se destacaram como o grupo que mais se mostrou nas cartas. Os dados podem apontar para indicativos de prestígio destas categorias nos períodos, já que estes não tinham vergonha de se expor publicamente, até mesmo como grupo profissional, comentando e se posicionando sobre a questão do elemento servil. Em 1871, os políticos formaram o segundo grupo que falou, identificando sua posição na sociedade, enquanto em 1888 foram os proprietários, funcionários públicos e políticos, nesta ordem, que apareceram logo atrás do primeiro. Em menor número, em 1871, vêm os clérigos com apenas uma ocorrência; e em 1888 são as categorias clérigo, ex-escravo e militar de menor número.

Tipos de remetentes	Quantitativo de cartas	Percentual sobre o total de missivas do período
Pseudônimo	45	57%
Anônimo	30	38%
Assinado	4	5%
Total	79	100%

Tabela 5: Remetente das cartas de maio de 1888		
Tipos de remetentes	Quantitativo de cartas	Percentual sobre o total de missivas do período
Pseudônimo	53	40%
Anônimo	45	34%
Assinado	35	26%
Total	133	100%

Os leitores se sentiam à vontade na seção para expor suas ideias, responder a outros leitores, reclamar e criticar, mas geralmente não se identificavam. As missivas mostraram que, em 1871, a maioria preferiu se identificar por pseudônimo (57%) ou não assinar seus artigos e correspondências (38%). Somente 5% dos leitores assinaram o que escreveram naquele ano. O predomínio da identificação por pseudônimo permaneceu em maio de 1888, sendo usado por 40% dos missivistas. As cartas de leitores anônimas permaneceram em segundo lugar, com 34%, mas um crescimento significativo apareceu nas correspondências assinadas, que foram 26% do total. Esconder a identidade, pelo que parece, era um costume da época, o que favorecia externar suas posições livremente. Pode-se dizer que, comparativamente, em 1888, os leitores se sentiam mais à vontade para expor suas posições sobre o processo de abolição, sem receio de se identificar, o que pode sugerir para uma inclinação da sociedade favorável à abolição e que permitia uma maior exposição. A maioria das cartas assinadas em 1888 (77%), porém, são de data posterior a 13 de maio, ou seja, das 35 cartas assinadas 27 eram de data posterior à aprovação da Lei Áurea, fato que explica o significativo aumento de assinaturas, pois estando resolvida a questão da abolição se construía um cenário mais favorável e legitimado pela decisão do governo para que aqueles que defendiam o fim da escravidão pudessem se posicionar abertamente e sem reservas.

Os pseudônimos usados eram os mais variados. Eles podiam revelar parte do conteúdo das cartas, ou não ter relação alguma com o texto, podiam evidenciar lugar de origem, profissão, relação com o problema abordado, relação partidária ou transparecer até mesmo patriotismo. Os pseudônimos, de certa forma, eram meios dos leitores se revelarem ou se esconderem ainda mais. O uso deles ou a ausência de qualquer identificação, por sua vez, demonstra que os leitores usavam estes recursos para lhes permitir maior liberdade de exposição de seus pontos de vista na seção ou poderia ser uma forma de proteção a

represálias. A diversidade de tipos de pseudônimos é um aspecto que chama atenção, pois os autores usavam desde nomes próprios, como “Burke”; iniciais, como “H.M.”; símbolos; travessões; até nomes que tivessem alguma relação com as reclamações expostas nas cartas, como “O credor prejudicado”; ou que não tivesse qualquer forma de identificação, como “Um da banda”; ou que lhes apontasse alguma característica, como “Paulista” e “Um brasileiro”; que tivesse algum viés coletivo como “A Nação” ou “Civis”; ou que apontasse para uma condição social, como “Lavrador mineiro”, “Um administrador” e “Um fazendeiro na corte”. Também apareceram pseudônimos que denotaram uma posição crítica, como “O sentinela da ordem”, “A Guarda Constitucional”, “O Imperador quer” e “A voz da verdade”.

Posicionamento do leitor sobre o fim da escravidão	Cartas publicadas em 1871	Cartas publicadas em 1888
Contrários	24%	17%
Favoráveis	31%	74%
Posição indeterminada	45%	9%

* As porcentagens tem como base os quantitativos de pseudônimos expostos nas tabelas 4 e 5.

Quanto à relação entre o conteúdo das cartas e o uso de pseudônimos, percebe-se que, dos quarenta e cinco leitores que usaram essa nomenclatura em 1871, a maior parte apresentou posição indeterminada sobre qualquer avanço em direção ao fim da escravidão (45%), enquanto 24% deles foram contrários e 31% expuseram posição favorável à extinção do regime escravista, o que não significava apoio para o fim imediato, mas que reconheciam a necessidade de dar um ponto final ao regime. Com isso, pode-se dizer que o posicionamento acerca do assunto não foi determinante para escolha deste recurso para zelar pela identidade de tais leitores.

Em 1888, observou-se que a maioria que usou pseudônimo teve posição favorável ao fim da escravidão, sendo 74% deles, os demais, 17% foram contrários e 9% tiveram posição indeterminada, ou seja, mesmo sob um contexto de provável maior aceitação para extinção do regime, o uso de pseudônimo continuou sendo a preferência da maior parte, o que provavelmente, além de ser um costume da época, deve-se às razões já expostas, como a maior liberdade para exposição de ideias e proteção a represálias.

Os missivistas de 1871 que preferiram assinar as cartas com os nomes fictícios falaram em defesa do fim gradual da escravidão; expuseram seu parecer sobre as sessões do Parlamento; argumentaram em defesa da Lei do Ventre Livre ou expuseram argumentos abertamente contrários à proposta do governo; criticaram o trâmite acelerado dela no Parlamento, a postura do governo diante das discussões e o próprio texto da lei. Alguns pseudônimos contrários à lei defenderam e elogiaram a postura dos dissidentes; fizeram críticas ao gabinete de Rio Branco e sua atuação autoritária e queixaram-se do autoritarismo do Imperador, além de apontarem defeitos na proposta.

Os favoráveis à Lei do Ventre Livre criticaram a postura dos dissidentes, reclamam da demora da aprovação dos artigos da lei e fizeram denúncias de escravidão ilegal de homens que nasceram livres. Já aquelas publicadas a partir de 28 de setembro daquele ano louvaram a atuação do governo, de políticos, o processo ordeiro em que ocorreu a aprovação da lei e os avanços advindos da reforma. Estes leitores também sugeriram mudança no texto da mesma e cobraram providências do governo para ordenar as consequências da reforma. Assim, com o uso dos pseudônimos, a população pode expor suas impressões acerca das discussões e participar, por meio da esfera pública, do que ocorria no Parlamento.

Nas correspondências de 1888 com pseudônimos, publicadas antes de 13 de maio, os leitores escreveram sobre o que ocorria no cenário político, sobre a tramitação da lei no Parlamento e a atuação de homens públicos. Eles também falaram sobre particulares, denunciando ações de fazendeiros contra a emancipação escrava e por terem forjado libertações por interesse ou elogiando-os pela emancipação de cativos. Além disso, eles expuseram argumentos contra o fim do regime e suas duras consequências à lavoura, assim como, criticaram a atuação dos abolicionistas. Os favoráveis elogiaram as ações do governo e os avanços da questão.

Nas cartas com uso de pseudônimo, publicadas após a aprovação da Lei Áurea, apareceram registros de expectativas sobre o período pós-Abolição, pedidos de providências ao governo diante da reforma, sugestões de ajustes no texto da lei, assim como elogios pela aprovação da mesma ao governo e a políticos, apareceram também críticas ao governo em decorrência da própria aprovação da lei. Neste sentido, o uso de pseudônimo estimulou a exposição de ideias e de posicionamento destes leitores que se permitiram falar abertamente sobre políticos, sobre o governo, sobre as reformas que estavam em discussão, sobre suas impressões acerca do processo e, até mesmo, sobre particulares, sem temor e vergonha.

Nas cartas anônimas, em alguns casos, apareceu a identificação de que estas foram replicadas de outros jornais. Foram replicadas 8% das cartas analisadas de 1871 e, nas de 1888, foram 11% do quantitativo total do período. Apenas uma carta de 1871 replicada de um jornal teve assinatura de pseudônimo, sendo as demais anônimas. Elas foram republicadas de periódicos como o *Diário Mercantil*, *Gazeta de Notícias*, do próprio *Jornal do Commercio*, *Do Regenerador e do Jornal da Tarde*. Algumas destas cartas eram artigos e editoriais que tinham sido publicados em outros periódicos, mas que retratavam a opinião dos leitores e, por isso, foram republicados na seção por eles, ou seja, eles fizeram das palavras de outros as suas palavras e não deixaram de contribuir ao debate da questão na seção *Publicações a pedido*. Conforme visto no capítulo anterior, as publicações da seção eram pagas, confirmando mais uma vez, a percepção da coluna como um espaço apreciado pelos leitores e considerado canal de fala à esfera pública.

Tabela 7: Autoria das cartas analisadas por período*		
Tipos de autoria	Publicadas em 1871	Publicadas em 1888
Individual	59%	78%
Individual com intenção coletiva	38%	17%
Coletiva	3%	5%

* Com base no total de cartas analisadas por período, conforme Tabela 1.

Outro aspecto observado sobre os discursos dos missivistas foi a autoria das cartas como tendo caráter individual ou coletivo, ou seja, se os autores falavam como indivíduo ou grupo. Foram consideradas cartas de caráter coletivo aquelas em que se observou intencionalidade de fala como grupo e que foram assinadas por mais de uma pessoa. Já as de caráter individual foram definidas como aquelas que falaram como indivíduo e em que a assinatura foi individual. A análise das cartas mostrou que havia, ainda, a necessidade de estabelecer um terceiro critério de classificação: individual com intenção coletiva, ou seja, para missivas cuja intencionalidade do discurso era coletiva, mas a assinatura era individual ou anônimo, incluindo aquelas em que usaram pseudônimos de caráter coletivo. Observou-se que, em ambos os períodos, o discurso individual se sobrepôs ao coletivo, sendo, nas correspondências de 1871, registrado em 59% fala individual, contra 3% coletiva e, em 38%, autoria individual com intencionalidade coletiva. No ano da Abolição, foram identificadas

78% das cartas com fala individual, 5% com fala coletiva e 17% registraram intencionalidade coletiva e assinatura individual. A fala individual com intencionalidade coletiva foi mais registrada em 1871 do que em 1888, até mesmo em número absoluto, 30 missivas registradas em 1871, contra 23 cartas de 1888; apontando o recurso de falar como um grupo sendo mais usado naquele ano, o que pode indicar a dificuldade de tratar do tema da escravidão no ano da Lei do Ventre Livre. Neste sentido, falar como um grupo seria mais um meio de velar a identidade dos missivistas.

Tabela 8: Autoria das cartas em relação ao quantitativo total		
Tipos de autoria	Quantitativo de cartas	Percentual sobre o total
Individual	151	71%
Individual com intenção coletiva	53	25%
Coletiva	8	4%
Total das missivas analisadas	212	100%

Ao todo, foram identificadas 151 missivas assinadas por uma pessoa, com discurso de caráter individual, representando 71% no todo; apenas oito cartas tiveram assinatura de dois autores ou mais, representando 4% do total, ou seja, duas foram publicadas em 1871 e seis em 1888 com autoria coletiva; e foram registradas 53 missivas com assinatura individual, podendo ser anônima ou por pseudônimo de caráter coletivo, com discurso plural ou fala de um grupo. Os leitores de 1871 usavam mais o recurso de autoria individual com intenção coletiva para tratar do tema da reforma do elemento servil, sendo registrado em 38% das missivas, do que os de 1888, sendo usado em 17% das cartas (Tabela 7). Os números podem indicar que os leitores de 1871 tinham mais reservas para tratar da reforma do elemento servil e, por isso, recorriam a um discurso de caráter coletivo para expor suas opiniões, mostrando que seu posicionamento era comum a mais pessoas, assim, legitimando ainda mais sua fala, e escondendo sua identidade no coletivo. Neste sentido, eles podiam expor suas ideias como grupo, a fim de dizer à sociedade que sua posição não era particular.

Conforme visto na Tabela 7, já os de 1888 tinham menos reserva em tratar do assunto da abolição, assumindo uma postura individual em 78% e, conforme anteriormente exposto, muitos assinaram suas publicações. Então, pode-se apontar que havia um contexto de favorecimento à discussão do assunto em 1888 e que a sociedade admitia discutir, com mais

naturalidade do que em 1871, por isso os leitores em 1888 falavam com mais despreendimento sua opiniões pessoais, e menos missivistas escolheram se esconder na coletividade para expor suas posições. Em 1871, somente 5% assinaram as cartas e a maioria se escondia em pseudônimos ou nem assinavam o que escreviam (Tabela 4), tendo ainda parte significativa optado por falar como grupo.

Um exemplo de correspondência em que o autor assinou de forma individual com intenção coletiva pode ser visto na carta publicada em 24 de setembro de 1871, de título *Muita Atenção*, em que é feita denúncia sobre escravidão de homens que nasceram livres. O reclamante pede providências ao governo e assina como *Amigos da liberdade*. “Chama-se a atenção do governo. Na cidade de Campos existem gemendo na escravidão diversos infelizes que, tendo nascido livres, tiveram a desgraça de ficar sujeitos aos caprichos de um dinheiroso, e até hoje, por mais que se tenha procurado livrá-los de tal fera, não tem sido possível conseguir, porque a tal hiena, apoiada no ouro, ousa dizer que há de comprar a justiça!!!” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 264, 24 de setembro de 1871, 3p.)

Ano de publicação	Liberal	Conservador	Posição indeterminada
1871	2,5%	3,8%	93,7%
1888	2,3%	9%	88,7%

Quanto à posição política, apesar do cenário ser marcado pelo bipartidarismo conservador e liberal, a maioria dos leitores nos dois períodos pouco fez referência a essa característica, mostrando que o posicionamento sobre a lei de 1871, sobre o fim da escravidão e sobre a abolição imediata atravessou os partidos. A reforma do elemento servil não era uma questão partidária, mas envolvia a sociedade de modo geral. Em 1871, 2,5% se posicionaram como liberais; 3,8%, como conservadores, e 93,7% não expuseram posição política ou não foi possível identificar. Em 1888, 2,3% se colocaram como liberais; 9%, como conservadores, e 88,7% não admitiram posição política ou não foi possível identificar.

Os leitores demonstraram sua posição política por meio de elogios partidários ou sobre a obra feita pelos partidos e, em alguns casos, se autodenominando partidários. Um exemplo é a carta publicada em 27 de maio de 1888, no qual o autor assina como *Um lavrador*

conservador. Ele critica a obra da abolição sem indenização, que ocorreu em um momento crítico para a lavoura, a época da colheita, sendo feita por mãos despóticas. “Abolida como foi a escravidão em nossa pátria, sem indenização e sem prazo, na quadra mais crítica para os lavradores (ocasião das colheitas) urge que correntes emigratórias tomem maior incremento, de modo que possamos salvar alguma coisa do naufrágio de nossos bens, por mão despótica lançados no abismo.” Ele pede que o governo estabeleça uma legislação que obrigue o trabalho dos libertos e afirma que “a inércia ou incúria dos nossos representantes no Parlamento, nas prontas providências a tomar, ditarão nosso proceder para o futuro, quando o nosso voto for novamente cobiçado.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 148, 27 de maio de 1888, 3p.)

Tabela 10: Linguagem adotada nas cartas por período		
Tipos de linguagem	Cartas publicadas em 1871	Cartas publicadas em 1888
Agressiva	0%	3,7%
Coloquial	0%	0,8%
Cordial	72,2%	72,2%
Formal	1,3%	6,8%
Incisiva	20,2%	12,8%
Irônica	6,3%	3,7%

Pode-se dizer que a linguagem que predominou nas cartas também falou do público que as escreveram e do nível de indignação e posicionamento dos leitores sobre a reforma do elemento servil e sobre a abolição da escravidão. Foram adotadas as seguintes categorias de classificação: agressiva, coloquial, cordial, formal, incisiva e irônica. Sabendo que foi levada em consideração a linguagem que predominou nas correspondências, sendo na maioria delas registrada a linguagem cordial, presente em 72,2%, em ambos os períodos. Em seguida, também nos dois períodos, foi identificada a linguagem incisiva em segundo lugar, ou seja, em 20,2%, nas cartas de 1871, e em 12,8%, nas de 1888, o que consistia em uma linguagem mais dura, mas que não chegava ao ponto de ser agressiva.

No ano da aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), não foram registradas cartas com linguagens coloquial e agressiva, sendo observada a linguagem irônica em 6,3% e formal em 1,3%. Em 1888, apareceram em ordem decrescente as categorias: formal (6,8%), irônica (3,7%), agressiva (3,7%) e coloquial (0,8%). A partir da linguagem, pode-se dizer que os

leitores procuravam manter uma linguagem cordial, pouco desrespeitosa e agressiva nas cartas, principalmente, pois, conforme já analisado, a maioria falava ao público em geral e ao governo, o que de certa forma restringia a maneira de se expressar. Além disso, a ausência ou o pouco uso da linguagem coloquial denota que aqueles leitores faziam questão de se expressar dentro da norma culta, conforme o grupo a que faziam parte costumava se expressar e se reconhecer. A adoção da linguagem cordial também coincidia com a postura moderada do veículo.

2. Os destinatários das correspondências

Tabela 11: Destinatários das cartas por período analisado		
Classificação geral de destinatários	Cartas de 1871	Cartas de 1888
Destinatários não específicos	82,3%	70,7%
Destinatários específicos	17,7%	29,3%

Quanto aos destinatários das cartas, pode-se dizer que todas falavam para a opinião pública. Já que, mesmo aquelas com um destinatário específico, havia a intencionalidade de tornar pública determinada questão, resposta ou opinião, ou seja, os missivistas tinham a intenção de tornar público questões particulares, assim como falar em público do que era público, neste caso, julgar diante de todos o que era debatido no Parlamento e expor suas posições sobre as propostas de reforma do elemento servil. Na maioria das cartas, em ambos os períodos, não foram identificados destinatários específicos, mas falaram de modo geral a todos. Foram 82,3% dos autores de 1871 que não especificaram destinatário e 70,7%, em 1888. Mas, mesmo que em todas as cartas o receptor tenha sido o público leitor do *Jornal do Commercio*, alguns missivistas direcionaram seu discurso a um destinatário específico. Foram 17,7% das correspondências de 1871 com destinatário e 29,3% das cartas de 1888.

A intenção de falar para todos aparece, principalmente, nas cartas em que o destinatário não foi especificado, além disso, em muitas delas o autor tenta persuadir seus leitores para que concordem com ele. Esses missivistas queriam falar para a esfera pública, para isso esbravejavam sua indignação, elogios, críticas e posicionamentos. Mesmo em casos de denúncias ou críticas a políticos, os missivistas falavam como se contassem ou chamassem a atenção de todos para os fatos. Missivistas como *Cássio*, pseudônimo usado pelo autor, que parecia contar aos leitores, como um cronista, suas percepções dos fatos. “Todos, povo e

deputados, confundindo-se em um só sentimento, deram as suas paixões, secularmente comprimidas, a expansão de um grande terremoto! Os vivas e aclamações partiram de todos os ângulos do palácio, e o eco triunfal, comunicando-se, como a chama, à massa popular, apinhada na rua, converteu o delírio em suprema razão de uma raça soberanamente vindicada”, narrou o missivista sobre o dia em que foi feita a leitura do projeto de extinção da escravidão. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 130, 9 de maio de 1888, p.2)

Esses missivistas usavam o recurso de falar para todos, pois reconheciam a importância da opinião pública como influenciadora de seu tempo. Essa análise evidencia a relevância dada pelos leitores à aprovação da esfera pública e até mesmo o hábito de se posicionar em público acerca de assuntos em voga. Pode-se dizer que isso reafirma a aceitação da seção como um espaço para debate, exposição de ideias e posições. Além disso, a intenção de falar com todos, sem especificar destinatário, acaba sendo limitada pelo alcance do canal em que a mensagem é veiculada, alcançando somente os leitores do *Jornal do Commercio*. Neste sentido, os leitores falavam para eles mesmos por meio da seção, isto é, a seção era um canal de comunicação entre leitores.

A carta de *Melbourne* publicada em 1 de maio de 1888, de título *Coerência política*, serve de exemplo, pois o autor não direciona sua fala a um destinatário específico. Ele fala ao público em geral sobre a abertura das discussões da abolição no Parlamento. Usando linguagem figurada, coloca as discussões como teatro, o Parlamento como palco e os políticos como atores. “Nesta estação teatral se fará a estreia com uma ideia avó, caiada e sarapintada de novo, na qual tomarão parte novos personagens representando papel diverso daquele que preenchiam na última estação.” O autor se refere à abertura do Parlamento, que ocorreria no dia seguinte e cuja questão da abolição apresentava-se como o principal assunto em pauta. “Entre os novos artistas tem os papéis mais difíceis o ilustre ministro da justiça e o seu diretor político o Sr. conselheiro de estado Andrade Figueira. Os Srs. conselheiros Paulino Souza, Belisário, Joaquim Delfino, Gomes de Castro e outros vultos talvez façam parte dos coros da peça lírica a Nova Fase, -- coros semelhantes aos das tragédias gregas, para assim prender mais a atenção da platéia. (...) O espetáculo se manterá em cena por muito tempo? Cairá por pateada, por barulho nos bastidores, ou pelos risos do público?” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 258, 18 de maio de 1888, 3p.) Como se pode observar, o leitor *Melbourne* fala para todos, não a um destinatário específico.

Tipos de destinatários	Quantidade de cartas em que aparece	Percentual sobre o número total de cartas do período
Destinatário não específico	65	82,2%
Governo	9	11,4%
Personalidades públicas	2	2,5%
Grupos políticos	1	1,3%
Imprensa	1	1,3%
Particulares	1	1,3%
Total	79	100%

Tipos de destinatários	Quantidade de cartas em que aparece	Percentual sobre o número total de cartas do período
Destinatário não específico	94	70,6%
Governo	17	12,8%
Grupos socioeconômicos	6	4,5%
Particulares	6	4,5%
Imprensa	5	3,7%
Personalidades públicas	2	1,5%
Eleitores	1	0,8%
Grupos políticos	1	0,8%
Instituições	1	0,8%
Total	133	100%

Em 82,2% das cartas de 1871 não houve destinatário específico e pareciam falar para todos. Já, em 1888, esse caráter apareceu em 70,6% das correspondências. Quanto aos destinatários específicos, o governo foi o que mais teve mensagens enviadas em 1871, sendo 11,4% delas destinadas a autoridades, ao gabinete ministerial, a parlamentares, a ministros e ao Senado. Em ordem decrescente, apareceram artigos e cartas para personalidades públicas (2,5%); para grupos políticos (defensores ou oposição da Lei do Ventre Livre), como os dissidentes da Câmara que resistiram às discussões da proposta do governo; para imprensa (jornais e redatores) e para particulares, alcançando 1,3% de todas as cartas de 1871 nessas três categorias. Assim, pode-se perceber que a maioria dos leitores que falaram sobre o processo de emancipação escrava e sobre a lei de 1871 preferiu não especificar destinatário, falando para o público em geral, ou para o governo.

Em 1888, na maioria das cartas, os autores também não se dirigiram a um destinatário específico, mas falaram a todos (70,6%). Em segundo lugar, apareceu novamente o governo, com 12,8%, entendendo-se por esta categoria as correspondências endereçadas às autoridades, ao gabinete ministerial, a parlamentares, a ministros, ao Senado e à Câmara de Deputados. Em ordem decrescente, foram enviadas cartas a grupos socioeconômicos, como lavradores, industriais e comerciantes (4,5%); a particulares (4,5%); à imprensa (3,7%); à personalidades públicas (1,5%); a eleitores, já que as eleições para a Câmara de Deputados estavam às vésperas (0,8%); a grupos políticos, como críticos e defensores de políticos (0,8%) e a instituições (0,8%).

Pode-se dizer que, os leitores de 1888 direcionaram mais seu discurso a destinatários específicos do que os de 1871, apontando menos receio de dirigir-se a particulares, grupos e instituições, abordando a questão da escravidão. Além disso, as correspondências de 1888 foram marcadas por uma variedade maior de categorias de destinatários, o que pode apontar que a questão da abolição do elemento servil era um assunto que envolvia e era considerado relevante por mais instâncias da sociedade. Não podemos provar, porém, que em 1871 o assunto não despertasse o interesse de vários grupos sociais, mas podemos dizer que em 1888 o tema mobilizava mais grupos para discuti-lo, se posicionar e se expor publicamente acerca dele na seção de correspondência. Esse aspecto mais uma vez pode indicar que o assunto era tratado com mais despreendimento na sociedade em 1888. Naquele ano, os leitores também preferiram, na maioria das cartas, não identificar destinatário, mas falar ao público em geral, e ao governo, o que pareceu ser um recurso para ampliar sua liberdade de expressão, quanto aos argumentos e posições, assim como ser uma forma de proteção a represálias.

3. Posicionamento dos leitores sobre o fim da escravidão, a Lei do Ventre Livre e a abolição imediata

Tabela 14: Posicionamento geral sobre o fim da escravidão			
Período analisado	Contrários	Favoráveis	Posição indeterminada
Cartas de 1871	16,5%	30,3%	53,2%
Cartas de 1888	11,3%	77,4%	11,3%

A pergunta principal que norteou esta pesquisa foi apontar se houve mudança de posicionamento dos leitores do *Jornal do Commercio* sobre o fim da escravidão no período analisado, por meio dos discursos registrados na seção de correspondência, em setembro de 1871 e em maio de 1888. Para respondê-la, foi feita análise de discurso dos leitores e seus posicionamentos foram quantificados. Em 1871, foram registrados 16,5% contrários ao fim da escravidão, 30,3% foram favoráveis e 53,2% tiveram posição indeterminada, ou seja, o discurso não permitiu avaliar o posicionamento do leitor sobre o assunto. Em geral, os discursos que apresentaram posição indeterminada centraram as opiniões na lei de 1871 e nas discussões parlamentares, o que não permitiu apontar o posicionamento do autor sobre o fim da escravidão.

Na carta do leitor *Epíteto*, de título *Decepção Cruel!*, publicada em 19 de setembro de 1871, por exemplo, o autor expõe sua indignação sobre o voto contrário do chefe do partido liberal à proposta do governo para a liberdade do ventre escravo. Assim, ele defende o partido, esclarecendo que, independentemente da posição do chefe liberal, o grupo apóia a causa do ventre livre e a proposta do governo, no entanto, nesta carta não foi possível apontar o posicionamento do autor sobre o fim definitivo da escravidão. Ele centrou seu discurso nas críticas à postura do líder liberal.

“Vem a proposta do governo para o Senado. O ilustre chefe rompe a discussão, mas com o fim de reivindicar a ideia ou a glória da ideia para o partido liberal do que para se lhe opor. O seu estúrdio fez supor isto, mas no correr de seu discurso começou a desandar, de modo que deu a entender, que votaria pelo projeto, não obstante as feridas que procurou abrir-lhe. Ainda assim, conservam-se suspensos os espíritos até que o segundo discurso do ilustre chefe pôs às câncaras sua hostilidade aberta, e o seu voto contrário ao 1º artigo lançou o partido liberal a mais profunda consternação! Todos, gregos e troianos, ao encontrarem-se perguntavam-se mutuamente, que historia é esta? Que explicação tem aquele voto do chefe liberal? Quem tem razão, ela ou o seu partido? Quem dos dois tem representado a força liberalesca? Sim, ouve dos principais liberais, mas não se pese sobre os liberais a tremenda responsabilidade daquele voto, voto que foi contrabalançado pelos votos de todos os senadores liberais, que não consideram fraudalagem o programa liberal lançado ao seio do país! O voto daquele denominado chefe nada influi nem na marcha, nem nos destinos do partido liberal, embora, di-lo-emos com franqueza, está dividido, e fracionado em pessoa, e ideias, mas conserva-se fiel à sua bandeira, adere de todo o coração a ideia do ventre livre, porque é essencialmente liberal, e porque é essencialmente consentânea com as circunstâncias do país e da lavoura. Rudo o que não for isso, é ilusão, é sofisma, é advocacia.”
(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 259, 19 de setembro de 1871, 2.p)

Neste sentido, observa-se que o tema do fim da escravidão não foi tratado de forma direta na maioria das cartas de 1871, que se detiveram basicamente a discursos sobre a reforma do elemento servil por meio da liberdade do ventre. Já em 1888 a postura favorável ao fim da escravidão foi percebida em 77,4% das cartas, contrários foram 11,3% e aqueles cuja posição não foi possível identificar também foram 11,3%. Assim, o grupo dos favoráveis ao fim da escravidão registrou em 1888 um aumento considerável em relação a 1871, o que evidencia que, naquele contexto, principalmente, após a assinatura da Lei Áurea se expor a favor das mudanças não era problema, tanto que 64% daqueles que se mostraram favoráveis ao fim da escravidão publicaram artigos após 13 de maio de 1888.

No mês da Abolição, os leitores falaram mais sobre o fim da escravidão e se expuseram mais sobre o assunto, sendo a maioria favorável ao fim do cativo. Pode-se apontar que em 1888 havia uma inclinação favorável ao fim da escravidão significativamente maior do que aquela registrada em 1871, em que a maioria das pessoas não falava sobre o assunto, preferindo não tocar no tema ou se posicionar, já que 53,2% teve posição indeterminada. Já em 1888 os leitores tratavam da questão com mais assiduidade na seção de correspondência e não tinham vergonha de elogiar o governo e o país pela conquista.

Tabela 15: Posicionamento geral sobre a Lei do Ventre Livre			
Período analisado	Contrários	Favoráveis	Posição indeterminada
Cartas de 1871	45,5%	41,8%	12,7%
Cartas de 1888	2,2%	11,3%	86,5%

No ano de votação da Lei do Ventre Livre, as opiniões mostraram-se bem divididas e os leitores contrários apareceram mais que os favoráveis à aprovação da proposta do governo, sendo contabilizados 45,5% contra e 41,8% a favor da aprovação da lei. Conforme será visto a seguir, as principais críticas à lei versavam sobre sua redação e sua abrangência, sendo definida como defeituosa por muitos. O governo era criticado por sua postura firme em prol da aprovação da Lei do Ventre Livre, sendo acusado de despotismo pelos opositores, que não concordavam com os meios escolhidos para realizar a reforma do elemento servil, assim como reclamavam que o governo não admitia mudanças em seus artigos. Em 1871, não foi

possível apontar o posicionamento dos autores sobre a Lei do Ventre Livre em 12,7% das cartas.

Já no ano da Abolição a lei foi pouco citada e referenciada. A maioria (86,5%) dos leitores de 1888 não fizeram qualquer referência à ela, se enquadrando no grupo de posição indeterminada. Mas a Lei do Ventre Livre apareceu nos dois períodos estudados, sendo percebido um discurso predominantemente favorável e elogioso àquela lei nas correspondências de 1888 que a citaram. Em relação ao total de cartas de 1888, somente 13,5% delas fizeram referência à Lei do Ventre Livre, dos quais 11,3% foram favoráveis, avaliando de maneira positiva seus resultados, e 2,2% disseram não concordar com ela ou a citaram de maneira negativa.

O artigo publicado em 15 de maio de 1888 exemplifica a forma como era feita referência à lei de 1871 naquele momento. A Lei Áurea era vista como uma complementação à obra de 28 de setembro de 1871, que concedeu liberdade aos nascituros, e a Lei do Ventre Livre foi colocada como um dos marcos do processo da abolição da escravatura. “Nobrememente cumpre ontem o *Diário de Noticias* patriótico dever, depondo uma coroa de saudades sobre os restos do imortal visconde de Rio Branco, o homem de intuição poderosa que em 1871, à frente do glorioso ministério de sete de março, rompeu com os preconceitos e as resistências daquele tempo, dando-lhes o valente combate e ganhando sobre eles a grande vitória da lei que bloqueou a escravidão pela liberdade do ventre.” O leitor anônimo concluiu: “1888 reduz-se a 1871.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 136, 15 de maio de 1888, p.3)

Tabela 16: Posicionamento geral sobre abolição imediata ou emancipação total dos escravos			
Período analisado	Contrários	Favoráveis	Posição indeterminado
Cartas de 1871	11,4%	1,3%	87,3%
Cartas de 1888	15,8%	65,4%	18,8%

Quanto à abolição imediata, em setembro de 1871, pouco se falou a respeito, o que apareceu nas cartas como emancipação total dos escravos. De modo geral naquele ano, foram registrados 11,4% contrários, 1,3% favorável e 87,3% do total com posição indeterminada, já que a maioria dos autores não se posicionou abertamente sobre a emancipação total, não fez referência à ela ou seu discurso não permitiu perceber o posicionamento do autor sobre o assunto. Os discursos de 1871 pouco falaram nesta possibilidade. Em 1888, foi avaliado o

posicionamento favorável ou contrário à abolição imediata, conforme a opinião registrada nas correspondências, acerca da saída adotada pelo governo para a questão. Neste sentido, levou-se em conta a posição sobre o fim da escravidão, ou seja, como o leitor se referia à instituição e se este dava entender ser favorável ou contra a abolição imediata da escravidão. Após o treze de maio, também foi observado se o leitor se mostrava favorável ou não à Lei Áurea, já que esta instituiu a abolição imediata. Como em alguns casos, os autores se mostraram a favor da obra da lei, mas requerendo ajustes como indenização aos senhores, levou-se em conta como eles se posicionaram sobre a abolição imediata. Assim, 65,4% se mostraram favoráveis à abolição imediata em 1888, 15,8% foram contra e 18,8% não expuseram posição sobre a abolição imediata ou sobre a Lei Áurea ou não foi possível identificar.

Comparativamente, sobre os leitores de 1871, pode-se concluir que, mesmo tendo 30,3% deles se mostrado favorável ao fim da escravidão, conforme mostrado na Tabela 14, somente 1,3% se mostrou a favor da emancipação total, na Tabela 16, ou seja, mesmo os que reconheceram a necessidade do fim da escravidão não defenderam ou admitiram a saída da emancipação total dos escravos. Já os de 1888 mostraram dados foram mais simétricos, enquanto 77,4% mostraram-se a favor do fim da escravidão (Tabela 14), 65,4% foram favoráveis à abolição imediata (Tabela 16), os contrários ao fim da escravidão foram 11,3% (Tabela 14) e 15,8% foram avessos à abolição imediata ou à Lei Áurea (Tabela 16).

Pode-se perceber que em 1888 foi registrada maior proximidade entre os dados e para o fim da escravidão era concebida como saída a abolição imediata. Já em 1871 essas questões não se aproximaram, denotando que o fim definitivo da escravidão, com a emancipação total, não era uma saída cogitada pela maior parte dos leitores, podendo-se admitir um fim a longo prazo ou de maneira lenta para alguns, tanto que os missivista não falaram de emancipação total abertamente nem discutiram tal questão.

CAPÍTULO IV – A OPINIÃO DOS LEITORES DO JORNAL DO COMMERCIO EM DISCUSSÃO

1. A Lei do Ventre Livre, segundo os leitores do *Jornal do Commercio*

A lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, regulamentou a intervenção do Estado sobre a relação servil e estabeleceu liberdade aos nascidos de mãe escrava, a partir da data que entrou em vigor. Também definiu deveres aos senhores quanto ao tratamento e criação destas crianças, que eram chamadas de ingênuos. Segundo a lei, o senhor tinha o dever de cuidar deles até os oito anos de idade, quando poderiam entregá-los ao Estado, em troca de uma indenização, ou optar por mantê-los nas fazendas, desfrutando de seus serviços gratuitos até os 21 anos de idade, em caráter indenizatório. Além disso, a lei criou o fundo de emancipação e estabeleceu o direito de formação do pecúlio por heranças, doações ou, com a permissão do senhor, a partir do próprio trabalho do escravo, legitimando a formação do pecúlio e o direito de aquisição de alforria pelos cativos. A legislação passou a proibir a separação de escravos cônjuges e de seus filhos, até os 12 anos de idade; libertou os escravos do Estado e de usufruto da Coroa, assim como determinou matrícula geral deles para melhor controle e aplicação da legislação.

O projeto foi apresentado em maio de 1871 pelo gabinete conservador de visconde de Rio Branco que, para aprovar a reforma, enfrentou dura oposição parlamentar, principalmente dos representantes das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O projeto foi discutido por quatro meses na Câmara e no Senado, como também foi debatido nas ruas, em reuniões públicas, mobilizando a opinião pública. Prova disso são as cartas publicadas na seção *Publicações a pedido* do *Jornal do Commercio*, na qual leitores posicionaram-se sobre as votações no Parlamento e sobre as características da proposta do governo. A reforma do elemento servil foi referendada até mesmo em cartas cujo objetivo nem era discuti-la, conforme demonstra o artigo publicado em 3 de setembro de 1871, assinado por *Um fazendeiro na Corte*. O autor conta que um fazendeiro atormentado pelas questões em discussão na Câmara procurou na Corte divertimento e o encontrou no Circo Chiarini. O objetivo do missivista era elogiar o espetáculo, mas não deixou de ressaltar sua preocupação sobre as consequências da reforma. “Vim à Corte assistir na Câmara às discussões do projeto sobre o elemento servil. Cheio de apreensões acerca do futuro de nossa lavoura, procuro

quando posso varrer da imaginação lembranças que me torturam, indo ao teatro e procurando outras distrações”, destacou o leitor (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 244, 3 de setembro de 1871, 4p.). Assim como ele, muitos particulares, associações agrícolas e comerciais se manifestaram sobre o assunto, mas diretamente expondo suas críticas, apreensões e elogios acerca da reforma do elemento servil. Não faltaram argumentos contrários à proposta do governo. Foram reclamações que a definiam como uma ofensa à propriedade; críticas ao valor da indenização; argumentos de que a lei traria divisão à família escrava e que era injusta com os cativos mais velhos; críticas à sua abrangência restrita por não beneficiar a maioria dos escravos; argumentos de que ela estabeleceria divisão nas senzalas entre escravos e ingênuos; e reclamações de temores de desordem e de decadência da lavoura. Além disso, o gabinete conservador de sete de março enfrentou a oposição, que o acusava de autoritário e avesso a mudanças na lei. O projeto, porém, passou na Câmara de Deputados e no Senado, contando com o apoio da imprensa abolicionista e de parte dos liberais.

Quanto à historiografia, há uma linha que defende que a resolução definitiva da questão da mão de obra foi retardada pela Lei do Ventre Livre, tendo como representante Robert Conrad. Mesmo resultando em um compromisso entre Estado e senhores, a lei foi criticada por seus poucos resultados quanto às alforrias por meio do fundo de emancipação, assim como por fraudes no cadastro de nascituros e pelo limite da justiça com relação à proteção e uso do pecúlio. Tanto que, naquele período, em São Paulo, advogados como Luiz Gama usaram o meio jurídico como um caminho para garantir a alforria de escravos por pecúlio. Já outra corrente aposta que, a partir de 1871, os alicerces da dominação senhoril foram abalados, já que o Estado passou a intervir nesta lógica, como destacou Rebecca Scott. A lei também serviu para indicar que o fim da escravidão estava próximo, já que decretava o fim de sua principal fonte de abastecimento. Naquele contexto, o futuro dos ingênuos passou a ser uma preocupação pública. Sidney Chalhoube e Hebe Mattos de Castro indicaram que a lei consagrava o direito do escravo ao pecúlio e à alforria forçada. Chalhoube analisou a lei como fruto, em parte, das práticas escravas por alforria. (VAINFAS, 2002:469-71)

A seção *Publicações a pedido* registrou parte das discussões que circulavam na sociedade sobre a lei e acerca do fim da escravidão, como também a percepção da elite leitora daquele jornal sobre as discussões no Parlamento. A seção fora um meio de exposição dos principais argumentos favoráveis e contrários à reforma do elemento servil e aos avanços para o processo de extinção da escravidão, que até aquele momento prezava o princípio da

indenização aos senhores. Entre os argumentos favoráveis presentes nas cartas de setembro de 1871, pode-se destacar a concepção da Lei do Ventre Livre como um meio definitivo de extinção da escravidão, pois excluiria sua única fonte de abastecimento: o ventre escravo. Conforme pode ser observado na carta anônima endereçada ao Senado, de 1 de setembro de 1871: “pois bem, que melhor instrumento de selecionar o nosso meio século da nação livre do que promulgar a 7 de setembro próximo o decreto que fecha o derradeiro ciclo da escravidão, estancando-lhe a fonte única e riscando da legislação pátria o princípio mais odioso inventado pela espécie humana?”, apontou o autor indicando simbolicamente que a lei, se fosse aprovada em 7 de setembro de 1871, representaria o complemento da Independência do Brasil. “O aniversário da emancipação política do Brasil seja também o da emancipação social de uma raça condenada a eterno cativo!” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 242, 1 de setembro de 1871, 2p.) Em prol do projeto do governo, os missivistas usaram outros argumentos. Eles apontaram que a proposta era a resposta do Brasil ao contexto da época, no qual vários países americanos aboliam o cativo. O missivista *La Nacion*, por exemplo, defende que é chegada a hora do Brasil abolir a escravidão via Parlamento, já que vive uma revolução de ideias de apoio à emancipação, o que seria concordado até mesmo por agricultores.

“O Brasil, como a Inglaterra, pode hoje operar esta grande reforma, sem nenhuma pressão externa ou interna, dependendo sua solução ali, como antes dependeu na Inglaterra, do voto ilustrado e livre do Parlamento, que de immortalizar-se um dia firmando a carta de emancipação dos escravos do futuro, preparando a extinção da escravatura como instituição e como fato inconsistente com a civilização moderna, com a moral universal, com a conservação social, com a prosperidade pública, e até com o decoro internacional. Esta revolução de ideias e sentimentos há algum tempo que se vai operando no Brasil, não só na opinião ilustrada do país, mas também no interesse bem entendido dos agricultores, que chegaram a formar uma espécie de consciência pública” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 242, 1 de setembro de 1871, 2p.)

Nas correspondências, o governo foi um dos principais focos de críticas e elogios, diante das discussões da proposta. Como no artigo *A Escravatura no Brasil*, cujo autor elogiou a ação do governo brasileiro e criticou as barreiras encontradas na opinião pública e no Parlamento para aprovar a reforma do elemento servil. “É em presença deste movimento mal compreendido por quem não penetrou nele que o ministro das relações exteriores da

República dizia a poucos dias no Senado argentino. << O governo brasileiro, que progride mais que o seu povo, quer a emancipação da escravatura e encontra resistência na opinião e nas câmaras, que dificultam a reforma, e até sua marcha.>>”. As nações civilizadas servem aos leitores como parâmetro de comparação em relação ao Brasil e como argumento para defender a aprovação da proposta. Outros usaram o contexto internacional para pedir uma resposta mais rápida ao Parlamento e, inspirados nas ideias liberais, definiram a escravidão como uma instituição vergonhosa, que era sinônimo do atraso do país em relação às demais nações civilizadas. O autor *La Nation* fala como se as demais nações civilizadas esperassem uma posição do Brasil. “Se isso fosse certo seria uma honra para o governo brasileiro, mas não o seria para o povo brasileiro; seja, porém, certo ou não, deve o Brasil receber isto como um sintoma do juízo das gerações atuais no exterior, e compenetrar-se de que ficará desonrado como nação – ante a humanidade, se tal reforma não passar.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 242, 1 de setembro de 1871, 2p.) A liberdade do ventre era mais que uma reforma brasileira sobre a mão de obra, mas era encarada por seus defensores como uma contribuição do Brasil para o mundo civilizado. “Deste modo se cumprirá a lei de Deus, assim no céu como na terra, e a raça humana ficará emancipada em todo o mundo civilizado.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 242, 1 de setembro de 1871, 2p.) A lei era também um meio de emancipação das gerações futuras e das atuais, de forma gradual, e que, lentamente, transformaria a organização do trabalho no país. Ela era definida por alguns como a solução para a questão do elemento servil. Para *A Guarda Constitucional*, com a aprovação da lei, “reconhecer-se-á que a preenche todos os seus fins porquanto, emancipando a geração futura, libertando gradualmente a escravaria atual, e transformando, de tal arte, o trabalho, garante essa propriedade especial, em toda a sua plenitude.” (JORNAL DO COMMERCIO, 16 de setembro de 1871, 3p.) Os defensores falavam da reforma como algo inevitável, necessário e reclamado pela opinião pública. “Entretanto, a reforma é urgente, a opinião a reclama... (...) Todos os verdadeiros amigos do país clamam: É tempo. A comissão especial do Senado responde: Urge.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 245, 4 de setembro de 1871, 1p.)

Mas não só de argumentos favoráveis a Lei do Ventre Livre foi foco. Pelo contrário, a seção de correspondências do *Jornal do Commercio* registrou um verdadeiro debate de ideias e argumentações contrárias e favoráveis à proposta. Dois leitores em especial apareceram com frequência em suas colunas e, com posicionamentos opostos, ajudaram a demonstrar a divisão da opinião pública sobre o assunto. Foram eles: *A Guarda Constitucional*, que publicava seus

artigos intitulados *Crônica Parlamentar*; e o *cronista das águas furtadas*, uma autodenominação do autor que não assinava os artigos, e geralmente publicava seus textos sob o título *O Elemento Servil no Senado*. Eles se distinguiam dos demais missivistas tanto pela assiduidade, pois publicavam seus artigos quase diariamente, quanto pela forma de texto usado. A redação era predominantemente narrativa, expondo o que aconteceu no Parlamento durante as votações da proposta, sendo permeado de comentários e percepções próprias dos autores. Geralmente, colocavam-se como prestadores de serviço à sociedade, divulgando o que havia ocorrido nas sessões da Câmara e do Senado. Suas correspondências em forma de crônica permitiam que os demais leitores acompanhassem cronologicamente o desenrolar dos debates e os avanços da proposta no Parlamento. Em um dos artigos anônimos, publicado em 7 de setembro de 1871, sob o título *O Elemento Servil no Senado*, o autor *cronista das águas furtadas* fala a seus leitores acerca de seu propósito com publicações regulares na seção. “Os leitores desta folha não devem ficar privados de notícias diárias do importante debate que se abriu na Câmara vitalícia. Prestar-lhe-á esse serviço: um cronista que deseja ser muito imparcial e que com certeza há de ser muito respeitador de todas as opiniões.” (JORNAL DO COMMERCIO, 7 de setembro de 1871, 4p.) Em outro artigo, o cronista justifica ser homem comum a serviço do povo. “Uma observação, antes de tratar da sessão de 9. Paralelamente com esta crítica respeitosa publica-se resumo dos discursos, organizado pela empresa do *Jornal do Commercio*, crônica muito mais ampla, porque seus redatores fidalgos tem entrada no salão e dispõem de recursos que faltam a este pobre cronista, que é o povo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 251, 11 de setembro de 1871, 1p.)

Esses autores-cronistas sempre destacavam aquilo que lhe parecesse mais pertinente e, geralmente, recortavam os fatos conforme seu posicionamento favorável ou contrário à proposta. A *Guarda Constitucional* era a favor do projeto, por isso em seus artigos destacava um olhar positivo sobre os representantes do governo e geralmente dava vitória a estes nas discussões com os opositores. Como em artigo de 16 de setembro de 1871, no qual A *Guarda Constitucional* elogia a atuação de Rio Branco, obtendo vitória diante de seus opositores. “O Sr. visconde do Rio Branco, cedendo conselhos de amigos que entendiam dispensável toda e qualquer refutação dos discursos de impugnação ou de pouca crítica, até agora proferidos, tomou a palavra e mais uma vez alcançou um dos seus habituais triunfos.” (JORNAL DO COMMERCIO, 16 de setembro de 1871, 3p.) Já o *cronista das águas furtadas*, era contrário à lei e costumava destacar os argumentos dos opositores, até

mesmo de forma heróica contra o despotismo do governo. Ele expunha seus comentários e opiniões entre parênteses, em meio à descrição das sessões e das falas proferidas. Na leitura de um de seus relatos, o autor descreve um clima de embate entre grupos políticos no Parlamento, a fim de mostrar a falta de consenso acerca da proposta e o clima de tensão durante as sessões. “Foi de repente violentamente agredido pelo Sr. desembargador Araripe, o qual disse que se admirava como a Câmara aturava as insolências do Sr. Andrade Figueira. Daqui sucederam-se explicações mais ou menos apaixonadas, o Sr. presidente tocou por vezes a companhia chamando à ordem, e continuou ainda a troca de algumas represálias oratórias mais ou menos encandecidas.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 243, 2 de setembro de 1871, 1p.) Essas discussões calorosas da Câmara também foram registradas por outros leitores, mas sob pontos de vista diferentes. *A Guarda Constitucional*, em defesa da proposta e para enaltecer o governo, criticou a atuação dos dissidentes de faltarem às discussões na Câmara, tentando adiar os trâmites da votação por falta de quorum. “Por que ainda este sistemático procedimento, sendo certo que a proposta de reforma do estado servil já está no Senado? Não são os dissidentes os principais interessados em que haja sessão? Não anunciou um deles duas interpelações aos ministros da fazenda e da agricultura?” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 242, 1 de setembro de 1871, 3p.)

A oposição, por sua vez, registrou críticas ao trâmite apressado da votação no Parlamento e ao despotismo dos representantes do gabinete de sete de março, que não aceitavam sugestões de emenda ao texto e as mudanças sugeridas pelos dissidentes nas discussões. Uma das correspondências evidencia tais argumentos. Sob o título *Coisas que o povo quer saber*, o artigo anônimo, publicado em 1 de setembro de 1871, faz vários questionamentos sobre a forma como o projeto era conduzido na Câmara e afirma que o abalo da escravidão significaria o “abalo do edifício monárquico”.

“Se é possível que o venerado, ilustrado e patriótico Senado brasileiro, sabedor do atropelo da discussão da Câmara dos Srs. deputados, conhecedor da importância e extrema gravidade do projeto, e da enorme e incalculável responsabilidade que cabe ao mesmo Senado por uma definitiva discussão e votação, se prestará a fazê-las precipitadamente e aprovar sem uma só emenda, com todos os pontos e vírgulas, uma proposta que, ainda quando aceita em suas ideias capitais, deve necessariamente ser emendada pelo menos em pontos secundários e ser corrigida na forma que é defeituosíssima. (...) Querirá o Senado brasileiro figurar como peça inútil no mecanismo constitucional, em que lhe são atribuídas funções tão elevadas; consentirá em dar estrondosa conformação às acusações de seus inimigos, concordará finalmente em ferir profundamente a força moral, a

solidez política de uma de nossas instituições fundamentais? Não conhecerão os respeitáveis anciões que abalada uma pedra angular do grande edifício monárquico já tão atacado, fácil será demoli-lo?”
(JORNAL DO COMMERCIO, 1 de setembro de 1871, 2p.)

O trecho em destaque da carta exemplifica mais um dos principais argumentos usados pela oposição contra qualquer medida que avançasse para o fim da escravidão: a ideia de que a monarquia seria abalada com a abolição do elemento servil e de que a mudança significaria a ruína da lavoura e conseqüente crise da economia brasileira. O *Sentinela da Ordem* expôs outros pontos contrários, principalmente, quanto à concepção do projeto do governo, que, para ele, não determinaria o fim do cativo. Além disso, acusou os que defenderam a lei de traçar uma estratégia para adiar as sessões da Câmara, a fim de impedir que a dissidência fosse ouvida. “Descoberta a vantagem do apoio do mundo, resta apenas encontrar um método não menos eficaz para fazer calar a oposição. O método é simples: está em não se reunir maioria, e, por conseguinte, não haver casa.” O autor afirmou ainda que a reforma era uma afronta ao direito de propriedade. Para ele, era melhor adiar a questão do que votar uma lei que não resolvesse de vez a extinção do cativo. “Se as medidas ali consignadas não são eficazes, para que quer o governo fazer prevalecer a todo o custo o seu alvitre, e recusa o conselho e as manifestações de todas as autoridades competentes na matéria. Antes adiar uma reforma, que fazê-la má. A liberdade, quando não é completa, é ainda a servidão. O projeto atual não garante a propriedade nem acaba o cativo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 242, 1 de setembro de 1871, 3p.)

O adiamento da aprovação da proposta aparece em outras cartas como um modo de poupar dinheiro e de ganhar tempo para melhorar seu texto, que é tido como defeituoso. Conforme foi apontado na correspondência anônima de 7 de setembro de 1871, de título *O Elemento Servil no Senado*: “(O cronista pede licença para um parêntese.) É S. Ex. um segundo senador que julga o projeto carecedor de emenda: e que emenda? Evitar aos emperrados senhores e salvar o tesouro de uma despesa que a comissão especial do ano passado calculou em 255,884:000\$ em 30 anos, sendo a indenização que propunha de 500\$. Com a de 600\$ elevar-se-á a 307,061:0908000.” E, para o autor, a lei deveria valer a partir de maio de 1872. “É uma medida eloquente do entusiasmo do orador pela emancipação. Se ficasse para Maio (de 1872) a tal emenda salvaria o tesouro da despesazinha de 307,061:0000\$, mas isso é bagatela perante a grande aspiração nacional”, ironizou. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 248, 7 de setembro de 1871, 4p.)

O leitor *Sentinela da Ordem*, sob o título *Câmara temporária*, engrossou o grupo de oposição à proposta, definindo-a como uma designação despótica do Imperador. “A sessão de ontem na câmara temporária foi mais uma prova do disposto que acha o governo em não sofrer a mais leve contrariedade em sua marcha triunfante. Não dá quartel aos vencidos. Resigne-se a nação aos ditos de César.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 243, 2 de setembro de 1871, 1p.) No dia seguinte a esta publicação, o *Sentinela da Ordem*, em um novo artigo, de mesmo título, desmereceu a votação favorável da Câmara que levou a proposta para o Senado, como sendo um resultado em desacordo com o desejo da nação. Neste sentido, apontando que o desacordo da opinião pública da nação servia aos opositores como argumento contra a proposta. “Só os defensores íntimos do atual ministério, podem desconhecer as terríveis consequências de semelhante reforma; a nação inteira protesta contra ela e manifesta francamente as suas apreensões e os seus desgostos pela execução desta lei.” (JORNAL DO COMMERCIO, 3 de setembro de 1871, 5p.) O autor questiona a eficácia da proposta em resolver a questão do elemento servil e sugere que melhor seria conceder indenização aos lavradores e decretar a emancipação simultânea do que aprovar uma lei incompleta. “Neste caso, se o governo queria realmente promover eficazmente a emancipação dos escravos, porque a não decretou imediata e simultânea, indenizando os lavradores, que desta maneira ficariam aptos para procurar e obter novos instrumentos de trabalho?” (JORNAL DO COMMERCIO, 3 de setembro de 1871, 5p.) Este é um dos poucos trechos em que a ideia de emancipação imediata aparece, e, como se pode ver, é usada como meio de criticar a proposta do governo, demonstrando ser a extinção completa da escravidão uma saída que não era bem vista pela sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que aparecem discursos favoráveis ao fim da escravidão, pouco se falou em emancipação total e simultânea dos escravos. Percebe-se certo temor quanto às consequências desta mudança que era considerada uma decisão radical, tanto que os favoráveis à proposta faziam questão de dizer que pouco mudaria no mundo do trabalho com a Lei do Ventre Livre.

De modo geral, pode-se dizer que a postura autoritária do governo era a principal queixa dos opositores. As críticas respingavam inclusive sobre a Coroa, já que o Imperador se ausentou do país durante as discussões, deixando a princesa Regente em seu lugar. O *cronista das águas furtadas*, em *A Crônica Parlamentar*, de 21 de setembro de 1871, sugere que, antes de partir para a Europa, o Imperador atribuiu ao gabinete de Rio Branco a obrigação de resolver a reforma do elemento servil, entregando-lhe uma proposta absoluta que

não poderia ser mudada. E, diante deste processo quase vergonhoso ao governo, apostou que a lei não passaria no Senado. “Em tal situação torna-se inútil discutir, e muito mais expor as opiniões que não podem prevalecer, por mais razoáveis que sejam! O que parece provável, se não certo, é que a proposta não passará no Senado, e neste ano, apesar de todos os antecedentes da discussão.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 261, 21 de setembro de 1871, 3p.) As argumentações contrárias à proposta, em muitos casos, incluíram críticas aos parlamentares governistas, como ao chefe do gabinete ministerial visconde de Rio Branco, que foi acusado de ser recém convertido ao emancipacionismo. “Observando a S. Ex. nesta questão, parece-lhe um S. Paulo político; perseguiu muito os cristãos; mas na sua viagem a Damasco, tendo caído em delíquio, foi inspirado pelo espírito santo, e surgiu o Apóstolo das gentes.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 253, 13 de setembro de 1871, 3p.), ironizando sua postura como grande defensor da reforma. Além disso, como já dito, a oposição explicava a persistência do gabinete para aprovar a lei, pois o Imperador tinha imbuído Rio Branco da missão de aprová-la, enquanto estivesse ausente na Europa. “O orador não faz sua a última insinuação; crê que o ministério cede as suas convicções; mas é certo que seu procedimento tende a fazer crer o que se diz, isto é, que S.M. o Imperador ao partir para a Europa deu ordem expressa que se fizesse votar a lei este ano.” (JORNAL DO COMMERCIO, 14 de setembro de 1871, 2p.)

A duração das sessões também foi motivo de críticas de autoritarismo e tido pela oposição como uma estratégia do governo para passar às votações pelo cansaço dos parlamentares. As sessões foram por vezes prorrogadas, chegando a durar cinco horas de discussão por dia, sendo apontadas como um risco à saúde dos parlamentares “É honesto privar o Senado, pela dispersão da Câmara, do direito de emendar? Honesto vencer a resistência pela fadiga de sessões diárias de cinco horas? (...) É honesto precipitar tão importante deliberação em forçadas prorrogações?” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 254, 14 de setembro de 1871, 3p.) Diante disso, a expectativa era de que o governo alcançaria a vitória almejada. “O governo abusando talvez dos escrúpulos e da timidez, que ordinariamente embargam a liberdade dos homens políticos no nosso país, conseguirá provavelmente a vitória que almeja. A proposta passará nesta mesma sessão, porque tal foi a vontade formulada pela coroa antes de partir.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 263, 23 de setembro de 1871, 2p.)

Alguns missivistas, apesar de concordarem com a necessidade de ocorrência da reforma, eram contrários aos termos e proposições defendidos pelo governo para processá-la. Um exemplo encontra-se em trecho de artigo editorial anônimo de *República*, que fora republicado por leitor na seção. “O Club da lavoura; declarando, como declara, não ser hostil ao pensamento da emancipação, mas desejar unicamente encaminhar a solução desse grave problema pelo modo mais eficaz e regular, dá de si o testemunho da inteligência e da sinceridade com que se apresenta a contrariar o pensamento da política imperial e advogar energicamente os seus interesses ameaçados.” (JORNAL DO COMMERCIO, 3 de setembro de 1871, 5p.) Outros autores das cartas ao jornal, além das críticas aos termos da proposta e à forma com que ela tramitava no Parlamento, sugeriram meios alternativos de ocorrência da reforma, assim como melhorias para seu texto. Como o *cronista das águas furtadas*, que em um de seus parênteses, defendeu como saída para o processo a liberdade gradual das famílias escravas e não somente a dos nascituros, fazendo com que estes não ficassem abandonados à própria sorte. “(A resposta é simples: libertados gradualmente com suas famílias, seriam educados segundo os meios e sob responsabilidade de seus pais livres, e não seriam vítimas da guerra que faz a proposta ao santo princípio da família.)” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 249, 9 de setembro de 1871, 1p.)

As consequências econômicas que poderiam vir sobre o país com a reforma eram motivo de temor para os missivistas, tanto na agricultura quanto na comércio. A situação de endividamento da lavoura foi exposta por muitos como uma justificativa para conter os avanços da votação no Parlamento e sua iminente ruína assombrava os ânimos. “A lavoura acha-se além de tudo onerada por uma dívida considerável e sujeita ao capital por condições duríssimas que ela dificilmente poderá vencer.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 244, 3 de setembro de 1871, 5p.) Os autores alertavam o governo sobre os riscos econômicos e pediam prudência na tomada de decisão sobre a proposta, assim como reivindicavam sua interferência no processo de forma que livrasse a lavoura, principal fonte econômica de Império, de uma grave crise. Os lavradores dos municípios de Cantagallo e Santa Maria Madalena dirigiram representação ao governo imperial pedindo providências mediante tais dificuldades: “convém que o governo imperial, compenetrando-se dessa triste verdade e das necessidades urgentíssimas que sente atualmente a lavoura, que tantas falhas consecutivas tem tido em seu produto principal, o café, e ainda tende a sofrer no corrente ano por quase toda a parte, tome uma deliberação que a salve dos perigos que a ameaça. O governo imperial pode muito fazer

em seu favor e os lavradores confiam em seu alto critério e sabedoria.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 250, 10 de setembro de 1871, 3p.)

Em meio ao debate sobre os artigos da proposta, que eram discutidos ponto a ponto no Parlamento, o destino dos nascituros aparece como mais uma dificuldade de aplicabilidade da nova lei e é trazido à discussão pública pelos missivistas. As dúvidas eram quanto à eficiência das saídas sugeridas pelo governo, que dependiam da decisão do senhor: optar pelo trabalho indenizatório até os 21 anos de idade dos ingênuos ou entregá-los ao governo, recebendo uma indenização em dinheiro. A oposição colocou que a aplicação da lei resultaria na criação de um comércio ilegal de crianças em nome da indenização, que quebraria a unidade familiar escrava e imporá uma situação de miséria e de abandono aos nascituros, que ficariam a mercê de caridades, sem casa, sem família, sem pecúlio. O *cronista das águas furtadas* resumiu as críticas feitas no Parlamento sobre os termos da Lei do Ventre Livre quanto ao futuro dos ingênuos.

“Recebe no berço o recém nascido, não o filho de S. Ex., o crioulinho ingênuo; acha-o logo à mercê da caridade, e, se faltar a privada, dependente da verba – socorros públicos. Segue-o até oito anos, e aí vem uma nuvem de agente do governo, comprando os a 600\$ cada um: adeus mãe, adeus cuidados, adeus família. Vai andando de oito até vinte e um anos, com os que escaparem ao comércio ministerial de meninos, e vê que o escárnio da denominação – ingênuos – se traduz em verdadeira escravidão do corpo e da alma. Do corpo, porque o trabalho é forçado e não remunerado; da alma, porque não se sai do limbo da escravidão. Na maioria que se vê? Uma porção de rapazes sem eira nem beira, sem pecúlio, nem família, cada um para seu lado, cada um valdevino. Eis aí o caminho que tem feito o projeto de lei, que o mais oficial dos escritores dos ministérios disse ser o artigo da política imparcial da roda.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 254, 14 de setembro de 1871, 3p.)

Outro ponto debatido na seção era o temor de que o ex-escravo não se sujeitasse mais ao trabalho e se tornasse uma ameaça de violência à boa sociedade. À margem da sociedade e deslocados da estrutura social, os libertos eram tidos como uma ameaça social constante. A correspondência assinada por *Madre de Deus de Angú* evidencia mais do que esta percepção sobre o ex-escravo, mas pede que o Parlamento regulamente o trabalho, criando uma lei específica que obrigue os libertos a trabalhar e que garanta indenização aos senhores, cessando a escravidão em 1901, quando os escravos não valeriam mais nada. Neste sentido, o espectro da desordem no mundo do trabalho causava preocupação a alguns grupos.

“Digníssimos Srs. Ministros, e Srs. deputados – Temos acompanhado essa questão, ainda não podemos compreender em que queres empregar os nascituros e libertos. Por isso perguntamos, serão destinados aos altos poderes do Estado. Parece-me que nem a geração presente e nem a futura quereão sentar-se nas cadeiras, que as ponham em contato com um filho de escrava. A não ser isso que quereis então? Certamente devem ser para empregar nas mesmas ocupações que hoje estão tendo, e que seus vindouros se devem empregar. Querendo vós isto, é preciso que o primeiro passo a dar à emancipação seja uma lei do trabalho, que o liberto saindo do cativo entre em serviço de engajado ou criado, que seja obrigado a cumprir o seu dever para com seu amo, e este também obrigado para cumprir com ele (e os que existem dessa mesma classe), que seus antepassados também foram cativos sejam obrigados ao mesmo. Esta lei impreterivelmente deve ser cumprida à risca. Sem ela creio que fareis a emancipação, mas criareis exércitos de ladrões, vadios e bêbados. E fazendo esta lei que anunciamos, a emancipação pode-se fazer sem desmoralizar os senhores dos escravos, sem haver revolução. O que há de fazer a lei que ultimamente se discute? Que há de fazer muitos inconvenientes, fazendo com que os escravos matem seus senhores, e seus senhores matem também muitos escravos e nada mais.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 244, 3 de setembro de 1871, 5p.)

Ao mesmo tempo que os missivistas da oposição destrinchavam cada ponto da lei, ressaltando suas deficiências e possíveis dificuldades de aplicabilidade, os defensores recorriam também às páginas do *Jornal do Commercio* para argumentar em favor do governo e responder às críticas dos próprios missivistas contra a proposta e os políticos governistas. Eles responderam, inclusive, às críticas quanto à desordem do trabalho agrícola, que alguns temiam como consequência da reforma.

“A proposta do governo tem, ao contrário, a vantagem de instituir medidas paralelas para atingir ao fim desejado. A liberdade do ventre, o direito ao resgate, por meio do pecúlio, e a emancipação gradual, operada com fundos consignados especialmente para esse resultado, eis o que, pacificando as mães e gerando esperanças nos escravos atuais, poderá resguardar a propriedade contra os manejos da propaganda, evitando ao mesmo tempo, a desorganização do trabalho agrícola. Tudo isto é muito simples para ser facilmente compreendido; e também muito complexo para produzir o necessário bom êxito.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 256, 16 de setembro de 1871, 3p.)

Assim como a oposição, os que defendiam a lei respondiam às críticas “na mesma moeda”, sem necessariamente dirigir o discurso a um destinatário específico, elogiavam os políticos governistas e desmereciam a atuação dos opositores. Como na correspondência *Felicitações da Câmara Municipal da Capital do Ceará ao governo imperial*, de 16 de

setembro de 1871: “A Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará, não pode ser indiferente nem deve conservar-se silenciosa diante dos esforços imensos que o governo imperial tem enviado para a extinção da escravidão legal no Brasil.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 256, 16 de setembro de 1871, 3p.) A seção também registrou artigos que foram respostas de partidários liberais favoráveis à reforma, que criticaram o voto contrário à lei dado pelo chefe do partido no Senado, Sr. Zacarias. O missivista que assinou com o pseudônimo *Um liberal* defendeu o partido, afirmando ter este aderência de todo o coração à causa do ventre livre, independentemente do voto do chefe liberal. “Cresce uma circunstância que a todos enche de tristeza: o Sr. Zacarias, além de parecer disposto a empregar todos os esforços para obstar a passagem da lei proposta, não deixa de molestar de algum modo aos seus correligionários.” (JORNAL DO COMMERCIO, 19 de setembro de 1871, 2p.) O leitor *Epíteto* também falou sobre o fato, definindo-o como uma decepção para os partidários, na missiva *Decepção Cruel*. “O voto daquele denominado chefe nada influi nem na marcha, nem nos destinos do partido liberal, embora, di-lo-emos com franqueza, está dividido, e fracionado em pessoa, e ideias, mas conserva-se fiel à sua bandeira, adere de todo o coração à ideia do ventre livre, porque é essencialmente liberal.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 259, 19 de setembro de 1871, 2p.)

Com o avanço das discussões no Senado, os artigos dos cronistas do povo eram basicamente permeados de descrições das sessões, que eram marcadas pelo debate e pela votação dos artigos da lei. E, na tentativa de deslegitimar a provável aprovação da lei, a oposição reclamou ser inconstitucional votar a proposta sem o funcionamento da Câmara dos Deputados. “Perdura, porém, o escândalo denunciado pelos Srs. Silveira da Motta e Zacarias: vai funcionar o Senado, isoladamente por sua conta e risco, sem o concurso da outra câmara co-legisladora, e desse modo a discussão do Senado foi iniciada e será concluída na pré-suposição de que não se fariam emendas ao projeto do governo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 259, 19 de setembro de 1871, 2p.) Enquanto isso, os favoráveis defendiam a proposta como sendo apoiada por parte da nação que era inspirada pelo viés moderno e civilizador, sendo os contrários tidos como atrasados, conforme apontou na publicação de 23 de setembro de 1871, republicada do jornal *O Regenerador*. “Recebida com verdadeiro entusiasmo por todos aqueles que, acima de tudo, desejam a glória e o engrandecimento da pátria e o bem-estar e a felicidade, não de uma só classe privilegiada, mas de toda a humanidade, a proposta, por mais santa e mais sábia que ela fosse, não podia deixar de ser

recebida com repugnância por aqueles que impensavelmente faziam consistir todo o seu futuro na manutenção de um estado tão triste e vergonhoso.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 263, 23 de setembro de 1871, 2p.) À medida que as votações avançaram e a aprovação parecia estar próxima, o gabinete de sete de março recebia mais elogios dos leitores por seu desempenho em defesa da proposta e sobre sua importância para a história do país. Alguns missivistas tentaram defender, mesmo antes do desfecho das discussões, uma memória do processo, apontando acontecimentos e agentes marcantes que antecederam aquele momento decisivo. “Homens ilustres, como Eusébio de Queiroz iniciam a ideia; o senhor visconde de Rio Branco executa-a.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 267, 27 de setembro de 1871, 2p.).

O último argumento defendido pela oposição para conter a vitória da proposta foi a defesa do adiamento da decisão, que poderia ser votada posteriormente em maio do ano seguinte e ter efeito retroativo, a fim de que os senadores pudessem corrigir com calma seus artigos. O autor *O Imperador quer* fez questão de dizer que não era contrário ao fim da escravidão, mas que não poderia apoiar a lei naqueles termos.

“A criança que continua a beber leite da escravidão, que aos oito anos pode ser vendida por 600\$, que trabalhar até 21 anos sem remuneração e sujeita ao mesmo tratamento, aos mesmos rigores, aos mesmos castigos que os escravos, na maioria se achará analfabetos, sem um pecúlio, sem família, <cativa dos vícios do cativo>. Tal criança não goza de liberdade que deva excitar entusiasmos. Não será de fato um mísero escravo. Adiar a proposta para corrigi-la em Maio <era um dever santo dos senadores que lhe notam defeitos tão capitais.> E quem o veda, é preciso dizê-lo bem alto para que a história não seja mistificada quem o veda é <a falsa filantropia da política imperial.> Demais: está averiguado que a medida <assentada antes da viagem imperial> há de ser lei este ano, <quaisquer que sejam seus defeitos.>Para que mas discutir? Vote-se.”

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 268, 28 de setembro de 1871, 2p.)

Em 28 de setembro de 1871, a lei foi aprovada no Senado e as celebrações pela vitória do governo foram registradas na seção pelos missivistas. A tranquilidade em que o processo ocorreu foi motivo de louvor ao governo, já que um dos grandes medos com a reforma era o da desordem social. Além disso, as cartas posteriores ao feito definiam a Lei do Ventre Livre como o fim definitivo da escravidão no país. “Sem os estremecimentos sociais que soam acompanhar tais reformas em outros países, o Brasil, no gozo da mais doce paz e tranquilidade, abraça-se com a cruz sacro-santa do cristianismo, de sobre a qual foi proclamada a liberdade do gênero humano”, disse o autor *Argos*, em 29 de setembro de 1871.

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 269, 29 de setembro de 1871, 1p.) Em outro artigo, publicado na data da aprovação da lei, *A voz da verdade*, com título *A questão da atualidade*, elogia o feito do governo e o define como o início de um novo tempo para o país.

“No Brasil, ninguém mais nascerá escravo. Honra e glória ao governo! Honra e glória ao Parlamento! Honra e glória à nação brasileira, que, com os repetidos atos que a imprensa quase cotidianamente registra de manumissões de escravos, dá cabal testemunho de sua adesão ao grande acontecimento. Somos, em verdade, um povo excepcional: damos uma estrondosa prova de bom senso, quando um fato de tanta importância se passa sem a menor perturbação da ordem pública. É que todos confirmam que no presente ficam resguardados os verdadeiros, os legítimos interesses de ordem econômica; e que o futuro ressonante risonho, esperançoso, grandioso ante à nação brasileira.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 268, 28 de setembro de 1871, 2p.)

Assim o processo de liberdade do ventre era definido como uma conquista do governo e de ícones políticos, como o visconde de Rio Branco. Em nenhum momento, os escravos ou libertos apareceram nos discursos como contribuintes, mas foram colocados como seres passivos às decisões ou como um problema ameaçador que precisava ser resolvido pelas autoridades. *A Guarda Constitucional* deu por encerrada sua missão, louvando a vitória do governo: “o Partido Conservador deve lisonjear-se de haver encontrado em sua passagem pela administração do país a oportunidade feliz de ligar, ainda uma vez, os seus (...) a uma obra civilizadora. (...) Honra ao partido liberal, que na operação para essa grandiosa reforma, despiu-se de preconceitos políticos e esqueceu-se dos adversários e procurou auxiliar oficialmente o gabinete de sete de março.” A obra da liberdade do ventre foi equiparada à Independência do Brasil, quanto à sua importância, e suas consequências viriam como uma complementação ao acontecimento de 1822. “É este um dos momentos mais belos da história do Brasil. Belo, como o que se passou um dia nos campos do Ipiranga.”

A celebração popular foi registrada como generalizada, enfatizando o apoio da opinião pública sobre a decisão. “Logo que anunciou o resultado da votação, isto é, que passará a ser lei do país a proposta do gabinete de sete de março, um brado imenso de alegria prorrompeu o povo que atulhava as galerias e corredores do Senado. Eram vivas ao Senado e ao visconde de Rio Branco. Era uma prodigiosa quantidade de flores que caía das galerias, juncando o recinto sagrado dos nossos velhos e sábios legisladores.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 268, 28 de setembro de 1871, 3p.) A solução fora definida por alguns como favorável até mesmo aos

proprietários. *Um fazendeiro na Corte*, por exemplo, voltou para suas terras satisfeito e tranquilo. “Passou afinal o projeto sobre o elemento servil: tranquilo com a solução do problema, de modo tão favorável para a lavoura. Volto para minha fazenda, levando saudades indeléveis das belas noites passadas no circo Chiarini.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 270, 30 de setembro de 1871, 2p.) O governo havia conseguido o desfecho almejado, apesar de não ter garantido com a medida o efetivo fim da escravidão, que veio ocorrer em 1888, com a Lei Áurea, que instituiu a abolição imediata, incondicional e sem indenização dos senhores.

2. A abolição da escravatura, segundo os leitores do *Jornal do Commercio*

A trajetória no Parlamento até aprovação da lei de nº 3.353 de 13 de maio de 1888, a chamada Lei Áurea, também foi marcada por oposição dos representantes das grandes lavouras exportadoras de café, mas, diferentemente dos meses de debate proferidos em 1871, o processo durou poucos dias em 1888, entre a apresentação do projeto à Câmara de Deputados e a assinatura da lei pela Regente. A rapidez da tramitação esteve intimamente ligada ao contexto social e político que se apresentava: fugas em massa de escravos das fazendas nos meses anteriores, principalmente na província de São Paulo; somadas às pressões abolicionistas por meio da imprensa e das ruas; a escravidão já fora abolida em algumas províncias, como o Ceará, em 1884; fazendeiros paulistas se posicionavam a favor da abolição imediata, libertando seus escravos deliberadamente; e somente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais mantinham a mão de obra escrava, concentrando as maiores lavouras de café e a maior parte da população escrava.

O gabinete de Cotegipe, que caiu em março de 1888, tinha como base os proprietários fluminenses e não conseguiu dar solução à questão do elemento servil. Um novo gabinete conservador tomou posse, liderado por João Alfredo Correia de Oliveira, cuja expectativa era de que traria a solução sobre a tão famigerada abolição da escravatura. O projeto foi o primeiro posto em discussão pelo recém empossado ministério, autor do mesmo. Em 3 de maio de 1888, as atividades legislativas foram retomadas e a fala do trono confirmou a predisposição do governo a dar um ponto final à instituição, além de ter exposto que a Regente aguardava também do ministério o fim da escravidão. Em 8 de maio de 1888, o projeto havia sido discutido e aprovado na Câmara de Deputados, chegando sem demora ao

Senado, onde foi votado em caráter de urgência, em 11 de maio de 1888. Já na tarde do dia 13 de maio a Regente assinava a lei que concedeu liberdade a todos os escravos do Brasil de forma imediata, incondicional e sem indenização dos senhores. Entre os argumentos contrários, além do trâmite apressado, foram levantados a ausência de uma indenização aos proprietários, o que custaria duras consequências econômicas ao país; e a ruína da lavoura; assim como se criticou a falta de uma regulamentação que ordenasse o mundo do trabalho, que estaria fadado à anarquia e à ociosidade dos ex-escravos.

A liberdade dos cativos foi recebida com grande celebração nas ruas e na imprensa. Foram mais de duas semanas de comemoração. As ruas enfeitadas com flores e bandeiras, as fachadas das casas iluminadas celebravam a conquista atribuída aos parlamentares, ao governo imperial e aos abolicionistas. O comércio fechou e os teatros ofereceram espetáculos todos os dias. A imprensa fluminense organizou festejos e fechou em 20 de maio de 1888, em celebração. No dia seguinte, um jornal comemorativo intitulado *Imprensa Fluminense* foi o único a circular na capital do Império, sendo produzido com a ajuda e cooperação da maioria dos jornais. Houve uma missa solene, no campo de São Cristóvão, que reuniu uma multidão e contou com a presença da princesa Isabel e do conde d'Eu. Também participaram da cerimônia membros do gabinete, autoridades católicas e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e da Sociedade Abolicionista. Todos se uniram para celebrar a liberdade de mais de 700 mil escravos no Brasil. O desfecho, porém, surpreendeu escravocratas que não esperavam que a abolição da escravatura ocorresse em 1888.

Desde 1970, a historiografia faz releituras sobre o processo de abolição e tenta superar as linhas que valorizaram o papel humanitário da Regente -- bastante presente nas cartas examinadas nesta pesquisa. Uns defendem que a Abolição fora resultado da ação política das elites e o negro manteve-se passivo no processo, conforme definiu Octávio Ianni. A importância da atuação de parlamentares e abolicionistas é ressaltada nesta vertente – uma visão principalmente reivindicada pelos próprios abolicionistas²⁹. Outros apontaram que a promulgação da lei foi possível, pois já era fato consumado na maior parte do país e nas ruas, o que não deixou outra escolha aos parlamentares a não ser reconhecer o fato, segundo Célia Maria de Azevedo, que admitiu a contribuição dos escravos. O movimento abolicionista tem

²⁹ Ver monografia *A imprensa como co-autora da História – Uma análise da campanha abolicionista na Revista Illustrada (1888)*, de Carla Pires (2010), que retrata a reivindicação dos abolicionistas por uma memória heróica no processo de abolição da escravatura.

sido resgatado como não só liderado por intelectuais e políticos, mas como tendo envolvimento de amplas camadas sociais, como imigrantes, libertos, escravos e trabalhadores livres urbanos, conforme definiu Maria Helena Machado. A Lei Áurea estabeleceu a igualdade civil entre todos os brasileiros e libertou os últimos escravos da América. (VAINFAS, 2002: 464-66) Os passos decisivos que antecederam a aprovação da lei foram registrados na seção *Publicações a pedido* do *Jornal do Commercio* por meio de correspondências publicadas em maio de 1888, analisadas a seguir.

A seção foi um espaço de diálogo entre leitores, em que parte do público expôs seus posicionamentos acerca do fim da escravidão e da lei proposta pelo governo. A sessão de reabertura do Parlamento, em 3 de maio de 1888, foi um dos marcos daquele momento. Ela foi aguardada pela opinião pública e pela imprensa como uma oportunidade para o novo ministério confirmar suas inclinações favoráveis ao fim da escravidão. O ministério de dez de março havia recebido da Coroa a missão de dar um ponto final àquela instituição. Era um momento marcado por novas posições, apesar de, no início daquele mês, ainda não se ter certeza acerca do desfecho da questão no Parlamento, conforme registrou o leitor *Melbourne*, em carta publicada em 1 de maio de 1888, sob o título *Coerência Política*. “Depois de amanhã será aberto no Parlamento, grande teatro público, onde anualmente representam-se grandes dramas e grandes comédias. (...) Nesta estação teatral se fará a estreia com uma ideia avó, caiada e sarapintada de novo, na qual tomarão parte novos personagens representando papel diverso daquele que preenchem na última estação.”

Naquele momento, diante de novas posições, a abolição era discutida com possibilidades reais de ocorrer. “Se José Bonifácio ressuscitasse neste momento, sentiria grande alegria ao ver, não tantas incoerências, mas pela conversão às suas ideias de aqueles que tantas vezes o chamaram de visionário! As velhas crenças estão mortas, vivam as novas posições! Até os deuses serão queimados, se for preciso, quanto mais as velhas crenças! (...) O espetáculo se manterá em cena por muito tempo?” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 122, 1 de maio de 1888, 3p.) Conforme demonstra o leitor, que fez do Parlamento um teatro e dos políticos atores, a duração dos debates sobre o fim da escravidão ainda era uma incógnita e não se imaginava que a solução chegaria com tanta rapidez. Acompanhar as discussões da reforma servil no Parlamento era imperativo, interessando a todos. Tanto que alguns leitores colocaram-se a serviço da sociedade, narrando as discussões no Parlamento, na posição de cronistas, assim como ocorreu em 1871, sendo o mais comum *Cássio*. Ele narrava e opinava

sobre as sessões, mostrando-se favorável à abolição. Na missiva publicada em 4 de maio de 1888, o autor falou sobre o pronunciamento da Regente na abertura do Parlamento e colocou a abolição como algo ansiado por todos. O autor definiu a proposta a ser votada naquele momento como uma complementação à Lei do Ventre Livre e usou o contexto internacional para justificar a expectativa de que a votação não demorasse, principalmente, estando às portas da comemoração do centenário da Revolução Francesa. A decisão dos parlamentares era ansiada pelo mundo civilizado.

“Quando a Augusta Princesa Regente, das alturas do trono, declarou ser o momento de apagar para sempre esse aviltamento secular, o recinto severo e sombrio do Senado iluminou-se, como por um encanto, por um raio de sol esplendido, coado através de espessas cortinas, e as flores mais belas desta primavera juncaram o caminho deste lago aberto ao carro triunfal da liberdade. Foi uma emoção íntima, profunda, insubjugável, que se transmitiu do coração da princesa imperial à alma da nação, ali representada por um público imenso, cansado de esperar pela hora da redenção de milhares dos nossos compatriotas. A explosão de entusiasmo deu a Sua Alteza nas proporções épicas daqueles personagens geniais, que sagravam à liberdade o seu valor e o seu heroísmo, dilatando os domínios do mundo e os direitos do gênero humano. (...) O ministério de 10 de Março tem, pois, sobre os ombros a responsabilidade de não demorar esse advento suspcioso, ansiosamente esperado pela civilização do mundo, prestes a celebrar o centenário da liberdade, da igualdade e da fraternidade da humanidade. E ele há de desempenhar honrosa e brilhantemente dessa tarefa, que é o complemento das grandes conquistas de 1871, à frente das quais achou-se também o nobre Sr. presidente do conselho.”
(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 125, 4 de maio de 1888, 2p.)

A expectativa da população sobre o que diria a Regente na primeira sessão parlamentar é registrada também na carta anônima, de 4 de maio de 1888, com o título *O que dirá a Regente?*, no qual o autor apóia a abolição e a descreve como algo desejado por todos. “Nunca houve sessão de abertura do Parlamento que tanto concentrasse em si a atenção do país, qual a de hoje. Do norte ao sul levanta-se uma interrogação ansiosa, uníssona e imensa: o que dirá a Regente?” E nesta missiva aparece a visão da Regente como a grande heroína da abolição, como um ser iluminado que prezava pela liberdade, colocando o fim da escravidão como fruto único de suas mãos e de sua sabedoria. “Coube-lhe iluminar duas décadas: ser o anjo mensageiro, que, em 28 de setembro de 1871, anunciou ao Brasil a boa nova, e agora à face do mundo tem a grandeza de realizar um ato de justiça social abolindo a escravidão.” A decisão da princesa foi descrita como sendo motivada pela bondade e pela compaixão dos cativos, com base em um senso de redenção cristão. “Se não nos é dado poder de afirmar que

seus lábios, unguídos de sublime piedade, caíram no recinto do Senado as palavras divinas da redenção dos cativos, -- pensamos que a Princesa Imperial tem na sua alma de patriota e de brasileira o sentimento acrisolado, a ideia grandiosa de amar a sua pátria – livre da escravidão.” E mais que fazer sua vontade, a princesa era sensível aos sentimentos de toda nação que pedia a abolição da escravatura e digna de todas as glórias da população. “A maioria do país exige a abolição; até os proprietários de escravos estão fazendo libertações em massa; o conflito do espírito novo e do emperramento tradicional chegou a um ponto, que obriga o poder público a intervir para regularizar as consequências do pleito vencido.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 125, 4 de maio de 1888, 2p.)

Os apoiadores da decisão do governo acabam por, em nome da proposta, registrar elogios na seção, principalmente, ao gabinete de dez de março que estava imbuído pela Coroa da missão de dar cabo à escravidão. A missiva de *Cássio*, de 8 de maio de 1888, descreve de maneira idealizada a atuação do ministério, como inspirado pelo desejo geral do povo, que aplaude suas intenções de apresentar o projeto que garante a liberdade imediata e incondicional aos escravos. A ideia de que era chegada a hora de dar fim à escravidão estava presente na maioria das missivas de apoiadores da proposta do governo e, de modo geral, o desejo pela extinção do cativeiro era descrito como sendo compartilhado pelo povo, pela nação ou tendo apoio da opinião pública. “Na Câmara o chefe de gabinete em contato direto com o coração do povo, recebendo o influxo de ideias mais generosas e de aspirações mais amplas, declarou que hoje mesmo seria apresentada uma proposta consagrando a liberdade imediata e incondicional dos escravos. Gerais aplausos cobriram essas palavras” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 129, 8 de maio de 1888, 3p.) *Cássio* descreve que todos, povo e deputados, estavam ansiosos pela leitura da proposta, que decretava o fim da escravidão, em conformidade aos valores cristãos. Segundo ele, a abolição era um fato consumado e aguardado pela opinião pública, a qual o governo deveria atender.

“Uma ansiedade indescritível aguardava o momento do prezado e ilustre Sr. Conselheiro Rodrigo Silva, ministro da agricultura, para a leitura do grande ato de emancipação dos cativos. Ocupando a cadeira que lhe compete, o Sr. Conselheiro Rodrigo Silva leu, profundamente emocionado por uma satisfação íntima e por uma glória única na vida de um homem de Estado feliz, estes dois artigos da proposta: “Art. 1º - É declarada extinta a escravidão”; “Art 2º - Revogam-se as disposições contrárias”. Esta forma, concisa como a de um dogma do grande revolucionário do cristianismo, deu da religião liberdade, uma inspiração nova e a expressão sublime de um culto reformado, absolutamente perfeito. Todos, povo e deputados,

confundindo-se em um só sentimento, deram as suas paixões, secularmente comprimidas, a expansão de um grande terremoto! Os vivas e aclamações partiram de todos os ângulos do palácio, e o eco triunfal, comunicando-se, como a chama, à massa popular, apinhada na rua, converteu o delírio em suprema razão de uma raça soberanamente vindicada. (...) Qualquer debate neste momento não apuraria mais nada em favor da opinião oposta. A coerência está em acompanhar a nação; a lógica consiste em tirar conclusões que se ajustem aos direitos absolutos do homem. O que ontem era uma instituição defendida, hoje não passa de um absurdo abandono.”
(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 130, 9 de maio de 1888, 2p.)

Em mais uma demonstração de apoio popular, a Regente, na mesma sessão, foi homenageada pelos presentes com uma chuva de flores, em demonstração de apoio ao fim da escravidão. O artigo anônimo de título *Manifestação de Regozijo* registrou aquele momento de louvor. “Ao terminar a fala, o povo, as senhoras, todos enfim que enchiam o recinto, as galerias e tribunas, prorromperam em aclamações à Regente, à liberdade, à nação e às Suas Majestades, sendo Suas Altezas vitorizadas entusiasticamente pelo povo dentro e fora do edifício. Das galerias e tribunas, um verdadeiro dilúvio de flores caiu sobre Suas Altezas” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 126, 5 de maio de 1888, 2p.) O feito, porém, ainda era visto por alguns com apreensão, já que esta transformação social traria mudanças para o mundo do trabalho e, conseqüentemente, para a economia nacional. O criativo leitor *Um da banda*, em *Variações de Flautim*, brinca com os rumos da nação, decretando que se estabeleceria um “desastre”, diante da escolha da Regente para a formação da comissão para a elaborar a proposta de reforma do elemento servil. Ele brinca com os nomes dos membros da comissão.

“Representantes da nação
 Damuação
 Será pra vós esta sessão
 Se são
 Os membros da comissão
 Com missão
 De responder à Regente
 Arre, gente!...
 Aqueles três da eleição...
 É lei? São...
 Três nomes de mofa, tais,
 Fatais!...
 Duarte, tire-se o D
 Posponha-se o E... DE...
 De Silva o S, Azeve...
 -- Do sem A fique de pé...

DESA... já temos; pois bem
 Outro Silva rape o S
 Tavares sem T lá vem...
 DESAST...cá está Oh! Yes.
 Da Rosa tome-se o R
 Mais um E... Que sairá?
 DESASTRE, sem que se erre
 Toda a gente encontrará!”
 (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 127, 6 de maio de 1888, 3p.)

Naquele início de maio, apareceram várias missivas em que senhores declararam libertos seus cativos, tornando pública sua boa ação, ou sendo elogiados por terceiros pelo feito. As missivas evidenciaram que havia uma expectativa social para que assim o fizessem ou que as pressões daquele contexto os obrigavam a fazê-lo. Em algumas cartas, a fim de mostrar adesão à causa da abolição, alguns senhores convidavam seus iguais a também conceder liberdade a seus cativos. Um deles foi *Ignácio Antonio de Assis Martins*, que disse apoiar o projeto do governo, mas acreditava não ser digno um apoiador do projeto que ainda mantivesse a propriedade escrava. “Entretanto penso que o deputado ou senador, como completa isenção de ânimo votar pela libertação imediata e incondicional de todos os escravos ainda existentes neste Império, deve nenhum possuir, nem mesmo o título de serviço por qualquer prazo. Nesse sentido, concedo desde já plena e incondicional liberdade a todos os escravos que ainda possuo, que são em numero de 26.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 130, 9 de maio de 1888, 2p.) Outro leitor *Alfredo Carlos Teixeira Leite*, na carta publicada em 9 de maio de 1888, sob o título *Vassouras*, convida todos os amigos do barão de Vassouras a libertar seus escravos no quarto aniversário de falecimento do barão. “O abaixo assinado, tendo libertado todos os seus escravos, convida os parentes e amigos a fazerem o mesmo no dia 12 de corrente, 4º aniversário do falecimento do muito distinto cidadão Francisco José Teixeira Leite (barão de Vassouras), um dos fundadores desta importante cidade. É preciso que Vassouras não fique na retaguarda e que seja sempre a mesma em todos os tempos.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 130, 9 de maio de 1888, 2p.) A importância da boa fama diante da opinião pública é denotada por meio de cartas em que terceiros elogiaram os feitos de senhores. Na missiva *Bonita ideia*, de 1 de maio de 1888, o autor *C.* vai além, usando a boa ação de um senhor de libertar os escravos como exemplo e sugestão de saída para a transição do trabalho livre. Ele vangloria a ação do Sr. Dr. Antonio Freire de Mattos Barreto, que realizou a transição para o trabalho livre de ex-cativos, de maneira controlada.

“O honrado e incansável amigo Sr. Dr. Antonio Freire de Mattos Barreto, cuja iniciativa e tenacidade deve esta província a satisfação da mais indeclinável de suas necessidades, -- a rebocagem a vapor nas barras do nosso porto, e no município do Riachuelo o assentamento de um engenho central que ali se está edificando – acaba de iniciar em nós a melhor transição do trabalho servil para o trabalho livre. No dia 8 corrente, este ilustre cavalheiro reunindo os seus escravos em numero superior a 60, inclusive os ingênuos maiores de 12 anos, a 36 deles, com família concedeu terras em seu engenho, em locais ubérrimos, na razão de três e quatro tarefas por cada um. (...) A esses grandes jornaleiros de trabalho livre será fornecida morada, transformando a senzala em que habitavam em casinhas asseadas, atijoladas e rebocadas, com as preciosas acomodações, tendo cada uma delas portão ao fundo, o qual comunicará com um pequeno quintal onde serão plantadas hortaliças, e no qual haverá lugar destinado à criação de porcos, podendo cada chefe dessas famílias ter um animal no competente pasto. (...) Terão transporte grátis para as vias férreas do central, das canas que cultivarem debitando-lhes apenas a metade do salário despendido com o pessoal empregado nesse serviço, se a esse tempo já estiverem libertos pela humanitária lei que se projeta estar em execução de Julho a Setembro próximos. (...) De fato; com jeito e perseverança tudo se conseguirá.”
(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 123, 2 de maio de 1888, 4p.)

Diante dos avanços do projeto, com a aprovação na Câmara e no Senado, os parlamentares foram elogiados pelos leitores como os grandes responsáveis pelo feito e uma memória de heroísmo começa a ser traçada sobre eles. “O Sr. conselheiro João Alfredo esteve ontem – entre os imortais e a posteridade!”, afirmou *Cássio* em artigo de 11 de maio de 1888, no qual foi abordada a aprovação do projeto pelo Senado, logo após a sessão vitoriosa na Câmara de Deputados. “Está despedaçado o penúltimo elo da escravidão!”, declarou o cronista. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 132, 11 de maio de 1888, 2p.) A aprovação da lei no Senado foi equiparada ao significado da Revolução Francesa, tendo como fruto a libertação de uma raça oprimida por três séculos. “Nós acabamos de realizar uma grande revolução, e, como em 89, o dia da liberdade de uma raça oprimida por três séculos, é tão grande como o da definição dos direitos do homem emancipado da teocracia e da tirania dos reis absolutos.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 133, 12 de maio de 1888, 2p.) Naquele contexto, defender a abolição imediata e irrestrita deixou de ser exceção, diferentemente do que foi registrado nas cartas de 1871, tanto que alguns missivistas foram a público declarar sua posição. “Sou abolicionista, coopero para o bem da liberdade.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 131, 10 de maio de 1888, 3p) A simples frase de *Joaquim Lopes Trindade* serve de exemplo de como se proclamar a favor da causa da abolição já não era mais um tabu

e se consentia ter esta posição. Se demonstrar esta posição em 1871 era tido como radical, já em 1888 era aceitável.

Além disso, os missivistas se importavam com o que diziam deles em público acerca de sua posição diante da abolição da escravatura. Como *Carlos José Ribeiro Braga*, que defendeu-se do título de falso abolicionista atribuído por uma senhora de escrava. O autor denunciou as condições da cativa Jovita, que recebera carta de liberdade, mas era mantida como serva por sua senhora. Ele havia pagado aluguel pelos serviços da escrava e acabou por acusar a d. Antonia (dona da escrava) de falsa abolicionista. Ela havia retrucado a acusação. “A Sra. d. Antonia Rita de Oliveira Moura graciosamente me quer dar uma qualificação (felizmente, muito honrosa para mim, à parte o qualificativo de falso), para o que não a autorizei.”, disse o missivista se referindo ao termo abolicionista como honroso. O leitor contou que d. Antonia havia concedido carta de liberdade a Jovita e tendo sob seu poder o documento fazia a escrava trabalhar gratuitamente. Para provar as acusações, Carlos José afirmou que documentos comprobatórios foram disponibilizados na redação do jornal. “A solução que d. Antonia de Moura deu a isto foi recorrer para a imprensa, dando publicidade a uma ridícula questão que não trazendo vantagem alguma antes lhes traz pesar, sem que me possa ofender, nem prejudicar no conceito dos homens de bem na opinião pública que muito acato e respeito.”

Neste caso, uma questão entre particulares, possibilitou perceber a importância dada pelos leitores à fama pública; de que era costume tratar até mesmo de questões particulares em público, a fim de defender-se; e de que a liberdade cativa era defendida por várias instâncias da sociedade. O missivista demonstra que usar a seção como forma de se retratar mediante a opinião pública era comum, assim como disponibilizar nas redações documentos comprobatórios. Os jornais eram um instrumento de diálogo junto à opinião pública, já que se reconhecia o poder que esta possuía. “Prove a Sr. d. Antonia os seus direitos aos serviços de Jovita e nenhum embaraço encontrará da minha parte. O qualitativo que me deu de falso abolicionista eu lhe devolvo intacto, para que continue a libertar escravas com a condição de lhe servirem mais a ninharia de seis anos com que prova seus verdadeiros sentimentos abolicionistas.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 124, 3 de maio de 1888, 2p) A oponente não deixou por menos e também voltou à imprensa para se defender das acusações de *Carlos José Ribeiro Braga* e também disse ter provas de que a escrava foi liberta.

“O Sr. Carlos José Ribeiro, fustigado pelo meu aranzel, como qualificou meu artigo de 29 passado, veio a público confessar tudo quanto eu disse nesse aranzel e depositar uns papéis sem importância, a que pomposamente, chama de documentos. Esses papéis são: uma certidão da recebedoria na qual diz-se não ter sido dada à nova matrícula a liberta Jovita; três recibos por mim passados de alugueis da mesma e um cartão, note bem o público, um cartão, em que um Sr. Antonio Joaquim Siães Hilário, dá umas informações ao Sr. C. Braga. A certidão negativa, único documento aceitável, nada prova, porque, como o público já está informado provei nada dever à fazenda nacional da taxa da minha ex-escrava e tê-la, portanto, matriculado; os recibos e ainda menos o cartão, nada também adiantarão, estão fora de argumento, porque não é com cartões e com recibos que se provam falta de matrículas e o não pagamento de taxas; foi, portanto, o Sr. C. Braga ainda desta vez infeliz no que pretendeu incutir no espírito público para justificar-se de estar ilegal e criminosamente usufruindo de serviços que só a mim era dado usufruir. Terminando, julgo ter mais outra vez desmentido o Sr. Braga, pondo termo a esta questão, porque não quero criar novas bñlis.”

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 130, 9 de maio de 1888, 2p.)

A seção era um canal direto de fala à opinião pública e ao governo. Assim muitos missivistas usavam o espaço para fazer denúncias contra particulares, requerendo providências do governo ou de autoridades; ou delatando descumprimentos de normas acerca da emancipação. Foram feitas denúncias sobre falsas emancipações ao longo do mês. Os denunciantes apontavam que ou os senhores não tinham dado baixa nas coletorias e se autopromoviam como benfeitores dos cativos, ou diziam terem libertado um determinado número de escravos e, na realidade, tinham concedido liberdade a bem menos cativos. O missivista que assina como *A verdade* afirma que a notícia veiculada na imprensa na coluna *Telegrama* a respeito de liberdades concedidas pelo visconde de S. Laurindo a todos os seus escravos, também sobre Sras. d. Domiciana Vallim e d. Amélia Vallim Pereira de Souza e Antônio Balbino Vallim e outros estava errada. Segundo *A verdade*, o visconde teria dado liberdade a somente três escravos e pede ao coletor da cidade que ainda confira se a baixa tinha sido feita. “Apelamos para o coletor daquela cidade, que melhor informará se naquela data e talvez até hoje deu a competente baixa na matrícula desses escravos e de outros, e dessa forma tem sido a maior parte das liberdades naquele município e em quase toda a província de S. Paulo, apenas promessas de liberdade concedidas imaginariamente e que não constam de baixas nas coletorias.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 125, 4 de maio de 1888, 2p.) Neste sentido, o missivista denuncia a concessão de falsas liberdade de muitos fazendeiros paulistas, demonstrando seu apoio à causa da abolição e pedindo a ação das autoridades sobre a questão.

Outro caso curioso de libertação de escravos foi lembrado no jornal *Das Novidades* e replicado no *Jornal do Commercio*, o do moleque do Sr. Antonio Pinto, que, segundo o autor, o senhor o havia libertado e re-escravizado várias vezes, sempre se vangloriando em festas e comemorações da falsa dádiva. O missivista começa delatando o mesmo feito pelo Sr. Haritoff, que é russo, e já libertou três ou quatro vezes seus escravos, “abiscoitando elogios. Agora, até dá festas, o que é mais caro.” Ele diz que o caso deste senhor estrangeiro fez-lhe lembrar do caso do moleque. “Lembra-nos isso a história do moleque do Sr. Antonio Pinto. O Sr. Antonio Pinto compareceu a uma pândega do Polytheama e no auge do entusiasmo libertou um seu moleque único que tinha. Depois de tudo acabado levou-o para casa e continuou a tê-lo em serviço. Veio outra festa e lá foi o moleque, zás! Libertou-o.” O denunciante conta que o desfecho da história foi na polícia, já que o moleque fugiu de seu senhor depois de ter sido libertado pela terceira vez e o dono recorreu à polícia para capturá-lo. O escravo acabou em prantos pedindo que o senhor não o liberte mais. “Eu não fugi para não trabalhar, não senhor. Estou pronto a servir ao meu senhor. Eu só peço uma coisa: que não me libertem mais!” O denunciante alertou o governo de que daqui a alguns dias os escravos do Sr. Haritoff fariam o mesmo e pediu que o governo o condenasse, e sentenciou: “Olhem que isto ainda obriga a um conflito diplomático com a Rússia.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 125, 4 de maio de 1888, 2p.) Mais denúncias de falsas libertações apareceram que, segundo os autores, eram justificadas pela autopromoção e para obter títulos do governo. Essas ações acabavam prejudicando os credores e um dos vitimados *O credor prejudicado* alertou desta vez o governo, dirigindo-se ao ministro da justiça, para que pedisse às coletorias, principalmente a do Bananal, que fornecesse a lista de todos os senhores que tem concedido liberdade a seus escravos. “Verá V. Ex. que serão poucos; a maior parte são liberdades simuladas com visto de figurarem (e muitos à custa de credores) e com a ganância de algum título do governo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 126, 5 de maio de 1888, 4p.)

Os missivistas também abordaram os debates que ocorriam no Parlamento e se empenharam em defender políticos e sua importância na luta pela abolição. As cartas, em meio ao lisonjeio das personalidades, evidenciavam a inclinação favorável dos leitores ao fim da escravidão. Eles destacavam a ação de políticos na luta em prol da abolição e reivindicando para estes uma memória heróica no processo. O fazendeiro paulista Antonio

Prado³⁰ era um dos mais aclamados e a quem se atribuiu o convencimento dos fazendeiros paulistas à causa. Sua ausência na sessão de abertura do Parlamento não deixou de ser notada por seus partidários, que o defendiam como o grande feitor dos avanços da causa da abolição. A missiva assinada por *A história* afirma que o programa defendido pelo governo é fruto dos princípios pregados e propagados pelo político. “A sessão foi solene, grandiosa, mas houve uma nota triste – a ausência de Antonio Prado.” O autor descreve o parlamentar como “o homem que conseguiu vencer os retardatários e que mais adiantou a solução do problema, arvorando em ocasião oportuna o lábaro da abolição, não pôde infelizmente receber ontem as justas avocações à energia e prudência de sua propaganda triunfante. Cruel enfermidade prostra o eminente paulista e o obriga a conservar-se longe em trabalhos parlamentares.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 125, 4 de maio de 1888, 2p.) Após a Abolição, os defensores de Prado também ressaltaram a importância do movimento abolicionista paulista como determinante para garantir a vitória do 13 de maio de 1888. “Ele (Antonio Prado) teve o instinto das necessidades exatas de sua província e do país. Sem ele, seria impossível registrar-se na história o dia 13 de maio de 1888. Sem ele não podiam regozijar-se os abolicionistas da rua do Ouvidor.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 135, 14 de maio de 1888, 3p.) Antonio Prado foi ainda colocado ao lado de João Alfredo, sendo aclamado por sua valiosa contribuição ao processo.

“Eterna gratidão deve o Brasil ao conselheiro João Alfredo: seu grande arrojo burilou a página mais honrosa da história nacional. Era preciso que uma vontade forte, cheia de confiança em si mesma, cristalizasse num momento os votos ardentes da consciência nacional. Foi este o inapreciável merecimento do ilustre pernambucano e benemérito estadista. Ao seu lado, porém, brilha Antonio Prado, o Precursor da boa nova, que, tendo entrevisto com intuição poderosa a aproximação do tempo, juntou a ação à palavra para tornar inevitável, no domínio, de qualquer governo, a extinção imediata de o cativo. Sem o extraordinário sucesso da província de São Paulo, a Abolição seria ainda adiada. Com certeza não a festejaríamos neste momento. O brado de S. Paulo ecoou forte, repercutiu por toda a parte. A agonia da escravidão poderia prolongar-se, teria naturalmente de prolongar-se. Antonio Prado asfixiou o cativo. A província de S. Paulo, limpa da mácula de nossa civilização, erguer-se-ia como permanente e veemente protesto contra qualquer política que tentasse sustentar em equilíbrio as ruínas da instituição odiosa.”

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 134, 13 de maio de 1888, 3p.)

³⁰ Antonio Prado era um rico fazendeiro do Oeste Paulista que era figura de destaque no Partido Conservador.

A obra de outros ícones da política e do abolicionismo também foi reconhecida pelos missivistas, assim como a importância do apoio destes à causa no Parlamento. Eles se propuseram a enumerar homens públicos que deixaram sua marca no processo. “Joaquim Nabuco, o descomunal talento incomparável; José do Patrocínio, poderosa organização mental e moral; Ruy Barbosa, grande arquiteto de eloquência escultural; Joaquim Serra, o trabalhador indefeso e escritor fluentíssimo; Dantas, o estadista eminente, grande alma e grande inteligência; Antonio Prado, o Paulo do abolicionismo, o símbolo do desinteresse, da previsão e do arrojo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 133, 12 de maio de 1888, 2p.) O chefe do gabinete de dez de março, João Alfredo, também foi um dos personagens mais louvados. “João Alfredo é o benemérito, o fadado da fortuna, o predestinado pela glória ora a sua maior conquista. Ele seria admirável, defendendo a grande causa. O seu robusto espírito desprenderia tesouros. Mas o anjo da vitória não devia combater. O destino tinha o sagrado para representar na grande ocasião a suma de todas as dedicações, para ser um dia a alma nacional dentro do peito de um homem.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 133, 12 de maio de 1888, 2p.) Os partidários de Rodrigues Alves, ex-presidente da província de São Paulo, não ficaram atrás e deram destaque para as contribuições do político. Naquele mês, eles foram a público elogiar os feitos de Rodrigues na província, que fora marcada pela fuga de escravos em massa das fazendas e pelo movimento dos caifazes de Antonio Bento. Segundo aqueles leitores, Rodrigues Alves conseguiu adotar uma solução moderada para a questão, mantendo a ordem e o princípio da autoridade. “Na questão do elemento servil S. Ex. portou-se criteriosamente. Entre as exigências dos conservadores do antigo regime e o açoitamento dos radicais, o presidente soube manter-se no justo meio e conseguiu salvar sempre o princípio da autoridade.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 124, 3 de maio de 1888, 2p.)

O princípio da ordem aparecia nas cartas como uma preocupação e do qual a administração de Rodrigues Alves foi exemplo, segundo o missivista anônimo. Outro partidário elogiou a administração do político na presidência de São Paulo, onde restituiu a ordem que era ameaçada nas fazendas pela questão escrava e ainda disse que este conduziu a avanços de forma sensata e prudente. “A difícil quadra que atravessava a província quando S. Exm. assumiu a sua administração, a qual era criada pela desordem, atiradas na lavoura em consequência da amotinação do elemento escravo, há tanto tempo condenado e hoje quase banido da província, graças ao seu instinto empreendedor, faz ainda mais realçar os benefícios de sua administração.” O leitor destaca ainda a tranquilidade do processo: “ante o seu sensato

governo de S. Ex. tudo se foi resolvendo com calma e prudência, abortando todas as catástrofes que muitos previam em virtude da transformação do trabalho escravo e entrando a província em uma época de tranquilidade e florescência admiráveis.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 127, 6 de maio de 1888, 2p.) Esta missiva coloca, ainda, a administração de Rodrigues como exemplo de uma transição tranquila para o trabalho livre, o que era um dos anseios da elite naquele contexto, que lhes parecia tender para a desordem.

Os escravagistas também foram a público comentar a tramitação da lei no Parlamento, a abolição, as transformações sociais que decorreriam do fim da escravidão, assim como fizeram críticas aos abolicionistas. Eles acusaram o grupo de tirar proveito e lucro da propaganda em prol da extinção do cativeiro, sendo um dos mais criticados José do Patrocínio. “Não faltaram parvos que decifrem as folhas esparsas a contento do novo Spartacus que se sacrifica pelos escravos comendo empadas na Rua do Ouvidor e dando vivas ao Imperador e a seus ministros. E procuram fazer da memória de Luiz Gama bandeira para cobrir as ousadias dos democratas da Confederação Abolicionista!”, afirmou o missivista, que não se identificou na correspondência, criticando a ação dos abolicionistas que tentam levar vantagem da situação. Ele usa as palavras do jornalista Rangel Pestana para dizer que aqueles que defenderam a abolição antes da República são espertalhões que querem se passar por democratas e na verdade desejam viver à sombra da monarquia. O autor criticou a declaração de Patrocínio, que prometeu destruir o Partido Republicano. “Entre gente que se preza e tem critério isso passa como uma tolice, tão ridícula quanto desprezível.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 127, 6 de maio de 1888, 2p.) Também apareceram os críticos de João Clapp, que o acusaram de ter sido vendedor de escravos. O missivista *A.F.P.* disse que disponibilizaria documentos comprovando que João Clapp foi negociante de escravos e naquele momento era Presidente da Confederação Abolicionista.

“O Sr. Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Exm. barão de Paranapiacaba vieram à imprensa defender e abandonar os créditos de João Clapp na melhor boa fé, e porque o conhecem de ontem e não sabem que este Sr. João Clapp de hoje, Presidente da Confederação Abolicionista, é o antigo João Fernandes Clapp, negociante de carne humana, agente de substituto para o exército na época da guerra que o Império sustentou contra a República do Paraguai e com estabelecimento de engraxate na Rua dos Latoeiros (antigo) n. 48. No exercício da honrosa profissão de vender os seus semelhantes, para substituir os grandes nacionais designados, entre outras bilontragens que viram a público, praticou o fato altamente criminoso de reduzir pessoa livre à escravidão, como fica provado pelos documentos abaixo publicados, devidamente reconhecidos por tabelião público. O Sr. João Clapp de hoje, que é o próprio e idêntico João Fernandes Clapp de

todos os tempos foi constituído procurador bastante da Sra. D. Francisca Ignácia dos Prazeres e Souza, para ratificar a liberdade já conferida com a condição de servir o liberto Ignácio no Exército Imperial, no entanto o honesto e honrado Sr. Clapp vendeu o liberto Ignácio pela quantia de 1:400\$, para substituir o guarda nacional designado José Antonio de Carvalho, do Município de Vassouras!! Os documentos originais vão ser remetidos a S. Ex. o Sr. chefe de polícia, para fazer parte da coleção que deve ter-lhe sido enviada, e então forçoso é confessar que é grande com efeito este Sr. João Clapp, como grande foi também o celebre Pedro Hespanhol.”

(JORNAL DO COMMERCIO, N° 125, 4 de maio de 1888, 2p.)

O autor acusou João Clapp de obter vantagem sobre a aquisição de liberdade de escravos, que estavam fugidos nos quilombos, e aconselhou os fugidos a voltarem para seus senhores, a fim de obter com mais brevidade sua liberdade, caso contrário, somente a lei de libertação votada pelo Parlamento poderia fazê-lo. Para comprovar as acusações, o autor apresentou um documento de venda do escravo Ignácio a outro senhor tendo sido feita a negociação por Clapp. “Recebi, do Sr. José Joaquim da Silva Fontes Junior a quantia de 1:400\$, pela liberdade do escravo Ignácio, que substituiu o guarda nacional designado do Município de Vassouras, José Antonio de Carvalho.” E, assina João Clapp. O missivista questiona a atuação do presidente da Confederação Abolicionista: “É este o presidente da importante sociedade abolicionista que agora vem ao público falar na abolição e na República!” (JORNAL DO COMMERCIO, N°129, 8 de maio de 1888, 4p.)

Outros missivistas falaram sobre a importância de que o processo de abolição da escravatura ocorresse da forma mais ordeira e controlada possível. “Só há um meio de impedir que as grandes revoluções da ideia produzam cataclismo social. É governá-las, é dirigi-las, é cavar o leito à torrente, para que a torrente não transborde.” (JORNAL DO COMMERCIO, N° 139, 18 de maio de 1888, 3p.) A preocupação com a ordem resultou em sugestões de complementação à Lei Áurea, ou seja, os leitores sugeriram normas que regulassem o trabalho dos ex-escravos, obrigando-os a trabalhar. Eles pediram um projeto de lei que evitasse e reprimisse a vadiagem e a ociosidade, o que acabou por se tornar uma iniciativa parlamentar. O leitor anônimo, que publicou inicialmente seu artigo em *o Diário Mercantil*, de São Paulo, fez elogios à iniciativa do gabinete de dez de março de elaborar tal projeto que garantiria a ordem social e pediu que a lei obrigasse o trabalho dos ex-escravos. A elite temia a desordem, que os escravos se recusassem a trabalhar e que passassem a ser um risco de violência para a sociedade. O autor anônimo da carta de 7 de maio de 1888 diz ser a

favor da libertação dos escravos, mas pede que a mudança seja regulada, reprimindo a vadiagem. “Ao projeto de extinção do elemento servil, projeto concebido em dois artigos, o qual ficará como mais luminoso padrão legislativo de toda a nossa jornada de ação livre, sucederá outro que trata da repressão da vagabundagem.” O missivista prossegue descrevendo o intuito da nova lei. “Esse projeto, uma vez convertido em lei, não terá por fim a repercussão da vadiagem dos ex-escravos, ao que diz a imprensa da Corte. É medida geral contra os vagabundos de qualquer espécie. O espírito da justiça do autor do projeto nos dá a garantia de que o seu pensamento inspira-se nas ideias de ordem social e não traz no intuito de escravizar aqueles que acabam de deixar os ferros do cativeiro.” O autor explicou que o objetivo da lei era a “regeneração do vagabundo”, já que “ninguém pode ter a liberdade de ser vadio”. O missivista cita as bases do projeto: criação de estabelecimentos correccionais para vadios; seriam passíveis de punição quem não tivesse ocupação nem domicílio certo; a pena seria agravada para aqueles que acabassem com fortuna própria ou alheia e os que se desempregassem repetidas vezes.

“O mais formidável argumento que apresentavam escravistas ferrenhos contra os abolicionistas era exatamente a vadiagem dos libertos, que cobriram as estradas públicas, convertendo-se em bandidos para assaltar os viajantes. (...) Nas malhas de sua rede serão apanhados o negro malandro tanto como o caipira vadio; o criado insubordinado assim como o jogador, que nas espeluncas do vício tenha dissipado a sua fortuna, comprometendo o futuro da família. A regulamentação do trabalho trará o aproveitamento dos braços nacionais, tão úteis à nossa lavoura.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 128, 7 de maio de 1888, 2p.)

A percepção negativa da índole do ex-escravo, a ponto de fazer o missivista defender uma série de normas que reprimisse qualquer forma de ociosidade, demonstra a existência do pressuposto de que o ex-escravo tendia a ser violento e a ter uma má conduta, ou seja, o discurso reconhece sua tendência à vadiagem. Era uma percepção preconceituosa com base no mal que vinha do cativeiro. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a escravidão era tida como ranço do atraso e em que era necessário superá-la, a libertação era tida como uma possível ameaça à boa sociedade e à quebra da ordem social. Outro argumento usado pelos críticos ou contrários ao fim da escravidão relacionava-se à situação financeira do país e às possíveis consequências negativas do fim do cativeiro. Assim como em 1871, um dos grandes temores com a mudança era a ruína da lavoura e crise na economia nacional. Os leitores afirmavam que a lavoura não suportaria tal golpe, por seu endividamento, e pediam ao

governo providências para estabelecer medidas complementares que garantissem a ordem no mundo do trabalho e a sobrevivência da lavoura. Para isso, também reivindicavam uma lei que obrigasse o trabalho dos ex-escravos e que de alguma forma indenizasse os senhores. A carta endereçada *Aos Exms. Srs. Senadores e Deputados do barão de S. José D'el-Rei* fala sobre o desejo de liberdade para os cativos do lavrador e também da apreensão da lavoura diante da possível mudança e seu atual endividamento. Ele não concordou com a forma que o fato fora pregado pelos abolicionistas e sugeriu uma saída para amenizar as perdas do lavrador.

“Trata-se de um assunto capital: a abolição do elemento servil em sua plenitude, o que é muito justo e nem o lavrador tem outro desejo. Mas estará a nossa lavoura preparada para receber tão bruscamente esse golpe sem uma retribuição, qualquer que ela seja? Sabe V. EX. que a lavoura está, quase em sua totalidade, empenhadíssima e, faltando-lhe o braço que ela legalmente dispunha, como solver seus compromissos? O lavrador terá de passar por humilhações e misérias, pois terá de entregar a seus credores os últimos bens que lhes restam: as terras. Acredito que o governo atualmente não pode remunerar com dinheiro. Mas pode arbitrar um preço aos escravos e pagá-los em apólices emitidas especialmente para esse fim, e com esses títulos o lavrador solverá suas dívidas e ficará com suas terras para cultivá-las em conformidade com suas forças. Ainda assim será preciso criar leis especiais, obrigando os libertos a permanecerem nas mesmas fazendas, mediante um contrato que os obrigue indenizar o lavrador, caso queiram retirar-se.”

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 129, 8 de maio de 1888, 4p.)

Outros leitores se uniram ao barão e pediram ao Estado uma medida que estimulasse a substituição do trabalho escravo pelo livre. “Assim, pois, pedimos aos representantes da nação que tratem com todo empenho da substituição do trabalho, pois que a abolição da escravidão por si está concluída.” O leitor *F.B.B.* alerta ainda que as consequências negativas afetariam não só a lavoura, mas o próprio Estado e até mesmo parte da elite que depende dele, conforme foi visto no Capítulo II. “Tirando-nos os escravos sem tratar da substituição do trabalho, não seremos só nós quem há de sofrer, sofrerá o Estado e com ele todos os que estão sob sua direta dependência.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº133, 12 de maio de 1888, 3p.) Diante da proximidade do acontecimento e no período imediatamente após a assinatura da Lei Áurea, a seção de correspondência registrou cartas com pontos de vista extremos acerca da abolição: algumas missivas definiam a conquista como um grande feito, elogiando o governo e apontando a mudança como uma oportunidade de progresso para o Brasil; enquanto outras viam o fim do cativo com pessimismo, criticando a precipitação do governo e da Regente;

além de apontar consequências negativas para a lavoura. No grupo dos missivistas que parabenizaram a conquista do governo e elogiaram o processo estava o leitor *Paulista*, que definiu a Abolição como a complementação da Independência do país, na carta de título *Nova Era*, publicada em 13 de maio de 1888. “Como tudo induz a crer hoje será extinta a escravidão no Brasil. Esse ato para o qual todos concorreram, por diversos modos, não é mais nem menos do que o complemento da nossa Independência, por que não podemos compreender que o século das luzes houvesse uma nação livre tendo escravizado ainda grande parte de sua população.” O autor define a Abolição como um ato de prudência do governo que diante do apoio popular à causa e seu desfecho inevitável antecipou-se em dar cabo da escravidão, a fim de evitar calamidades superiores, ou seja, ela seria uma resposta ao contexto conflituoso do momento. “Os poderes do Estado, satisfazendo essa aspiração nacional, nada mais fizeram do que obedecer ao impulso legal e irresistível da opinião, evitando assim calamidades superiores e quaisquer perturbações que a abolição da escravidão acarrete”. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 134, 13 de maio de 1888, 3p.) A memória que ficou registrada nas cartas era de que o feito era uma resposta ao apoio geral da nação que não aceitava mais a existência daquela instituição vergonhosa no país. “A emancipação total dos escravos é, sem dúvida, obra de toda nação brasileira. E o patriótico gabinete de 10 de março, realizando-a, obedeceu à ditadura da opinião”, conforme apontou correspondência anônima replicada do *Correio Paulistano*. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.)

O fim da escravidão, na visão daqueles missivistas, havia se tornado uma causa nacional. O autor *Pitt*, em 14 de maio de 1888, descreveu a causa como uma questão apartidária e que mobilizava brasileiros de todo país: “a mais nobre das causas que tem sido sustentada neste país, em honra sua, não podia ser a bandeira de um só partido, porque é expressão dos sentimentos de todos os brasileiros, era a causa nacional.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 135, 14 de maio de 1888, 3p.) Em artigo replicado do *Correio Paulistano*, a obra da abolição foi rememorada sob marcos do processo e descrita como sendo celebrada “no meio de ovações do povo e debaixo de chuva de flores”. A abolição era definida como a maior revolução social já vivida no país. “Acaba o país de presenciar a maior revolução social e econômica de que dão notícia os anais da história pátria.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.) O fato de ela ter ocorrido sem derramamento de sangue era motivo para celebrações e homenagens, já que a ordem era um dos princípios defendidos pela

boa sociedade. “A solução ordeira, pacífica e legal da questão do trabalho é o maior acontecimento, depois da proclamação da Independência do Brasil.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.) Para este autor anônimo, a conquista do Brasil foi festejada dentro e fora do país, por ter libertado definitivamente a civilização do ocidente deste cancro. Alguns leitores lembraram-se das conquistas anteriores com as leis emancipacionistas e coroaram a Lei Áurea como o desfecho de um longo processo, descrevendo-a como parte de uma evolução gradual da libertação do país, sem desmerecer as conquistas anteriores. “13 de Maio é o complemento lógico, necessário, fatal de 28 de setembro de 1871 e de 28 de setembro de 1885.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº139, 18 de maio de 1888, 3p.) A Abolição foi atribuída em parte ao corajoso gabinete de 10 de março, que encerrou o processo, após anos de luta de memoráveis ícones da política.

A escravidão já era registrada com novas conotações. Antes era defendida como uma forma de redenção para uma raça inferior e até de caminho para o cristianismo, conforme visto no Capítulo I, mas, no fim do século XIX, ela havia se transformado em uma fonte de sofrimento para os cativos. O leitor *B. de M.* conta na seção de correspondência que acabou publicando uma poesia que encontrou e que tratava dos sofrimentos advindos do cativo. “Publicamos em seguida mimosa poesia encontrada ontem caída no saguão do velho palacete ao que parece por mão feminina e em papel velino encimado por nobre braço.” A poesia de *A escrava* descreve o tráfico negreiro como uma fonte de sofrimento em meio a grulhos de piratas e define a escravidão como um crime. “Mulher e escrava! Antítese de um crime / Que a vil cobiça humana fez nascer! / Que força pode ter o pobre vime!” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 126, 5 de maio de 1888, 3p.) Mas outras poesias também foram publicadas na seção dedicadas aos leitores e usadas para louvar o feito da Abolição. O criativo leitor *Um da banda*, por exemplo, comemorou e exaltou o feito do Império. “Hurrah! Pela abolição!/ Viva o Império do Brasil!/ Lá se vai a escravidão!/ Servil agora é ser vil!” O autor comemora a passagem na Câmara do áureo projeto “que da escravidão deu cabo!”, e continua convidando a todos para ouvir agora as palavras do Senado. Por fim, elogia os avanços da questão, atribuindo à mocidade política e criticando os mais velhos contrários à abolição. “Passará? Quem foi que disse/ Que não? Pois é bem verdade,/ Sempre desculpa a velhice/ Proezas da mocidade!” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 132, 11 de maio de 1888, 3p.) O fim da escravidão foi apontado como o raiar da civilização e dos valores cristãos na sociedade brasileira. “*Consummatum est*, foi a frase que encerrou a barbaria do mundo antigo e que

serviu de início à civilização do mundo cristão.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 133, 14 de maio de 1888, 3p.). O leitor inicia seu artigo sobre o fim da escravidão parafraseando o próprio Cristo, apontando que a Abolição era o marco do fim da barbárie e do início da civilização no país. Para *Cássio*, “a obra que acaba de completar-se tem, realmente, esta última expressão. Libertar a raça escrava era sanear a pátria.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 133, 14 de maio de 1888, 3p.).

Já na seção, imediatamente após a assinatura da Lei Áurea, os leitores apontaram suas expectativas para o futuro do país. Alguns falaram sobre uma era de progresso e paz que deveria ser construída. “A abolição está feita. Em torno do seu cadáver aves agoureiras, mas os seus dolorosos *vatir cinios* não se realizaram. Cumpre agora iniciar nova era de progresso. É urgente não esmorecer descansando à sombra dos louros da vitória.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 133, 14 de maio de 1888, 3p.) Pode-se dizer que mesmo sob o contexto pós-Abolição, a elite, neste sentido, se dividia entre os que apoiavam ou não a abolição e, enquanto os abolicionistas diziam que eles concederam a abolição aos negros, os que eram contrários a ela se colocavam na postura de liderança para transformar o quadro calamitoso que dela provavelmente advinha, ou seja, cabia ao grupo fazer daquele processo algo positivo. A elite neste caso se colocava sempre na postura de liderança. Eles afirmavam serem líderes da economia e sustentáculo do país, as fontes do progresso e da paz no pós-Abolição e o grupo que concedeu a liberdade aos escravos, neste caso se referindo ao discurso abolicionista. “Nós que a combatemos porque a supomos prejudicial ao país, devemos hoje concorrer para que as suas consequências sejam apenas paz e progresso.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 134, 13 de maio de 1888, 3p.)

A percepção que se estabelece sobre a Abolição é que esta era recebida das mãos do Imperador e dos políticos, o que era motivo de louvor e aclamação a tais personalidades que movidos pela sensibilidade confirmaram o desejo de todos. “Assim, nas aclamações da vitória, após o nome augusto do grande Imperador (...), após o da virtuosa Princesa Regente que, como estrela rutilante, brilha no céu da pátria, não são esquecidos os nomes dos beneméritos trabalhadores, que arrostaram todos os perigos de uma luta sem tréguas: João Alfredo, Dantas, Antonio Prado, Nabuco, Patrocínio e tantos outros recebem a justa recompensa dos seus esforços.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 135, 14 de maio de 1888, 3p.) Como antes, João Alfredo e Antonio Prado, após o acontecimento, foram alguns dos mais aclamados. “A posteridade continuará a obra da justiça dos contemporâneos por estes dois

extraordinários cidadãos: João Alfredo e Antonio Prado. Ela há de sagrá-los imortais como duas personalidades que simbolizam a reparação de injustiça três vezes secular”, afirmou o autor anônimo. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 135, 14 de maio de 1888, 3p.) Outra longa carta de *Um brasileiro* aponta a emancipação de São Paulo como determinante para o desfecho. “Foi a emancipação em S. Paulo que desmoralizou a escravidão a seus próprios olhos, e arrastou o 13 de Maio.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 145, 24 de maio de 1888, 3p.) No pós-Abolição, a princesa foi descrita como alguém iluminada que ficaria na memória do país por sua obra humanitária. “Anjo bom dos escravos! O teu nome jamais se oblitera na memória agradecida dos amigos da humanidade. Mensageira do céu! Foi teu arrojo sublime que decretou o 13 de Maio.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº140, 19 de maio de 1888, 2p.) Instituições e associações também se uniram aos leitores e prestaram suas homenagens a políticos em público, como o reconhecimento da contribuição destes para o acontecimento. O ministro da Agricultura, Rodrigo Silva, autor da lei de extinção da escravidão, por exemplo, foi homenageado pelos telegrafistas. “Domingo, a classe dos telegrafistas irá saudar o benemérito conselheiro Rodrigo Silva que, havendo por numerosos atos manifestado o mais estremecido zelo pela sorte dos escravos e dos libertos, teve a glória de referendar a lei de 13 de Maio.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 140, 19 de maio de 1888, 2p.)

A memória heróica de abolicionistas também foi reivindicada e saudada pelos leitores, como a obra de José do Patrocínio. A carta de 20 de maio de 1888, *O povo* convida todos a beijarem José do Patrocínio. Ele descreve os festejos registrados pelo *Diário de Notícias* no qual a princesa cumprimenta o filho de Patrocínio. “Sua Alteza, inquirindo do grande abolicionista quem era criança, e sabendo que era filho do digno jornalista, dignou-se beijar na face a criança. José do Patrocínio estava comovidíssimo!” E, encerra convidando a todos: “Beijemos todos o pai da criança”, como forma de gratidão pelas grandes contribuições à Abolição. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 121, 20 de maio de 1888, 2p.) Outros abolicionistas também foram lembrados como Antonio Bento e Luiz Gama por sua luta em São Paulo, que ao lado de Patrocínio, promoveram a emancipação de uma massa de cativos. “Honra aos lutadores paulistas da causa emancipadora!”, assinalou o leitor *Wenceslau Braz* (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.), que também lembrou da contribuição de Eusébio de Queiroz, como o precursor de todo o processo. “Sob a larga e espessa crosta de treva palpitava tão fortemente o coração da escravaria, sangrento e lacerante de dor tão lugubrememente latejava, que sempre apareceu alguém a escutá-lo, a contar-lhe as

pulsações, que mais pareciam pancadas surdas de coveiros. Esse alguém foi Eusébio de Queiroz. Seu nome tornou-se uma benção nos lábios dos cativos. O tráfico de escravos havia sido abolido.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.)

“Feliz o povo que acha grandes homens para cada grande ocasião. O Brasil achou o visconde do Rio Branco para a iniciação; Joaquim Nabuco, primeiro de todos, para essa campanha, na qual José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva, Joaquim Serra e Rui Barbosa deviam ocupar intrépidos mais arriscados postos das avançadas; Dantas, para a sistematização e para a iniciativa governamental; Antonio Prado, para o arrojo e para o desinteresse; João Alfredo, para a coragem, para a decisão, para a ponderação sábia das circunstâncias, para a personalização suprema da alma nacional.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.)

O leitor *Wenceslau Braz* apontou como marcos para a evolução da extinção do elemento servil as leis emancipacionistas que foram aprovadas até aquele ano: Lei de Eusébio de Queiroz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e, finalmente, a Lei Áurea (1888). Nessa linha a figura do visconde de Rio Branco, também fora exaltada como um dos que ajudaram a derrubar “o tenebroso polvo, esmigalhando alguns de seus tentáculos”. O herói descrito era o visconde que em 28 de setembro de 1871, apontado como um dos responsáveis pela aprovação da Lei do Ventre Livre. “Por milhares de vozes de crianças foi entoado um hino de benção ao glorioso nome de Rio Branco.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.) Em outra carta anônima datada de 15 de maio de 1888, o autor elogiou a iniciativa do *Diário de Notícias* de homenagear o visconde Rio Branco, que bloqueou a escravidão em 1871, e desde então sua luta só terminou em 1888. “As obras da palavra e de pena, que enchem aquele período (1871), constituem monumentos da mentalidade nacional. O iniciador descansa somente agora, porque na realidade o visconde de Rio Branco até anteontem esteve combatendo do fundo do seu túmulo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 136, 15 de maio de 1888, 3p.) O significado da lei de 28 de setembro de 1871 também foi expresso nas correspondências, que louvaram sua contribuição como determinante para a extinção definitiva da escravidão. “Essa lei de 28 de setembro de 1871 não traz, não podia trazer no seu texto toda a sua influência. Ela não impediu somente que a escravidão se restaurasse todos os dias, (...) ela não empenhou somente o Estado na obra da emancipação gradual. Estabeleceu a questão que não mais devia arredar-se da cogitação dos poderes públicos até seu termo definitivo. Fundou o problema.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.)

O barão de Cotegipe também foi lembrado por suas contribuições para a vitória da liberdade. A memória do político conservador, que foi duramente criticado por abolicionistas, foi defendida por seus partidários na seção. Eles justificaram suas ações como tendo produzido avanços ao processo, conforme permitiu-lhe as circunstâncias. Para eles, Cotegipe teria a intenção de abolir a escravidão e teria feito se tivesse força para chegar a tal oportunidade. “Ao Sr. barão de Cotegipe chamaram por ai os nomes mais feios; que era escravocrata, que era negreiro; quando nunca houve neste país um cérebro mais propenso a deixar-se dominar pela ideia progressista.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 145, 24 de maio de 1888, 3p.) Alguns parlamentares e seus partidários também fizeram questão de ir a público esclarecer sobre voto e posição dos políticos acerca do fim do cativeiro, confirmando que havia uma expectativa da população de eles defendessem a abolição e que seus opositores não eram bem vistos pela opinião pública. Um leitor anônimo saiu em defesa do senador Diogo Velho, afirmando que este votou a favor da extinção do elemento servil.

“A *Gazeta de Notícias* caiu em lamentável equívoco, dando o nome do Sr. Conselheiro Diogo Velho entre o dos senhores que votaram contra a proposta do governo, abolindo o estado servil. Reconhecida a sua inadvertência, aquele órgão deu-se pressa em fazer a necessária retificação. O engano estava, portanto, desfeito. Há, porém, um malévolo, que nas publicações a pedido desta folha ainda insiste por atribuir ao senador Diogo Velho o voto errado da *Gazeta*. O articulista está fazendo obra pelo erro, quando ser-lhe-ia fácil não insistir nele ou ler tanto o pró como o contra. Fique por uma vez liquidado: o senador Diogo Velho votou a favor do projeto de abolição em ambas as discussões do Senado, por ser esta a sua convicção antiga e arraigada. Não é dos convertidos a última hora.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 137, 16 de maio de 1888, 3p.)

Além da memória histórica do processo, os missivistas também registraram nas correspondências a festa nas ruas e as celebrações da vitória abolicionista. A *Comissão da Imprensa Fluminense* foi a público e convidou a todos para as comemorações, apontando que a *Publicações a pedido* era um espaço de fala direta com o leitor e por isso o melhor lugar para publicar o anúncio das celebrações. “Grande apoteose para solenizar os festejos da libertação do Brasil: coretos, arcos, festões e folhagens”, dizia a correspondência assinada pela comissão, em 17 de maio de 1888. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 138, 17 de maio de 1888, 3p.) A Abolição foi celebrada por vários grupos da sociedade, que convocavam seus iguais a participar da festa, como a classe tipográfica, que convidou a todos para passeata cívica. “A classe tipográfica fluminense, aderindo às manifestações do povo brasileiro, no

grande feito da libertação dos escravos no Brasil, reúne todos os seus colegas de arte, em uma grande e imponente procissão cívica, que terá lugar hoje, acompanhando a imprensa fluminense, que, de acordo com essa comissão executiva, tudo faz para o brilhantismo e honra da classe tipográfica e da imprensa fluminense.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 140, 19 de maio de 1888, 2p.) Em meio aos discursos otimistas e elogiosos, apareceram críticas ao excesso dos festejos, que arrebatou toda a capital. A queixa é do leitor *Um da banda* que diz que a festança veio tudo atrapalhar. O autor ironiza o fato do país parar para saldar a Abolição. “Eu ia continuar/ Mas o rumor da festança/ Veio tudo atrapalhar/ Tenho o corpo numa dança.../ Queiram, pois, me dispensar/Os leitores e o patrão/ Eu vou também festejar/A deusa da Abolição!” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº136, 15 de maio de 1888, 3p.) Um autor anônimo apontou que os excessos das celebrações cobriram a abolição de uma áurea de ridículo. “O maior acontecimento do Brasil está sendo coberto de ridículo pelos especuladores sem escrúpulos. Todos os dias anunciam-se festivais servindo para pretexto nomes prestigiosos como seja hoje Ferreira Vianna, amanhã João Alfredo, depois Dantas, Nabuco, José do Patrocínio e outros.” Para o autor, as festas eram motivadas pelo interesse. “Essas festas não são sérias, porque não são inspiradas nem no patriotismo, nem no entusiasmo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº134, 13 de maio de 1888, 4p.)

Outro leitor afirmou que os lavradores que sustentaram as celebrações. “A gente seleta, as vítimas da espoliação oficial, assistiam das janelas, com resignada benevolência, uma festa para cujos gastos só elas concorreram; aplaudindo no imo da alma a morte de uma instituição que só pela lei da necessidade mantinham, formavam votos para que já agora viesse também a emancipação política do povo brasileiro”, apontou o leitor *G.C.* quanto à expectativa da chegada da República. Ele definiu a obra da abolição como uma ofensa à propriedade, apontando a miséria e a ruína do lavrador como consequências do fim do cativeiro e alertou que tal ação não passaria despercebida. “Por cima de todas essas ruínas e misérias rolam as rodas do carro festival da monarquia, que amanhã pedirá à lavoura, exausta e espoliada, mais dinheiro para pagar todos os gastos de seus magníficos caprichos.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 134, 13 de maio de 1888, 4p.) Os opositores da Abolição aparecem com um discurso em defesa do lavrador, como aquele que sustentava a economia e a quem se deve o fim da escravatura e seus festejos. *O lavrador mineiro* expôs a posição dos ex-senhores como sendo os que custearam o processo desde o ventre livre e

respondeu as acusações da imprensa. Eles teriam custeado tais avanços sociais, de forma que a lei teve de pouco libertar, pois a postura dos lavradores foi de continua abnegação.

“Pergunta-se ao órgão do Alto Douro, que tão pressuroso se mostra em aconselhar aos libertos de recorrerem à autoridade para tirarem da companhia de seus ex-senhores, desses verdadeiros vampiros, seus filhos ingênuos, que ninguém quer reter, quem se encarregará daqueles que são órfãos de pai e mãe e que não encontrarão outro arrimo senão na caridade de tais vampiros? Quer o *Paiz* se encarregar de criá-los e educá-los? Bem certamente não, isso deve ser ainda obrigação dos vampiros, e quanto aos outros recursos além do precário trabalho de seus braços, os entreguem à mendicância e à prostituição, do que fiquem em companhia dos vampiros, tendo ao menos a educação do trabalho. Felizmente, os libertos, na sua grande maioria, têm bastante juízo para desprezar a malevolente leviandade de certa imprensa, que, extinta a escravidão, é outra chaga social que nos fica, e com que infelizmente educamos nossos filhos nos sentimentos da malevolência, da injustiça, da inveja, nos hábitos do aleive, da falta de critério e da calúnia e que, não tendo fundo para publicações de utilidade pública, exploram o escândalo e os maus sentimentos para entreterem os seus assinantes. A maioria dos libertos conserva-se em companhia de seus ex-senhores e quando saem, empenham-se para que os filhos se conservem tratados como sabem que o são, e adquirindo a educação do trabalho, pois que nem todos poderão ser redatores de jornais. A emancipação fez-se calma e pacificamente, não à custa dos abolicionistas, muitos dos quais exploravam pecuniariamente a propaganda, não à custa da imprensa malevolente, a quem nós pagávamos com nossas assinaturas o palavrorio tosco e bombástico, mas à custa de grandes sacrifícios, de muita ruína, silenciosamente, suportados pelos proprietários de escravos e que procederam com tal abnegação, que a lei pouco teve que libertar; entretanto nunca deixou de investir com brutal injustiça, e consumado o ato ainda não estão contentes!”

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.)

Naquele contexto, apareceram questionamentos acerca da legitimidade do poder monárquico e legislativo e alguns se pronunciaram a favor do regime republicano. Somado a isso, a Abolição passa a ser definida como um ato de despotismo do Imperador, como na carta publicada em 18 de maio de 1888 de *Um lavrador*, no qual o acontecimento é apontado como uma decisão arbitrária e contra o direito de propriedade. “O governo não satisfeito com o criminoso arbítrio que praticou contra o sagrado direito de propriedade, zomba conosco e escarnece do nosso infortúnio. Enquanto pacientemente procuramos curar-nos da tremenda bofetada que nos deu, o déspota faz festas até chegar ao delírio, até colocar-se nas praças públicas, bailando, levando para lá as repartições do Estado que são nossas, do povo, não dele.” Ele convoca seus irmãos lavradores a se unirem pela salvação da pátria, sugerindo a quebra do regime pelo republicanismo. “Lavradores não nos iludamos: os nossos

representantes abandonaram-nos no Parlamento e a capital queimar-nos-á em effigie se não impusermos silêncio a tanto disparate. Unamo-nos pois e vamos tratar da nossa salvação que será também a salvação da pátria” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 139, 18 de maio de 1888, 3p.) A esse grupo de críticos se uniram outros, que consideraram precipitada a condução dos acontecimentos até a aprovação da lei. Um anônimo replicou o artigo *Das Novidades* que defendia como desejo do Imperador adiar a abolição e o julgamento de que a princesa imperial precipitou uma decisão do pai movida por emoções do momento. O autor usou o estado de saúde do Imperador para criticar o processo, dizendo que o monarca não ficou satisfeito com a desenrolar dos eventos. “Se ainda fora tempo, o nosso amor a pátria e a nossa dedicação falariam bem alto para nos animar a advertir à Augusta Princesa Regente de que enveredara por um caminho errado, caminho que o seu Augusto pai julgava não ser ainda tempo de trilhar.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 134, 13 de maio de 1888, 3p.) A figura do Imperador foi preservada no debate via seção de correspondência, mesmo em discursos críticos, como sendo alguém acima do bem e do mal. Os leitores atribuíram aos seus subordinados os problemas da administração e muito raramente o convidaram a intervir na política.

O temor dos lavradores sobre o que aguardava a lavoura no período pós-Abolição também foi registrado nas cartas de leitores como *Diogo Vasconcelos*, inspetor geral de imigração em Minas Gerais, que foi a público na tentativa de acalmar os ânimos dos lavradores para que não ficassem atormentados acerca da decisão do governo, pois a abolição já era algo consumado. “Por isso dissemos: é perder tempo lamentar o que está decretado, e que já ninguém pode reivindicar. Agora o que nos cumpre é tirarmos todo o proveito do mal.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 136, 15 de maio de 1888, 2p.) Diferente da maioria dos leitores, o inspetor descreveu o acontecimento como fruto também da reivindicação dos próprios negros, que promulgaram e decretaram-na pelas ruas. “Mas agora, quisesse o governo, queiram ou não queiram os senhores, a escravidão está abolida; uma vez que já não eram os livres que discutiam, senão, porém, os próprios escravos, que intervindo, a promulgavam e a decretavam”, colocando a Abolição como uma resposta de abrandamento às agitações dos escravos. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 136, 15 de maio de 1888, 2p.)

Os leitores queixaram-se das consequências da lei e denunciaram a crise em que o governo havia lançado a lavoura. Neste sentido, acabaram por retratar nas correspondências o período imediatamente posterior à Abolição, partindo de suas percepções, e apontaram como

um dos aspectos marcantes do contexto a falência de alguns fazendeiros. “O trabalho está quase todo parado, e os poucos que trabalham é com tão má vontade que mais vale não trabalharem; e o que mais nos amedronta é os indivíduos sem alma e sem coração que os aconselham ao roubo e ao furto supondo assim poderem fazer fortuna.” A carta anônima sob o título *Valença* denuncia um homem que estimulava os ex-escravos a roubar e pede providência às autoridades. “No lugar denominado Rancho Novo existe um taverneiro, que já tem o nome de Lobo, que há muito tempo vive do roubo e do furto.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 140, 19 de maio de 1888, 2p.) Como demonstra a carta, era costume usar a seção para falar com o governo e pedir solução a demandas do povo. Outro proprietário de escravos *Antonio Maria de Toledo* recorre à seção para chamar a atenção de todos sobre a ruína que o fim do cativo lhe impôs. “Não era rico, isto é, não tinha dinheiro acumulado, mas tinha o meu sítio, cuja renda anual dava para manter-me regularmente com o trabalho de 8 escravos na lavoura e 3 no serviço da casa e terreiro. Há 4 dias, porém, deixaram sem saber como manter-me, à minha família aos 4 inválidos e aos 11 ingênuos, órfãos de 2 escravas falecidas.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº144, 23 de maio de 1888, 3p.) A seguir, outro missivista que assina com (****) responde ao artigo positivo de *O Paiz* sobre as consequências da Abolição, no qual dizia ter aumentando a colheita na lavoura de café. Ele critica tais ideias e percepções. “A verdade, como todos podem facilmente verificar, é exatamente o contrário: trabalhadores bons, como é sabido, colhiam em cafezais, com carga igual a deste ano, até quinze alqueires por dia, enquanto escravos, hoje conta-se como exceção o que colhe sete alqueires, dando mesmo a média de diversas fazendas que se vangloriam de ter administração apenas três a quatro alqueires por pessoas por dia.” O leitor ainda sentencia a perda da colheita como um dos efeitos da lei da Abolição. “Publique o que lhe parecer no final da exportação e verificará ter se perdido não menos que 40% da colheita.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 152, 31 de maio de 1888, 3p.)

Por outro lado, alguns denunciavam os maus tratos de ex-escravos pelos ex-senhores e pediam a ação da Justiça, apontando que, naquele contexto pós-Abolição, houve resistência por parte de alguns em reconhecer a liberdade dos cativos. “No Rosário e Bacabal, daquela província, desalmados ex-senhores tem infligido castigos a concidadãos que a 13 deste mês adquirindo estado de liberdade por efeito da lei. Os crimes são tão graves, tamanha a barbaria que ainda vacilamos acreditar que se tenham achado brasileiros capazes de tal ignomínia”, dizia o denunciante, que qualificou os crimes como atentados a segurança individual.

(JORNAL DO COMMERCIO, Nº141, 20 de maio de 1888, 2p.) Em resposta a esses que resistiam à aplicabilidade da lei, alguns missivistas pediam que o governo fizesse um complemento à Lei Áurea que estabelecesse que “as disposições anteriores a lei de 13 de maio estavam revogadas”, já que alguns ex-senhores reivindicavam o cumprimento de contratos condicionais de trabalho e resistiam a libertar seus escravos. “Acrescentaremos, para conhecimento dos interessados, que por disposição expressa da mesma lei art. 4º, §4º, cessará também com a extinção do cativo o direito de prestação de serviços do ingênuo ou a indenização em títulos de renda.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº136, 15 de maio de 1888, 3p.) Para surpresa, a seção registrou também a resistência de um ex-escravo à libertar-se da tutela do senhor. A carta do ex-escravo *Virgínio Gomes da Silva*, de 22 de maio de 1888, que pediu ao senhor que não o abandonasse, trouxe à tona a possibilidade de resistência às mudanças por parte dos próprios escravos, por se sentirem desamparados. A carta aponta para outra perspectiva da libertação na visão dos escravos, que não era tão otimista. “Peço a meu benfeitor que me não abandone jamais; eu era escravo e, como seu empregado, fui seu filho: não tive patrão, mas sim um pai; agora que sou livre, S. S. terá em mim, não só um empregado e um filho, como também um escravo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 143, 22 de maio de 1888, 2p.)

A libertação dos escravos em massa demandou postos de trabalho e dinheiro para pagar os salários dos novos trabalhadores. Assim, naquele primeiro momento após a Abolição, a falta de moeda corrente em circulação é motivo de queixa para os leitores. *Os lavradores* endereçaram a carta *Ao Exm. Sr. ministro da fazenda* e requereram dinheiro miúdo. “Há falta de dinheiro miúdo para pagar aos libertos o trabalho da apanhação do café. Queira tirar-nos desta dificuldade, já que outras tantas nos atormentam, ordenando na caixa da amortização a distribuição aos nossos correspondentes, quando a solicitem, de notas dessa espécie.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 143, 22 de maio de 1888, 2p.) O leitor *Carlos Gomes de Oliveira Campdele*, por sua vez, pede providências ao governo quanto à lavoura e reivindica leis correcionais que obriguem o trabalho nas fazendas, como já havia sendo pedido pelos lavradores. “As colheitas de café e cereais estão completamente perdidas; os libertos estão se retirando das fazendas; os meus retiraram-se alguns e outros querem condições que a lavoura não pode suportar. Tudo perdido! Frutos da precipitação. Onde estão as lei correcionais? Mande publicar estas.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 145, 24 de maio de 1888, 3p.) E para além disso, lavradores pediram leis que estabelecessem indenização para

suas perdas. *Os comissários* argumentaram que a Lei Áurea não impedia que uma norma complementar legitimasse a indenização. “A Lei de 13 de maio aboliu pura e simplesmente a escravidão, sem, contudo, negar ao senhorio o direito à indenização pelo valor de seu escravo, objeto de comércio e agente forçado de trabalho; não se aniquilou, porém, para ser ainda decretada pelo atual Parlamento.” O autor conclama todos os prejudicados a se unirem: os banqueiros, capitalistas, comerciantes, fazendeiros, todas as classes. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº145, 24 de maio de 1888, 4p.) Um segundo leitor que assina como *Um comissário* argumentou que os benefícios da escravidão foram compartilhados pela sociedade e o mesmo deveria ocorrer com seu prejuízo. “A anomalia, a irregularidade, a irreligiosidade, a imoralidade da instituição servil eram obra da sociedade inteira, fruto de sua índole e tradições, e pelas quais ela inteira era responsável, e não somente aqueles que tinham de exercer as funções de produtores agrícolas da comunhão, e daqueles que forneciam, para tal fim, seus capitais.” Para ele, toda a sociedade também deveria dividir os custos da eliminação desta propriedade e não somente o lavrador, já que “a escravidão era um fato social, e não uma obra de classe ou profissão; sem querer ponderar que o crime, a existir era comum, e que a expiação dele deveria a todos tocar, como a todos haviam tocado os frutos e os proveitos, com os quais se enriqueceu o país inteiro!”. (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 148, 27 de maio de 1888, 3p.) Alguns pretendiam recorrer à Justiça para pedir a indenização devida pelo Estado. “Sabemos que alguns proprietários pretendem ir aos tribunais pleitear este direito, o que achamos muito justo.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº150, 29 de maio de 1888, 2p.) Um missivista anônimo apontou a lavoura como a grande libertadora dos cativos, já que a ela se atribuiu o custeio do fim da instituição. “A lavoura ficou solvida, sendo ela o complemento da lei, pelo seu desinteresse e abnegação, vendo escoarem-se rapidamente os capitais que tinham empregado nessa propriedade que a pátria nos instituiu com leis justas, e sendo a maior libertadora, ninguém lembrou-se de felicitá-la por esse sacrifício.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 152, 31 de maio de 1888, 4p.)

A falta de indenização fez se levantar a oposição ao governo e levou um grupo a proclamar seu apoio à República, declarando o fim da monarquia. O editorial do jornal *Novidades* replicado por algum leitor, sob o título *O erro da regência*, acusa a princesa de usar poder despótico para impor a abolição, tendo errado por extinguir a escravidão de tal modo, o que lhe custaria à monarquia. “Pode-se dizer e assegurar que abolição imediata, realizada pela intervenção manifesta de fraqueza da coroa, foi um erro, de cujas

consequências ela se há de ressentir em um futuro mais ou menos próximo.” Para ele, as massas são irresponsáveis e mesmo que tenham louvado a ação da Regente, são inconsequentes. Segundo o autor, a República e a propaganda federalista se levantou como uma ameaça diante do golpe final da Abolição dado pela Regência, que tentava perpetuar a monarquia coberta de glórias, mas acabou por ameaçar seus alicerces. “A propaganda abolicionista não morreu, transformou-se: e a Regência a verá muda, gelada de espanto, no dia em que julgar haver domado a República, levantar-se a propaganda federalista que será o último golpe, o tiro de honra nesta monarquia da América.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 146, 25 de maio de 1888, 2p.) Neste sentido, o fantasma da queda da monarquia já começava a rondar os ânimos, o que fora registrado na seção. Lavradores de Valença e Vassouras, por exemplo, declaram adesão à causa republicana. “É preciso a lavoura hastear a bandeira republicana, desde já Vassouras e Valença fazer sentir aos representantes dos dois distritos quais as suas ideias, e para isso devemos reunir nós lavradores dos dois municípios, e nesse dia proclamarmos adesão à república.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 150, 29 de maio de 1888, 3p.) Outro grupo de lavradores se uniram e proclamam manifesto de crítica às decisões do governo.

“E por estas e outras muitas razões que estão no domínio público, os abaixo-assinados, sentindo que são mudados os tempos e que é chegada a ocasião para a adoção de outras formas de governo declaram-se republicanos e no terreno da propaganda iniciam o seu trabalho por dirigir este manifesto ao eleitorado e convidar a todos os que aderirem as suas ideias a tomar parte na próxima eleição que se deve proceder neste distrito, para preenchimento da vaga deixada na câmara temporária pelo finado barão da Leopoldina.”
(JORNAL DO COMMERCIO, Nº 151, 30 de maio de 1888, 2p.)

Outro grupo, motivado pela crítica ao governo e por considerar a Abolição contra a Constituição, resolveu formar um novo partido, o que chamaram de Radical Oportunista, que seria basicamente de oposição ao governo. Os participantes foram a público convidar todos os oposicionistas para se unirem a eles, a fim de restabelecer a organização social e instituir reformas. Eles apontaram seu objetivo como sendo “formar com os membros de todos os partidos políticos militantes um novo partido que se denominará - Radical Oportunista – e terá por fim imediato – apoiar o partido que estiver em natural oposição à situação política atual.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 152, 31 de maio de 188, 4p.) *Os lavradores de São Sebastião da Estrela e Santa Clara*, por sua vez, usaram os efeitos da lei como justifica para

dar apoio à bandeira republicana. Os leitores denunciaram que vadiagem, falta de segurança, desorganização do trabalho, ataques a pessoas e a propriedades, assim como o prejuízo aos lavradores já eram sentidos; e pediram providências ao governo. “Pedimos providências, pedimos leis que organizem o trabalho, e, no aflitivo estado em que nos achamos, a sós, sem garantia de vidas e de propriedades, pedimos à excelsa princesa e aos dignos representantes da nação que atendam para triste estado da lavoura. Pelo modo porque vão marchando as coisas, indubitavelmente, teremos que hastear a bandeira republicana.” (JORNAL DO COMMERCIO, 5 de maio de 188, 2p.) No entanto, enquanto um grupo descrevia a Abolição como o golpe final à monarquia, outros viam o acontecimento como fonte de glórias e perpetuação do regime. Os leitores *Civis* defendem os mineiros da declaração de que estes apoiariam o manifesto republicano, anteriormente publicado, e atribuíram à Lei Áurea a consolidação da monarquia. “É visto que a gloriosa lei nº 3.353 não pode gerar crenças republicanas, principalmente, em quem atribui à monarquia, ora representada pela augusta Princesa Imperial Regente, a promoção dessa notabilíssima medida, que constitui o mais glorioso padrão de nossa vida. Ela não pode senão consolidar a instituição que de sua excelência exhibe documento de tão súbito e imorredouro valor.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 152, 31 de maio de 1888, 3p.)

Entre críticas e louvores à monarquia, o fato é que ela permaneceu de pé por apenas pouco mais de um ano após o 13 de maio de 1888, que acabou sendo um golpe à sustentação do regime. A situação dos negros, porém, pouco mudou e havia muito ainda que a ser feito. Eles tiveram que conquistar melhores condições de vida por si mesmos. Um missivista que escrevera em maio de 1888 acabou fazendo alusão à luta de integração social do negro à época. O autor anônimo falou como um marinheiro que reivindicava melhores condições de trabalho à excelsa Princesa para o grupo que ainda era submetido a castigos corporais na Marinha. “Esqueceste dos defensores da pátria que ainda jazem na escravidão; os imperiais que estão sujeitos aos castigos corporais da nossa marinha de guerra.” (JORNAL DO COMMERCIO, Nº 151, 30 de maio de 1888, 3p.). O reclamante já demonstrava a inconformidade do grupo com a desigualdade de condições e sugeria o que viria a frente com a Revolta dos Marinheiros, em 1910. E, assim como os marinheiros tiveram que lutar para conquistar direitos e melhores condições de vida, os demais negros tiveram que fazer por suas próprias mãos a complementação da obra do 13 de maio, que fora um passo legal e decisivo em direção à igualdade entre negros, mestiços e brancos naquela sociedade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS

Jornal do Commercio – setembro de 1871 e maio 1888.

2. BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. As várias vidas de Nabuco: intelectual, monarquista ferrenho e galanteador, o político pernambucano foi muito mais do que um defensor do fim da escravidão. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Ano 4. Nº 45. p. 74-78. Junho de 2009.

AMMIRATO, Giacomo. *Homens e Jornais*. Rio de Janeiro: Aurora, 1963. p. 153-155.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. Unicamp, Cecult, 1999.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. Campinas, SP : [s. n.], 2005.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *A cidadania emergente e o avesso da civilização e da ordem: problemas cotidianos urbanos e clamor público na Corte do Rio de Janeiro (1840-1850)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Monografia de Bacharelado, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, U.F.R.J., 1996.

- BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Jornais e cidade: a queixa do povo. *In:* Francisco Carlos Teixeira da Silva. (Org.). *História e imagem*. 1ed. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, U.F.R.J., 1998, p. 235-251.
- BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: U.F.R.J., 2004. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, U.F.R.J., 2004.
- BELISÁRIO, Adriano. Doce ou amargo? : A economia cafeeira sugou até a última gota o suor dos escravos e os recursos naturais do Vale do Paraíba. Por outro lado, a bebida alavancou a industrialização no país. Afinal, qual o legado do café?. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Ano 5. Nº 57. p. 34-35. Junho de 2010.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In:* RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Disponível em: <http://filesocial.com/g92saec>. Acessado em: 19 de agosto de 2012.
- BRASIL. Lei de 20 de setembro de 1830. Dos abusos da liberdade de exprimir os pensamentos por impressos, por palavras, e manuscritos, e das suas penas. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1830, Página 35 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-13/P%C3%A1ginas%20de%20Legimp-135.pdf#page=2>. Acessado em: 12 de outubro de 2012.
- BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acessado em: 12 de outubro de 2012.

- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial* (a).
Teatro das sombras: a política imperial (b). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 32-79; 231-257.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8 ed. São Paulo: UNESP. 2008.
- ESTRADA, Osório Duque. *A Abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- EWALD, Ariane P. et al. Crônicas folhetinescas: subjetividades, modernidade e circulação da notícia. In: NEVES, L.; MOREL, M.; FERREIRA, T. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 237-259.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 210; 344;
- FÜRSTERNAU, Vera Maria. *Jornais e leitores: uma polêmica apaixonada na Cidade do Rio de Janeiro. 1831-1837*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Dissertação (mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ed. Ática, 1988. p. 46-67; 579-596.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O café e a conta: a efervescente economia do Rio de Janeiro estimulou a produção cafeeira e contribuiu para seu declínio. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Ano 5. Nº 57. p. 24-27. Junho de 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.7-101.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. Dissertação (mestrado, 1978). Universidade Federal Fluminense.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Série Descobrimo o Brasil.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, mimeo, 1991.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In: NEVES, L.; MOREL, M.; FERREIRA, T. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: P&A: Faperj, 2006. p. 142-152.

MACHADO, Humberto Fernandes. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Humberto_F_Machado.pdf. Acessado em: 15 de janeiro de 2012.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, EDUSP, 1994. p.143-247.

MARTINS, Ana Luiza. Elixir do mundo moderno: fruto exótico em sua origem africana, o café se tornou um fruto cobiçado, sinônimo de luxo e elegância. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Ano 5. Nº 57. p. 20-23. Junho de 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 103-191.

MONTELEONE, Joana. Estimulante social: os cafés deram um ar cosmopolita à cidade de São Paulo. Discussões sobre o cotidiano ocorriam em ambientes requintados. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Ano 5. Nº 57. p. 30-32. Junho de 2010.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo (RJ): UNIABEU, 2005.

PIRES, Carla Juliana Delecrode do Nascimento. *A imprensa como co-autora da História: uma análise da campanha abolicionista na Revista Ilustrada. 1888*. Rio de Janeiro: UVA, 2010. Monografia de Bacharelado, Faculdade de Comunicação Social, Universidade Veiga de Almeida, 2010.

RIBEIRO, José Alcides. *Transdisciplinaridade: literatura brasileira e jornalismo – Jornal do Commercio*. Botucatu: Fernando Bilah, 2006.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 27-68; 131-142.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
p. 208, 216-223.

TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro:
Documentário, 1976.

VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva,
2002. p. 16-21; 95-97; 237-242; 361-365; 418-421; 463-473.

ANEXOS

I. Questionário aplicado na análise das missivas

Nº da carta:	
Remetente:	
Destinatário:	
Posicionamento sobre o fim da escravidão:	Contrário () Favorável () Posição indeterminada ()
Posicionamento sobre a Lei do Ventre Livre (1871):	Contrário () Favorável () Posição indeterminada ()
Posicionamento sobre abolição imediata ou emancipação total dos escravos:	Contrário () Favorável () Posição indeterminada ()
Argumento principal da carta:	
Posição política do autor:	Liberal () Conservador () Posição indeterminada ()
Linguagem adotada na carta:	Coloquial () Formal () Agressiva () Irônica () Incisiva () Cordial ()
Tipo de autoria:	Individual () Coletiva () Individual com intenção coletiva ()
Condição social ou socioprofissional:	
Data da carta:	
Data da publicação no <i>Jornal do Commercio</i>:	